



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

ADRIANA OLIVEIRA ALVES

**IDENTIDADE E PERSISTÊNCIA DE GRUPOS:
CRITÉRIO DE CONTINUIDADE EMOCIONAL**

**Cuiabá - MT
2026**

ADRIANA OLIVEIRA ALVES

**IDENTIDADE E PERSISTÊNCIA DE GRUPOS:
CRITÉRIO DE CONTINUIDADE EMOCIONAL**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Da Cas Cichoski

**CUIABÁ - MT
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

A474i Alves, Adriana Oliveira.

Identidade e persistência de grupos [recurso eletrônico] : critério de continuidade emocional / Adriana Oliveira Alves. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 112 f., il. color., pdf). -- 2026.

Orientador: Luiz Paulo Da Cas Cichoski.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Cuiabá, 2026.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Ontologia Social. 2. Intencionalidade Coletiva. 3. Persistência. 4. Grupos. 5. Emoção. I. Cichoski, Luiz Paulo Da Cas, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Identidade e persistência de grupos: critério de continuidade emocional

AUTOR (A): MESTRANDA: Adriana Oliveira Alves

Dissertação defendida e aprovada em 27 de fevereiro de 2026.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Paulo Da Cas Cichoski (Presidente/Orientador)
Profª. Dra. Beatriz Sorrentino Marques (Examinador Interno)
Prof. Dr. Rodrigo Azevedo dos Santos Gouvêa (Examinador Externo - UFRJ)
Prof. Dr. Valdenor Monteiro Brito Junior (Examinador Externo - UFPR)
Prof. Dr. Bernardo Gonçalves Alonso (Suplente)
Prof. Dr. Guilherme Ghisoni da Silva (Suplente)

CUIABÁ, 27/02/2026



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PAULO DA CAS CICHOSKI**, Docente da **Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/02/2026, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ SORRENTINO MARQUES**, Docente da **Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/02/2026, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valdenor Monteiro Brito Júnior**, **Usuário Externo**, em 27/02/2026, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Azevedo dos Santos Gouvea**, **Usuário Externo**, em 27/02/2026, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Oliveira Alves**, **Usuário Externo**, em 27/02/2026, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8950403** e o código CRC **2BA8D15E**.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço imensamente à CAPES pela bolsa de mestrado concedida para a realização desta pesquisa. Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Luiz Paulo Da Cas Cichoski, pela paciência, dedicação, profissionalismo, e pelas discussões frutíferas que foram fundamentais e possibilitaram a produção deste trabalho. Agradeço à banca avaliadora composta pela professora Dra. Beatriz Sorrentino Marques e pelos professores Dr. Rodrigo Azevedo dos Santos Gouvêa e Dr. Valdenor Monteiro Brito Junior pelas observações, sugestões e discussões produtivas acerca do trabalho. Agradeço ao meu amado pai Adriano Alves, por sempre acreditar em mim, por ser sempre a minha maior inspiração, por me motivar a fazer sempre o que eu amo, por me apoiar, me incentivar e pelas inúmeras conversas reflexivas sobre ciência que contribuíram para as ideias aqui desenvolvidas. Agradeço ao meu amigo Pedro pela indicação de fontes confiáveis para consulta de artigos científicos da área de biomedicina com a qual realizo uma discussão interdisciplinar no terceiro capítulo deste trabalho. Agradeço a todos que me apoiaram e que direta ou indiretamente, contribuíram para a produção deste trabalho.

RESUMO

Neste trabalho, investigo os critérios de identidade e persistência de grupos. Para isso, considero que a realidade é estendida em quatro dimensões: três espaciais e uma temporal. Parto do pressuposto de que o tempo é algo estático onde os eventos se organizam em uma relação de anterioridade e posterioridade. A partir de tal pressuposto sobre a natureza do tempo, defendo uma visão tetradimensional de persistência, argumentando que os objetos persistem por possuírem uma extensão no tempo para além de uma extensão no espaço. Considerando as explicações oferecidas sobre o problema da persistência, estendo para a discussão sobre o problema da identidade pessoal, discutindo o que faz com que uma pessoa seja idêntica a si mesma, e proponho um critério de identidade pessoal baseado nas emoções. Faço um diálogo entre o critério de persistência e o critério de identidade pessoal, defendendo que o que faz com que uma pessoa permaneça idêntica a si mesma ao longo do tempo é a continuidade dos seus valores pessoais, sendo esses valores considerados enquanto emoções que refletem o tipo de pessoa que alguém deseja ser. Em seguida, aplico o critério de identidade pessoal defendido ao caso de grupos, argumentando que os grupos são um tipo de pessoa coletiva cujo critério de identidade pessoal é a emoção, e que eles persistem na medida em que seus valores pessoais sejam contínuos.

Palavras-chave: Ontologia Social; Intencionalidade Coletiva; Persistência; Grupos; Emoção

ABSTRACT

In this research, I investigate the criteria for group identity and persistence. To this end, I consider that reality is extended across four dimensions: three spatial and one temporal. I assume that time is static, where events are organized in a relation of earlier and later. Based on this assumption about the nature of time, I defend a four-dimensional view of persistence, arguing that objects persist because they possess an extension in time as well as an extension in space. Considering the explanations offered for the problem of persistence, I extend the discussion to the problem of personal identity, discussing what makes a person self-identical, and I propose a criterion for personal identity based on emotions. I establish a dialogue between the criterion of persistence and the criterion of personal identity, arguing that what makes a person remain self-identical over time is the continuity of their personal values, these values being considered as emotions that reflect the type of person someone wants to be. Then I apply the defended criterion of personal identity to the case of groups, arguing that groups are a type of collective person whose criterion of personal identity is emotion, and that they persist because their personal values are continuous.

Keywords: Social Ontology; Collective Intentionality; Persistence; Groups; Emotion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Natureza do tempo sob a ótica dos Teóricos A	22
Figura 2 - Natureza do tempo sob a ótica dos Teóricos B	24
Figura 3 - Persistência endurantista da xícara	27
Figura 4 - Persistência endurantista do Sol	29
Figura 5 - Viagem da luz de Betelgeuse	36
Figura 6 - Realidade perdurantista	38
Figura 7 - Persistência no perdurantismo e minhoca espaço-temporal	40
Figura 8 - Persistência perdurantista da banana	42
Figura 9 - Persistência no exdurantismo	44
Figura 10 - Persistência e mudança no exdurantismo	47
Figura 11 - Continuidade do cérebro enquanto identidade pessoal	52
Figura 12 - Continuidade do corpo físico enquanto identidade pessoal	54
Figura 13 - Descontinuidade da identidade pessoal na teoria de continuidade física	55
Figura 14 - CC-conexão e CC-continuidade	60
Figura 15 - Identidade pessoal por continuidade da memória	66
Figura 16 - Autointerpretação: Descoberta e invenção	78
Figura 17 - Critério emocional de persistência	83
Figura 18 - Persistência endurantista de grupos	90
Figura 19 - Persistência perdurantista de grupos	91
Figura 20 - Persistência exdurantista de grupos	92
Figura 21 - Critério de continuidade emocional de grupos	102

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O PROBLEMA DA PERSISTÊNCIA	15
2.1 Metafísica do tempo	18
2.2 Endurantismo	25
2.3 Perdurantismo	33
2.4 Exdurantismo	43
3. O PROBLEMA DA IDENTIDADE PESSOAL	48
3.1 Critério de continuidade física	49
3.2 Critério de continuidade fenomênica	57
3.3 Critério de continuidade psicológica	63
3.4 Critério de continuidade emocional	69
4. O PROBLEMA DA PERSISTÊNCIA DE GRUPOS	86
4.1 Persistência de grupos	87
4.2 Identidade de grupos	95
5. CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	109

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho investigo quais são os critérios de identidade e persistência de entidades coletivas, mantendo o foco em grupos sociais intencionais. Para o propósito desta investigação, o trabalho é apresentado em 3 etapas: No segundo capítulo apresento o problema da persistência, destacando os pressupostos da discussão pautados pela metafísica do tempo e as principais teorias de persistência. No terceiro capítulo discuto como pessoas persistem, e para isso apresento o problema de identidade pessoal no nível individual, analisando as principais teorias de identidade pessoal. No quarto capítulo apresento o problema da persistência aplicado a grupos, em seguida ofereço uma explicação para o critério de identidade pessoal de grupos e argumento como esse critério explica a persistência de grupos.

No segundo capítulo começo apresentando o problema da persistência, que consiste em compreender como os objetos existem em diferentes tempos. O questionamento central é como esses objetos persistem às mudanças e quais são os limites de mudanças que um objeto pode sofrer sem se extinguir. Para contextualizar a discussão, parto da apresentação do texto de McTaggart (1908) intitulado “*The Unreality of Time*”, destacando sua influência na metafísica do tempo contemporânea e nas teorias da persistência atuais. No texto, o autor defende que existem pelo menos duas formas pelas quais a estrutura do tempo é organizada: uma que considera o tempo enquanto um fluxo dinâmico e mutável, em que apenas o presente existe, e outra que considera o tempo enquanto algo estático que compreende uma sucessão de eventos fixos, e tanto presente, quanto passado e futuro existem igualmente.

A partir da apresentação de McTaggart, discuto as teorias da persistência que se desdobram em resposta à sua proposta, onde há duas correntes principais de teóricos: a primeira é a corrente dos endurantistas, que defendem que o tempo é algo dinâmico onde os objetos persistem estando inteiramente presentes com todas as suas partes e propriedades essenciais nos tempos em que existem. A segunda corrente de teóricos engloba perdurantistas e exdurantistas, que defendem o tempo enquanto algo estático onde os objetos persistem por possuírem uma extensão no tempo análoga à uma extensão espacial, persistindo na medida em que se localizam em diferentes tempos.

Os perdurantistas consideram que os objetos são uma soma de todas as suas partes temporais, uma “minhoca espaçotemporal” que persiste na medida em que possui um conjunto de partes temporais localizadas em tempos distintos. Por outro lado, o exdurantismo é uma proposta híbrida entre o perdurantismo e o endurantismo e análoga à teoria da

contraparte modal de Lewis (1986). O exdurantismo defende que os objetos são estágios momentâneos que existem inteiramente presentes em cada momento (como assere o endurantista), e que persistem no tempo porque esses estágios momentâneos estão conectados entre si através de uma relação de unidade (*I-relation*)¹ (aproximando-se do perdurantismo). Ao invés da ideia de mundos possíveis de Lewis, onde afirmar que “eu poderia ter sido confeitadeira” só é verdade na medida em que haja uma pessoa muito semelhante a mim em outro mundo possível que é confeitadeira, para o exdurantismo, podemos dizer sobre um objeto que hoje é azul, que “esse objeto foi vermelho” somente na medida em que haja uma contraparte temporal desse objeto em tempos anteriores que instancie a propriedade de ser vermelho. Na análise das teorias tetradimensionais, que assumem o tempo enquanto uma quarta dimensão, destaco sua proximidade com a ciência e com as teorias da física, e desenvolvo argumentos a favor do exdurantismo.

A partir do problema da persistência se deriva o problema de identidade pessoal, que é discutido no terceiro capítulo deste trabalho. Introduzo a discussão sobre o problema de identidade pessoal destacando as mudanças que as pessoas sofrem constantemente. Por exemplo, alguém que é um bebê, ao longo dos anos aumenta a massa muscular, os ossos crescem, as células se renovam, fios de cabelo caem e nascem novos fios, os dentes de leite dão lugar a dentes permanentes. Com todas essas mudanças, surgem os questionamentos: Uma pessoa permanece idêntica a si mesma após todas essas mudanças em suas partes físicas? A primeira mudança transforma uma pessoa em outra, ou há um limite de mudanças até uma pessoa se tornar outra? Para discutir as respostas a essas perguntas, apresento os principais critérios de identidade pessoal discutidos na literatura, sendo eles o critério da continuidade física, o critério de continuidade fenomênica, o critério de continuidade psicológica, e desenvolvo na sequência o que chamo de critério de continuidade emocional para explicar a identidade pessoal.

A teoria da continuidade física defende que o critério de identidade pessoal está no corpo físico de uma pessoa e se ramifica em duas principais posições: os teóricos que defendem que apenas o cérebro é o suficiente para determinar a identidade pessoal, e os teóricos que defendem que o corpo físico inteiro é o que determina a identidade pessoal. Já a teoria da continuidade fenomênica defende que o critério de identidade pessoal é a capacidade

¹ “*I-Relation*” (relação I) é o termo mais usual na literatura e foi apresentado por Lewis em (1983). Entretanto, neste trabalho opto por usar a tradução do termo originalmente cunhado por Perry (1972): “*unity relation*” (relação de unidade), pois acredito que é a maneira mais adequada e didática para se referir a unidade dos objetos ao longo do tempo.

de consciência fenomênica, isto é, a capacidade de ter experiências qualitativas em primeira pessoa. A teoria da continuidade fenomênica deixa em aberto o que seria essa capacidade de consciência, mas considera mais plausível que essa capacidade esteja associada ao cérebro. A teoria de continuidade psicológica, por sua vez, defende que o critério de identidade pessoal reside em estados mentais de uma pessoa que devem ser contínuos ao longo do tempo, sendo a memória o estado mental comumente mais defendido enquanto critério de identidade pessoal. Para desenvolver o critério de continuidade emocional, parto da teoria da continuidade da perspectiva racional em primeira pessoa, a qual faz uma distinção entre identidade animal e identidade pessoal, considerando que o que caracteriza uma pessoa, para além da condição de animal, é a capacidade de reconhecer sua própria agência e a agência de outros e de deliberar racionalmente sobre suas ações. Na sequência, complemento a teoria da continuidade da perspectiva racional em primeira pessoa com o elemento emocional apresentado por Helm (2008).

Helm (2008, 2000) apresenta a ideia de um padrão racional projetável de emoções, que é constituído pelos valores pessoais adotados por alguém, gerando uma rede de emoções e comportamentos e determinando o tipo de pessoa que alguém deseja ser e o tipo de vida que alguém deseja ter. Desse modo, os valores pessoais de alguém e o padrão racional derivado desses valores constituem a sua perspectiva de mundo. Uma pessoa pode mudar seus valores pessoais ao longo do tempo através do processo de autointerpretação, o qual é constituído por dois mecanismos: descoberta e invenção. Enquanto a descoberta implica na análise dos valores pessoais até então adotados e do tipo de pessoa que se tem sido, a invenção implica na autonomia de decidir os valores pessoais que serão adotados e do tipo de pessoa que vale a pena ser dali em diante. Parto da proposta de Helm para defender um critério de identidade pessoal que chamo de *critério de continuidade emocional*, pautado na adoção de valores pessoais que constitui o padrão racional projetável. Considero a tese de Helm (1996) de que adotar valores pessoais é o que diferencia uma pessoa de um animal, e proponho que a continuidade entre os padrões racionais projetáveis em diferentes tempos através da autointerpretação é o que determina a identidade de uma mesma pessoa ao longo do tempo. Ainda que o foco seja o recorte do critério de identidade pessoal, a discussão tem articulação com o problema de persistência. Para explicar como uma pessoa persiste, adoto o pressuposto exdurantista e defendo que a relação de unidade entre os diferentes padrões racionais projetáveis que uma mesma pessoa instancia ao longo do tempo é feita através do processo de autointerpretação descrito por Helm.

No capítulo 4 passo ao âmbito coletivo da discussão sobre identidade e persistência. Primeiro, discuto o problema da persistência no caso de grupos, levantando os questionamentos sobre quais tipos de mudanças os grupos podem sofrer e ainda continuarem os mesmos e quais tipos de mudanças implicam na extinção dos grupos. Destaco as mudanças complexas que são comuns em grupos, como casos de divisão e de fusão. Em seguida, aplico e analiso cada uma das três teorias da persistência (endurantismo, perdurantismo e exdurantismo) no contexto de grupos. Parto da discussão de August Faller (2021) que defende a proposta exdurantista para explicar a persistência de grupos, argumentando que grupos são estágios momentâneos localizados em um tempo específico e que persistem por estarem conectados com outros estágios momentâneos localizados em outros tempos específicos através de uma relação de unidade (*I-relation*). Entretanto, Faller argumenta que a relação de unidade pode variar a depender do contexto, podendo ser a localização geográfica em alguns casos, os membros em outros casos, etc. Meu objetivo é aplicar o critério de continuidade emocional discutido no capítulo 3 para explicar como os grupos persistem enquanto um tipo de pessoa coletiva. Irei elucidar como se constitui uma relação de unidade para grupos, defendendo que a relação de unidade não varia com o contexto como pressupõe Faller, mas sim que ela é um elemento fixo constituída pelo critério de continuidade emocional.

2. O PROBLEMA DA PERSISTÊNCIA

Nós existimos inseridos no tempo e a realidade é composta por diversos objetos materiais, naturais, sociais, cada qual sofrendo diversas mudanças constantemente. Um objeto que hoje é uma semente, amanhã se tornará uma árvore. Uma banana que hoje está verde, amanhã estará madura e amarela. Nós nascemos, envelhecemos, morremos, e nosso corpo se torna matéria orgânica adubando a terra. O sol que hoje é uma estrela anã amarela, daqui alguns bilhões de anos explodirá, passando pela fase de gigante vermelha e se tornando uma anã branca. No entanto, apesar da obviedade dessas constatações, uma série de questões metafísicas podem ser levantadas: como ocorrem essas mudanças? O que faz um objeto continuar sendo o mesmo objeto ao longo do tempo? Qual o limite de mudanças que um objeto pode sofrer sem se extinguir?

Primeiramente, precisamos compreender a importância da mudança para persistência. Observamos ao nosso redor que tudo muda constantemente. As árvores crescem, nós crescemos, ganhamos e perdemos massa, cozinhamos alimentos que tomam diversas formas, a partir de matérias primas criamos objetos como mesas, cadeiras, computadores, etc. Porém, dentre tantas mudanças que ocorrem, como é possível determinar a quais mudanças um objeto persiste, e quais mudanças extinguem o objeto e criam algo novo? Essa é a questão principal que os teóricos da persistência buscam responder. Um objeto *persiste* quando existe em vários tempos (Lewis, 1986), isto é, quando o objeto avança no tempo. A consequência mais complicada dos casos de persistência surge quando o objeto que persiste sofre mudanças. Para explicar como os objetos persistem às mudanças, os teóricos da persistência são desafiados a explicar e harmonizar dois elementos fundamentais a respeito da mudança: 1) A *consistência* implica que um objeto não pode ser A e não A ao mesmo tempo. Ou seja, um objeto não pode possuir propriedades incompatíveis ao mesmo tempo. 2) *Condição de sujeito apropriado*, que significa que o objeto é o sujeito das propriedades que instancia (Kurtz, 2006; Haslanger, 2003; Lewis, 1988). Isto é, o sujeito das propriedades é o que persiste à mudança.

Por exemplo, pensando nas mudanças mais gerais que ocorrem no universo, temos a junção de gases e partículas que se uniram o suficiente até surgir uma reação nuclear, formando a estrela que hoje conhecemos como o Sol. Para tratar mais especificamente da persistência do Sol, vejamos que atualmente o Sol possui a propriedade de ser uma anã amarela, e ele não pode ser uma anã amarela e não ser uma anã amarela ao mesmo tempo (consistência). Para adquirir a propriedade de ser uma gigante vermelha, o Sol deixa de ter a

propriedade de ser uma anã amarela; para adquirir a propriedade de ser uma anã branca, ele deixará de ter a propriedade de ser uma gigante vermelha. Além disso, o Sol é o sujeito das propriedades de ser uma anã amarela e de ser uma anã vermelha (condição de sujeito apropriado). Porém, com todas essas mudanças de propriedades, qual é o critério que nos permitiria dizer que realmente ainda é a mesma estrela que persiste?

Um exemplo clássico para tratar da questão da persistência é o Navio de Teseu. Teseu, um herói da mitologia grega, construiu um navio para retornar de Creta à Atenas. Porém, ao longo da viagem, as partes velhas do navio foram sendo substituídas por partes novas, até que não restasse nenhuma das partes originais. Nesse caso, podemos dizer que o navio persistiu às mudanças ou ele foi destruído e um novo navio emergiu em seu lugar? Ainda, se com as partes antigas do navio original fosse construído um novo navio, qual seria o Navio de Teseu original? Observemos como no caso do Navio de Teseu, há o problema em acomodar a consistência e condição de sujeito apropriado: 1) um objeto não pode ser o Navio de Teseu e não ser o Navio de Teseu ao mesmo tempo, assim como suas partes diferentes compõem o navio uma de cada vez; 2) para afirmar que o Navio de Teseu persiste, é necessário que o navio seja o sujeito das propriedades de ter cada parte, instanciando tanto as partes antigas quanto as partes novas.

Antes de continuar a tratar das teorias da persistência propriamente, é preciso entender a relevância de falarmos da natureza do tempo. Pois, para debater como os objetos persistem no tempo, primeiro é necessário entender *o que é o tempo*. Os principais debates acerca da natureza do tempo se dividem entre aqueles que consideram o tempo como algo *dinâmico* e entre aqueles que consideram o tempo como algo *estático*. Para os teóricos dinâmicos, o tempo é um fluxo dinâmico que confere propriedades temporais (ser passado, ser presente e ser futuro) para todos os itens da realidade. Já para os teóricos estáticos, não existe uma passagem do tempo, mas sim um conjunto de eventos que podem ser organizados em uma relação de anterioridade e posterioridade. A partir desses dois modelos, surgem as duas principais teorias sobre o tempo: o *presentismo* que é o principal representante do modelo dinâmico, e o *eternalismo*, que é o principal representante do modelo estático. Para o presentismo, somente o presente existe, o que está no futuro ainda não existe e o que está no passado não existe mais. Enquanto que para o eternalismo, todos os tempos existem enquanto posições fixas na linha do tempo.

A partir do debate sobre a natureza do tempo, deriva-se a discussão sobre o problema da persistência. Apoiando-se na perspectiva presentista ou eternalista, surgem algumas teorias da persistência que buscam explicar, a partir do pressuposto presentista-dinâmico ou

eternalista-estático, como os objetos persistem às mudanças. Os debates acerca do problema da persistência se dividem entre duas principais posições: 1) aqueles que defendem que os objetos existem inteiramente apenas no tempo presente e persistem possuindo somente extensão no espaço; 2) aqueles que defendem que os objetos podem existir em mais de um tempo, persistindo através de uma extensão no tempo. Para os primeiros teóricos, os objetos são tridimensionais e possuem somente partes espaciais, ainda que se localizem na linha do tempo. Enquanto que para os segundos teóricos os objetos são tetradimensionais, isto é, além das três dimensões espaciais, os objetos também possuem uma quarta extensão: a temporal. Dessa forma, os objetos não somente se estendem no espaço, mas também se estendem no tempo. Isto é, além de partes espaciais, os objetos também possuem partes temporais.

Para um tridimensionalista-presentista, por exemplo, o navio de Teseu existe inteiramente no momento presente (considerado a única porção da realidade) e possui somente partes no espaço, já que não admite uma extensão temporal. Dessa forma, a persistência do navio é explicada com ênfase no tempo presente e nas partes espaciais. A modificação das partes do navio devem ser graduais o suficiente para que o navio persista, pois uma mudança brusca e radical das partes implicaria no navio de Teseu se tornando um novo navio e não persistindo às mudanças. Ou, se um novo navio fosse construído com as partes do navio antigo, então possivelmente esse novo navio seria o navio de Teseu, pois conteria as suas partes espaciais².

Já para um tetradimensionalista-eternalista, o navio de Teseu possui além de partes espaciais, também partes temporais, e existe ocupando regiões tanto do espaço quanto do tempo. Portanto, a sua persistência é explicada com ênfase não apenas nas partes espaciais, mas também nas partes temporais. Assim, mesmo que o navio de Teseu sofresse mudanças bruscas em suas partes espaciais, a sua persistência ainda poderia ser explicada em termos de partes temporais. Ou, mesmo que um novo navio fosse construído com as partes espaciais do navio antigo, isso não necessariamente implicaria que o novo navio seria o navio de Teseu original, pois ele não teria as mesmas partes *temporais* e portanto, não haveria um critério de persistência sendo satisfeito. Nas próximas seções, veremos com mais detalhes uma das principais teorias tridimensionais: o endurantismo, e duas das principais teorias tetradimensionais: o perdurantismo e o exdurantismo.

² Esta é uma visão bastante limitada e restritiva do tridimensionalismo, como poderemos ver mais adiante. Entretanto, opto por apresentar dessa forma para um contraste inicial mais didático entre as propostas, de forma que as principais diferenças entre o tridimensionalismo presentista e o tetradimensionalismo eternalista possam ficar claras para o leitor.

O maior desafio para cada teoria da persistência é conseguir explicar adequadamente *mudança*, harmonizando *consistência* e *a condição de sujeito apropriado*, isto é, conseguir explicar como os objetos persistem às mudanças sem se extinguirem, sendo o sujeito que instancia as diferentes propriedades mas sem instanciar propriedades incompatíveis. Para isso, também será necessário nos debruçarmos sobre as principais teorias sobre a natureza do tempo na qual se apoiam as teorias da persistência. Para compreendermos como cada teoria explica a persistência dos objetos, é necessário compreendermos também o pressuposto metafísico sobre o tempo que cada uma delas adota. Pois, de um lado, temos as teorias que consideram o tempo enquanto um fluxo dinâmico que confere aos objetos propriedades temporais de ser passado, ser presente e ser futuro. E, de outro lado, temos as teorias que consideram o tempo enquanto algo estático, um conjunto de eventos ordenados fixamente na linha do tempo em uma relação de anterioridade e posterioridade. Assim, cada teoria da persistência busca explicar, desde uma perspectiva dinâmica ou desde uma perspectiva estática sobre o tempo, como os objetos persistem às mudanças. A partir do problema da persistência, se deriva também o problema da identidade pessoal, que discutirei em mais detalhes no capítulo 3. Porém, em suma, o problema da identidade pessoal consiste em compreender o que faz uma pessoa ser idêntica a si mesma ao longo do tempo.

2.1 Metafísica do tempo

Quando falamos sobre persistência, inevitavelmente surge também a pergunta: o que é o tempo? Para compreendermos *como* os objetos persistem, também é necessário entendermos *onde* eles persistem. Esse *onde* é a dimensão temporal. As discussões recentes sobre a metafísica do tempo derivam principalmente do trabalho de McTaggart (1908) intitulado “*The Unreality of Time*”. Nesta seção, começarei discutindo a proposta de McTaggart para, em seguida, destacar os seus desdobramentos nas teorias atuais sobre a metafísica do tempo.

McTaggart defende a irrealidade do tempo partindo do argumento de que as posições no tempo seriam ordenadas de duas formas diferentes que ele chama de *série A* e *série B*. A *série A* é a que organiza as posições através das propriedades temporais de ser passado, ser presente e ser futuro. Enquanto que a *série B* organiza as posições em relação de anterioridade e posterioridade. Entretanto, para McTaggart, a *série B* pressupõe a necessidade da *série A*, mas considera que a *série A* nos levaria a uma contradição que diz respeito a mudanças, e

conclui que o tempo na verdade não existe. Para compreendermos melhor essa ideia, vamos analisar com mais detalhes os argumentos do autor.

Primeiramente, devemos destacar alguns pressupostos importantes para a discussão. Para McTaggart, o tempo necessariamente envolve mudança. Algo deixa de ser futuro, se torna presente, e logo deixa de ser presente e se torna passado. Algo deixa de ter uma propriedade para adquirir uma propriedade incompatível com a anterior. Além da noção de mudança, temos o conceito de *evento*, que é o conteúdo de uma posição no tempo, e o conceito de *momento*, que é propriamente uma posição no tempo (McTaggart, 1908, p. 458). Desse modo, tudo o que existe em um determinado momento, é um evento. Desde a simples existência de objetos, pessoas e outros organismos vivos, até as ações e pensamentos. Por exemplo, eu estar escrevendo esse texto é um evento ocorrido em um determinado momento; você estar lendo este trabalho é outro evento ocorrido em outro momento. Quando começo a escrever, o evento de eu estar escrevendo esse texto deixa de ser futuro para se tornar presente, e quando paro de escrever, se torna passado.

Para McTaggart (p. 458-463) existem duas formas pelas quais as posições no tempo se distinguem: A primeira é através da relação de anterioridade e posterioridade, de forma que cada posição é anterior a algumas posições e posterior a outras. Essa série de posições é chamada de *série B*. A segunda, é a propriedade atribuída a essas posições de ser passado, ser presente ou ser futuro. Essa série de posições é chamada de *série A*. O autor argumenta que a série B é permanente, uma vez que a ordem dos eventos permanece fixa na linha do tempo. Para ele, a série B por si só não seria suficiente para explicar a realidade do tempo, pois enquanto uma série atemporal, mesmo que haja uma ordem de eventos, não seria possível determinar a direção desses eventos. Por exemplo, por definição nós temos uma ordem no alfabeto, onde o A vem antes do B, que por sua vez vem antes do C. Porém, ao se tratar de eventos, na visão de McTaggart, não teríamos como determinar se a direção dos eventos acontece desde a formação de Júpiter até a formação da Terra, ou desde a formação da Terra até a formação de Júpiter. O que permitiria determinar a direção dos eventos é a série A.

Portanto, mais fundamental que a direção dos eventos, McTaggart considera que a série A é essencial à série B, pois a série A é a única que permite que ocorram mudanças, já que a série B é fixa. Porém, a mutabilidade da série A para resolver a imutabilidade da série B gera uma contradição:

Sem a série A, (...) não haveria mudança e, conseqüentemente, a série B por si só não é suficiente para o tempo, uma vez que o tempo envolve mudança. A série B, contudo, não pode existir senão como temporal, uma vez que o anterior e o posterior, que são as distinções que a constituem, são claramente determinações do tempo. Segue-se então que não pode haver série B onde

não há série A, pois onde não há série A não há tempo. (McTaggart, 1908, p. 461, tradução minha)

Uma vez que os eventos da série B são fixos na linha do tempo, eles não poderiam deixar de existir para dar lugar a novos eventos (porque então já não seriam mais fixos). Um evento X que é anterior a Z, sempre será anterior a Z, e Z sempre será posterior à X. Porém, como os eventos instanciam propriedades temporais, eles ainda sofreriam mudanças. Ao se moverem do futuro (onde ainda não existem) para o presente, os eventos deixariam de ter a propriedade de ser futuro para instanciar a propriedade de ser presente. E, ao se moverem do presente para o passado (onde não existem mais), os eventos deixariam de ter a propriedade de ser presente para instanciar a propriedade de ser passado. Essa mudança de posição na linha do tempo da série A conflita com o caráter fixo da série B, pois se os eventos necessariamente possuem uma ordem fixa de anterioridade e posterioridade, eles não poderiam deixar de existir para dar lugar a um novo evento. E se considerássemos que os eventos permanecem fixos e apenas mudam as propriedades temporais, McTaggart argumenta que isso ainda geraria uma contradição, pois um mesmo evento não pode simplesmente instanciar propriedades incompatíveis (p. 468).

Para o autor, as propriedades de ser passado, presente e futuro são incompatíveis entre si, e nenhum objeto poderia instanciar mais de uma propriedade ao mesmo tempo. Isto é, nenhum objeto poderia ser passado *e* presente; ser presente *e* futuro. Para McTaggart, a única forma que temos de conceber o tempo é enquanto sendo formado tanto pela série A quanto pela série B, ainda que só possamos observar diretamente o que está no presente, isto é, o que está simultâneo à nossa percepção. Já os eventos passados ou futuros só podemos conceber indiretamente, isto é, através da memória ou inferência, porém não mantemos uma relação direta com esses eventos. Ainda assim, só somos capazes de conceber os eventos passados ou futuros através da junção entre a série A e a série B, pois temos que os eventos anteriores ao presente são passados, e os eventos posteriores ao presente são futuros. Dito isso, mesmo um evento presente, também é passado em relação ao futuro, e é futuro em relação ao passado, e esse é o ponto que gera a contradição para o autor. Desse modo, em sua visão, não poderia seguir que apenas a série A ou apenas a série B existam, ao mesmo tempo em que a existência da série A e da série B simultaneamente gera uma contradição, resultando na irreabilidade do tempo. O autor ainda complementa dizendo que, a nossa percepção do tempo é ilusória, pois ainda que o tempo não exista, nós não conseguimos conceber nada que exista sem as determinações temporais da série A e da série B juntas (p. 468-470).

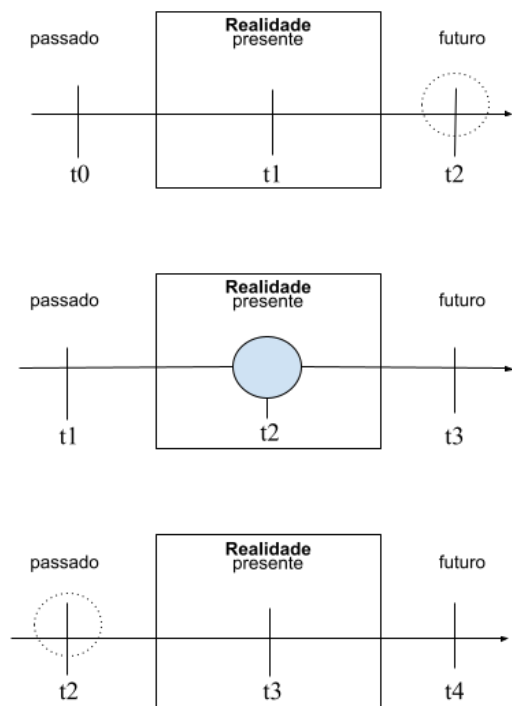
Entretanto, uma série de objeções podem ser levantadas acerca da proposta de McTaggart, e elas se dividem principalmente em dois grupos: De um lado, temos os teóricos que defendem apenas a série A, e de outro, os teóricos que defendem apenas a série B. Loux (2006) e Zimmerman (2011) nos apresentam a distinção entre essas duas posições. Eles esclarecem que os primeiros, chamados também de teóricos A (alguns dos teóricos A são Fine, 2008; Haslanger, 1989; Markosian, 1993, 2004; Prior, 1967, 2003; Zimmerman, 2008), defendem que apenas a série A é o suficiente para falarmos da dimensão temporal. Pois afirmam que as propriedades temporais, incluindo expressões como “agora”, “ontem”, “depois”, “hoje”, exprimem características objetivas do tempo. Embora concordem com McTaggart que essas propriedades são transitórias, eles afirmam que não há contradição alguma na instanciação de diferentes propriedades pelos eventos, uma vez que essas propriedades não são instanciadas ao mesmo tempo.

Para contrapor o argumento de McTaggart de que os eventos instanciam, ao mesmo tempo, a propriedade de ser presente, ser passado (em relação ao futuro) e ser futuro (em relação ao passado), os teóricos A declaram uma prioridade sobre o presente. Para eles, somente o presente é experienciado de forma direta, enquanto que o passado ou futuro não passam de estados mentais que possuímos no presente, sejam as memórias do passado ou pensamentos sobre o futuro. Isto é, quando um evento instancia a propriedade de ser futuro, ele ainda não existe, mas é um conteúdo da imaginação, da especulação, e não da realidade, pois ainda não chegou a ser presente. E quando um evento instancia a propriedade de ser passado, ele não existe mais, é apenas um conteúdo da memória.

Além disso, para os teóricos A, o tempo é algo dinâmico, um fluxo que modifica as propriedades temporais dos eventos. O *fluxo* do tempo traz ao presente os eventos que estão na inexistência do futuro, e leva-os para a inexistência do passado. Mas não existe algo como uma *extensão* temporal da realidade. Por exemplo, a explosão do Sol é um evento que ainda possui a propriedade de ser futuro, mas ganhará a propriedade de ser presente quando o fluxo do tempo o trouxer para a realidade e, posteriormente, o fluxo do tempo o levará ao passado. Da mesma forma, em 460 a.C Sócrates existia no presente e o evento de sua morte possuía a propriedade de ser futuro. Mas, após a sua morte, a sua existência deixou de ter a propriedade de ser presente e adquiriu a propriedade de ser passado.

Para melhor compreender a perspectiva dinâmica dos teóricos A, analisemos a figura abaixo:

Figura 1 - Natureza do tempo sob a ótica dos Teóricos A



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 1, vemos ao centro de cada uma das três linhas horizontais um retângulo que ilustra a porção da realidade existente. A linha horizontal indica o fluxo do tempo perpassando os eventos, enquanto a seta indica a direção para a qual o tempo se move. O círculo pontilhado em t_2 na primeira linha representa o evento que ainda não existe, pois está inserido no futuro, que é um tempo que não existe; é apenas uma imaginação, suposição, previsão, probabilidade. Chegando ao presente, na segunda linha o evento representado pelo círculo cinza finalmente adentra o campo da realidade e, ao se deslocar para o passado, na terceira linha, o evento representado pelo círculo pontilhado deixa de existir novamente, pois se insere em um tempo inexistente, ficando apenas no campo da memória.

Observando a figura 1, pensemos em t_0 como o ano 2000, em t_1 como 2001, e em t_2 como 2002. Na perspectiva dinâmica dos teóricos A, na primeira linha da figura 1 temos que 2001 é um ano presente, e todos os eventos que existem em 2001 possuem a propriedade de ser eventos presentes. Já o ano 2002 é um tempo futuro, e todos os eventos que existirão em 2002 possuem a propriedade de ser futuro. Enquanto o tempo 2000 é um tempo passado e todos os eventos que existiam em 2000 possuem a propriedade de ser passado. Por exemplo, podemos pensar no evento representado pelo círculo cinza como a inauguração de uma

livraria. Em 2001, no tempo presente inicial, a inauguração é futura. Mas considerando o fluxo do tempo, logo a inauguração será presente em 2002, e posteriormente, a inauguração será um evento passado.

Já os teóricos B (alguns dos teóricos B são Mellor 1981,1998; Oaklander, 1990; Sider, 1996, 1997; Smart, 1963) defendem apenas a série B, a qual postula que os eventos são ordenados em uma relação fixa de anterioridade e posterioridade. Para eles, o que McTaggart descreve como série B nada mais é do que a própria dimensão temporal. E o que ele chama de série A é apenas a forma que utilizamos para expressar as nossas experiências, uma forma subjetiva que temos de perceber os eventos. Para os teóricos B, o tempo é algo estático e compõe uma quarta dimensão além das três dimensões espaciais. A unidade dessas quatro dimensões é o espaço-tempo (Emery et. al, 2020). Ou seja, o espaço e o tempo são dimensões interdependentes da realidade que formam uma unidade, e tudo que existe localizado no espaço também existe localizado no tempo.

Os teóricos B defendem que nenhum tempo possui prioridade ontológica sobre os outros, pois todos os tempos são igualmente reais. Os eventos em cada tempo possuem o mesmo status ontológico tanto no passado, quanto no presente como no futuro (Richard, 1981; Kurtz, 2006; Lyra, 2020). Por exemplo, a existência de dinossauros, do *Homo sapiens* e da explosão do sol são eventos igualmente reais, mas que apenas antecedem e sucedem uns aos outros. Ou seja, os eventos não existem apenas no presente, nem apenas no futuro ou apenas no passado; assim como não são inexistentes no futuro e nem no passado, mas existem igualmente *na linha do tempo*.

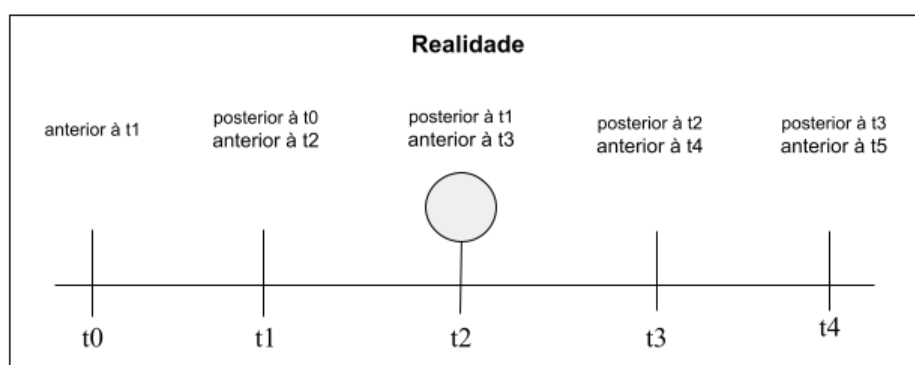
Além disso, os teóricos B adotam uma perspectiva estática a respeito do tempo, segundo a qual os eventos não possuem propriedades temporalizadas (*temporal property*), eles simplesmente estão localizados em determinadas posições fixas na linha do tempo. A explosão do Sol não é um evento que possui a propriedade de ser futuro, mas é um evento que se localiza na linha do tempo após toda a conversão do hidrogênio em hélio; o evento de fusão nuclear de hidrogênio em hélio do Sol não é um evento presente, mas apenas é um evento simultâneo a nossa existência; o nascimento de Sócrates não é um evento passado, mas apenas um evento que antecede a sua morte.

De maneira mais ampla, podemos pensar como a junção de gases e resíduos é um evento anterior à formação do Sol; a formação de Júpiter é anterior à formação do planeta Terra, o meu nascimento é posterior à morte de Aristóteles, a minha existência é simultânea ao evento de fusão de hidrogênio em hélio do Sol, etc. Nesse sentido, as noções de passado, presente e futuro são apenas subjetivas e não propriedades intrínsecas, pois dependem da

perspectiva de um observador. A formação de Júpiter é um evento passado desde a minha perspectiva, porém é um evento que está fixo na linha do tempo e que simplesmente antecede a formação da Terra que habito, assim como antecede o meu nascimento.

Analisemos a figura abaixo para uma melhor compreensão da perspectiva estática dos teóricos B:

Figura 2 - Natureza do tempo sob a ótica dos Teóricos B



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 2, ilustra-se a perspectiva dos teóricos B a respeito do tempo. Vemos um retângulo representando a totalidade da realidade, e a linha do tempo com posições fixas organizadas em uma relação de anterioridade e posterioridade. As posições na linha do tempo são representadas por t_0 , t_1 , t_2 , t_3 e t_4 , enquanto que o círculo cinza representa o evento localizado em t_2 . Percebamos que esses pontos não indicam um fluxo de tempo, mas simplesmente representam pontos fixos de uma linha do tempo estática. Assim, temos que, t_1 antecede t_2 , mas sucede t_0 . Da mesma maneira, t_2 antecede t_3 , mas sucede t_1 . Os eventos que existem juntos em um mesmo tempo, por exemplo em t_2 , são simultâneos e possuem uma relação de anterioridade e posterioridade com os eventos localizados em outros tempos. Retomando o exemplo da inauguração da livraria, supondo que o tempo t_2 seja 2002, temos que a inauguração da livraria antecede 2003 (t_3) e é posterior à 2001 (t_1).

Vimos nesta seção o argumento de McTaggart a respeito da irrealidade do tempo, no qual o autor propõe que o tempo como nós percebemos é formado por duas séries principais: série A e série B. Enquanto a série A é mutável, conferindo além de uma direção para a ordem dos eventos, as propriedades de ser passado, ser presente e ser futuro, a série B é estática e organizada por uma relação de anterioridade e posterioridade dos eventos. Uma vez que a

série B pressupõe a série A, McTaggart argumenta que isso gera uma contradição, pois o tempo não poderia ser simultaneamente fixo e mutável, e os eventos não poderiam instanciar mais de uma propriedade ao mesmo tempo (algo que é presente também é futuro em relação à uma posição e passado em relação a outra posição).

A partir do trabalho de McTaggart, surge uma série de objeções à sua proposta, culminando na divisão entre duas correntes principais de pensadores: Teóricos A e Teóricos B. Os Teóricos A defendem que apenas a série A explica satisfatoriamente a natureza do tempo, e consideram o tempo enquanto um fluxo constante que altera as propriedades temporais dos eventos, trazendo-os do futuro para o presente e levando-os do presente para o passado. Para os Teóricos A, o presente possui prioridade ontológica sobre os outros tempos, evitando assim a contradição de que os eventos instanciariam propriedades incompatíveis. Os Teóricos B defendem que apenas a série B é o suficiente para explicar a natureza do tempo, e consideram que há uma sucessão de eventos ordenados fixamente em uma relação de anterioridade e posterioridade. A partir dessa divisão de posicionamento a respeito da natureza do tempo, surgem discussões mais específicas visando explicar como os objetos que existem no tempo persistem às mudanças. Nas próximas seções, veremos três principais propostas de persistência: o endurantismo, que adota o pressuposto dos Teóricos A; o perdurantismo e o exdurantismo, que adotam o pressuposto dos Teóricos B.

2.2 Endurantismo

A primeira das teorias sobre a persistência que apresentaremos é a teoria endurantista. Como vimos anteriormente, o problema da *persistência* discute centralmente como os objetos persistem às mudanças sem instanciar propriedades incompatíveis e permanecendo enquanto sujeito das propriedades que instanciam. O endurantismo procura explicar a persistência dos objetos a partir de uma metafísica de coisas duradouras (*metaphysics of enduring things*) (Kurtz, 2006), isto é, os objetos persistem porque *enduram*, estando inteiramente presentes em cada momento. Para os endurantistas, os objetos são tridimensionais, isto é, possuem apenas uma extensão espacial e existem inteiramente em cada posição que ocupam na linha do tempo, mas não possuem qualquer extensão temporal (Hales & Johnson, 2003). Por essa razão, o endurantismo frequentemente é ligado aos elementos da série A: ao modelo dinâmico e presentista³ do tempo. Um objeto que está presente aqui e agora está inteiramente presente

³ É importante ressaltar que, embora as duas teorias sejam comumente interligadas, o endurantismo e a série A são duas teorias independentes. De tal modo, é possível que o endurantismo seja associado também à série B,

aqui e agora, somente aqui e agora. Nenhuma parte do objeto de agora está de alguma forma no passado ou no futuro (Hales & Johnson, 2003, p. 524).

Antes de falar propriamente sobre a persistência dos objetos no endurantismo, primeiro vamos esclarecer qual a visão do tempo para os endurantistas, pois isso será fundamental para uma melhor compreensão da teoria. Como dito acima, os endurantistas tradicionalmente adotam o pressuposto dinâmico e presentista da série A a respeito do tempo. Como esclarece Loux:

Nesta visão, a realidade não é temporalmente estendida, seja do passado para o presente ou do presente para o futuro. Como o nome sugere, os presentistas sustentam que apenas o que existe agora ou no presente realmente existe e apenas o que está ocorrendo agora ou no presente realmente ocorre. Os presentistas concordarão que antigamente existiam coisas que não existem mais e que existirão coisas que ainda não existem, mas negarão que essas afirmações implicam que há (em qualquer sentido de “são”) coisas que não existem agora ou no presente. Da mesma forma, os presentistas concordarão que ocorreram eventos anteriores que não estão ocorrendo agora e que ocorrerão eventos [posteriores] que ainda não estão ocorrendo, mas negarão que se segue destas afirmações que existe algum compartimento especial da realidade onde acontecem coisas que não estão acontecendo agora ou no presente. Ser real e ser presente, quer dizer o presentista, são a mesma coisa. (Loux, 2006, p. 221, tradução minha)

Markosian (2004) descreve o presente em termos de *presença concreta*, de forma que, por exemplo, Sócrates não existe mais no presente porque o seu corpo físico deixou de existir; meu sobrinho só passou a existir no presente quando passou a fazer parte da realidade concreta; se no futuro eu tiver um filho, esse filho ainda não existe porque ele ainda não faz parte da realidade concreta. De tal modo, o futuro e o passado são apenas abstrações, não têm uma presença concreta no mundo e, por isso, os teóricos que adotam uma visão dinâmica-presentista alegam que somente o presente existe. Eles não negam que os objetos passados existiram ou que os objetos futuros existirão. O ponto é que, para eles, o passado e o futuro não possuem o mesmo status ontológico que o presente, que o agora. Por exemplo, os dinossauros existiram há cerca de 66 milhões de anos, mas não existem mais. O Sol irá explodir daqui cerca de 7 bilhões de anos, mas essa explosão ainda não ocorreu. O *fluxo* do tempo traz ao presente os eventos que estão na inexistência do futuro, e leva-os para a inexistência do passado. Mas não existe algo como uma *extensão* temporal da realidade.

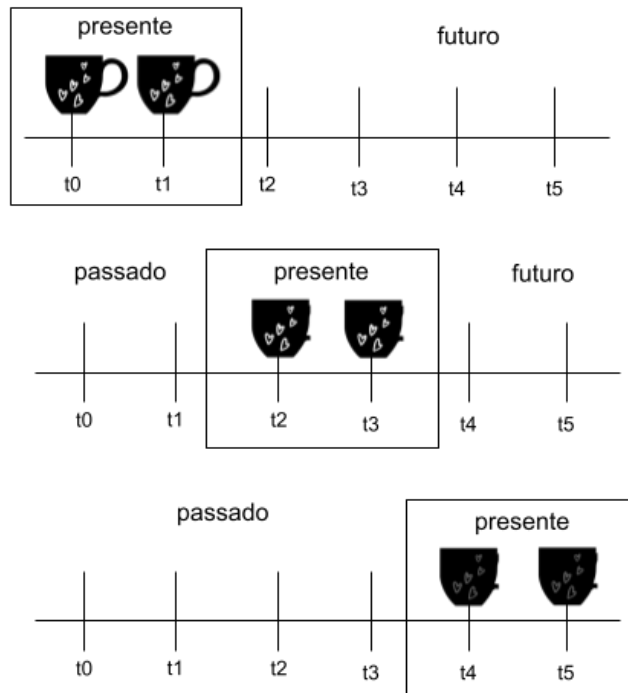
Para o endurantismo, um objeto *persiste* através da enduração se e somente se ele estiver inteiramente presente em diferentes tempos com todas as suas partes e propriedades essenciais (Haslanger, 2003; Merricks, 1999). Por exemplo, a minha xícara só persiste se de

assim como a série A pode ser associada ao perdurantismo ou ao exdurantismo. Entretanto, para não fugir do escopo, neste trabalho eu mantenho o foco na associação que já é mais discutida, frequente e intuitiva na literatura sobre o tema.

manhã, em t_1 , ela estava inteiramente presente quando a utilizei para beber café; de tarde, em t_2 , quando lavei a xícara, ela estava inteiramente presente no escorredor de louças; e de noite, em t_3 , ela também está inteiramente presente quando a utilizei para beber chá.

Podemos ilustrar a persistência dos objetos no endurantismo da seguinte maneira:

Figura 3 - Persistência endurantista da xícara



Fonte: Elaborado pela autora

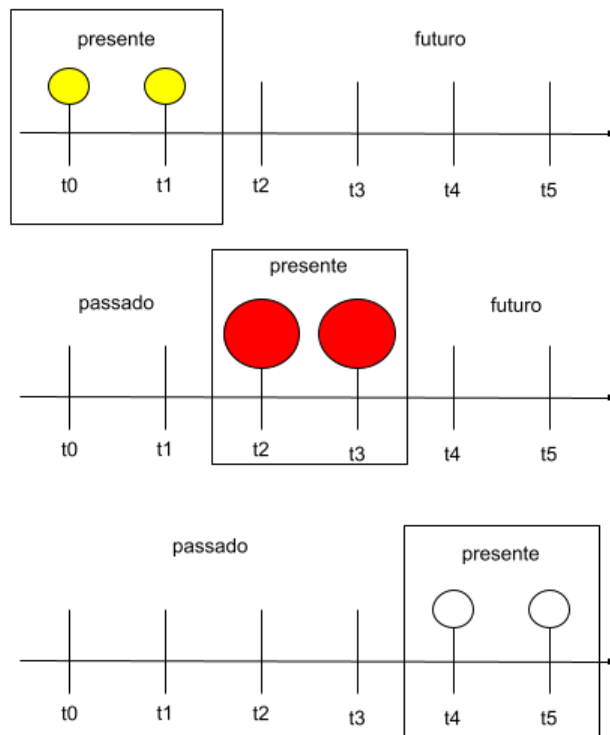
Na figura 3, temos um objeto representado por uma xícara inteiramente presente em cada tempo distinto, com todas as suas partes e propriedades essenciais. Assim, a cada mudança que o objeto sofra, ele passará a existir inteiramente nos próximos tempos com a nova propriedade adquirida (Kurtz, 2006). Por exemplo, a minha xícara existe em t_1 com a estampa e alça intactas. Porém, se em t_2 eu acidentalmente derrubá-la e a alça quebrar, a partir de t_2 ela passará a existir inteiramente em cada momento presente com a alça quebrada. Se em t_4 a sua estampa ficar desbotada, a partir de t_4 ela existirá inteiramente em cada momento presente com a estampa desbotada e com a alça quebrada. Pois, agora, a completude da xícara é o que restou após ter sua estampa comprometida e ter perdido uma parte física, a alça. Embora a xícara tenha perdido algumas partes, ela ainda é capaz de persistir porque as partes e propriedades perdidas não eram *essenciais*, mas eram *não essenciais*. Por exemplo, a xícara pode perder sua alça e estampa, ou até mesmo ser pintada de outra cor, mas ela continuará

sendo de porcelana, tendo o mesmo formato, sendo utilizada para ingerir líquidos. No entanto, se a xícara perdesse a propriedade de ser sólida, se tornando um líquido, a xícara não poderia persistir, pois a solidez parece ser uma de suas propriedades essenciais.

É importante ressaltar aqui também o papel das propriedades temporalizadas no endurantismo. A propriedade da xícara de ter uma alça em t_0 e t_1 é necessariamente mediada pela propriedade temporal *presente*. Quando a xícara muda a sua propriedade, ter uma alça quebrada passa a ser mediada pela propriedade temporal *presente*. Essa mediação de propriedades é o que permite o critério de consistência, evitando que um objeto instancie propriedades incompatíveis ao mesmo tempo. Como para o endurantismo a realidade não é temporalmente estendida, não seria possível afirmar que há algo como uma extensão temporal da xícara que instancia a propriedade de ter a alça, e outra extensão temporal da xícara onde ela instancia a propriedade de ter a alça quebrada, ou de ter a alça quebrada e a estampa desbotada. Portanto, “ser presente” é uma mediação necessária para indicar a realidade da propriedade instanciada pelo objeto, enquanto que “ser passado” ou “ser futuro” indica as propriedades inexistentes dos objetos, seja porque o objeto deixou de instanciar a propriedade, ou porque ele ainda não instanciou a propriedade.

Outro exemplo que podemos pensar para compreender a persistência dos objetos no endurantismo é o próprio processo evolutivo do Sol, vejamos abaixo:

Figura 4 - Persistência endurantista do Sol



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 4, vemos que em t_0 e em t_1 , os círculos amarelos representam o Sol instanciando a propriedade de ser uma anã amarela e estando inteiramente presente em cada um desses tempos. Em t_2 , ao adquirir a propriedade de ser uma gigante vermelha, o Sol passa a existir inteiramente em cada momento instanciando a sua nova propriedade de ser uma gigante vermelha; o mesmo ocorrerá a partir de t_4 , quando o Sol adquirir a propriedade de ser uma anã branca. Observamos que quando o presente se move, passando a estar em t_2 e t_3 onde o Sol instancia a propriedade de ser uma gigante vermelha, o tempo que se torna passado em t_0 e t_1 está fora do campo da realidade, e o Sol instanciando a propriedade de ser uma anã amarela não existe. Assim como, quando o Sol passa a instanciar a propriedade de ser uma anã branca no tempo presente em t_4 e t_5 implica que t_2 e t_3 se tornou passado e o Sol instanciando a propriedade de ser uma gigante vermelha não existe.

Novamente, observamos a relevância das propriedades temporalizadas neste caso. A realidade não é temporalmente estendida, e portanto cada propriedade instanciada pelo Sol fica restrita ao tempo presente. Para evitar a contradição de que o Sol instancie propriedades incompatíveis ao mesmo tempo, cada propriedade deverá ser mediada pela propriedade temporalizada de ser presente, enquanto as propriedades mediadas pela propriedade temporalizada “passado” e “futuro” estarão indicando o que está fora do campo da realidade.

Inicialmente, o endurantismo parece ser uma tese intuitiva, defendendo que os objetos podem persistir às mudanças sem contradição porque eles instanciam propriedades incompatíveis em tempos *diferentes*. Entretanto, é possível levantar algumas objeções em relação ao pressuposto presentista adotado pelos endurantistas. Por exemplo, se os eventos do futuro não existem, como pode algo inexistente mover-se até o presente? (Ingram & Tallant, 2023). Pois, se algo não existe, como esse algo pode ganhar ou perder propriedades temporais (de ser futuro, ser presente ou ser passado)? Para algo se mover no tempo, isso já implicaria que o evento que se move existe. Se há um objeto que existe em um tempo futuro, seria contraditório dizer ao mesmo tempo que o objeto *não existe*. Do contrário, não haveria objeto algum no futuro e nem no passado, mas simplesmente objetos que emergem instantaneamente no presente, eventos que logo deixam de existir, ao invés de se deslocarem para um tempo distinto e ganharem a propriedade de passado como pressupõe uma visão endurantista.

Markosian (2004, p. 330) responde essa objeção argumentando que, quando o presentista diz que algo possui a propriedade de ser futuro ou de ser passado, na verdade é apenas uma forma linguística de se referir a algo que ainda não existe ou a algo que não existe mais. É uma proposição que referencia o objeto mental de especulação ou da memória, mas não significa que exista concretamente um objeto no futuro ou no passado, já que apenas o presente é real. Por exemplo, se eu disser que “eu adotei um gato hoje”, essa proposição no presente é falsa, mas será verdadeira, vamos supor daqui a 5 anos, no dia em que eu de fato adotar um gato. Já a proposição proferida no presente “eu pretendo adotar um gato no futuro” é verdadeira, pois se refere ao planejamento que estou fazendo neste momento, mas a adoção concreta do gato ainda não é real, pois não existe fora da minha mente.

Porém, o endurantismo ainda enfrenta desafios para explicar adequadamente as relações causais. Como explicar a relação causal que objetos presentes (que existem) possuem com objetos do passado (que não existem)? (Lyra, 2020). Relações de causação implicam em 2 coisas que estão relacionadas entre si, porém se uma delas não existe, isso é um problema para o endurantismo, pois teríamos somente objetos presentes sem uma causa geradora. Por exemplo, um neto de um avô falecido, ou uma semente que gera uma árvore frutífera. Uma estratégia defendida por Markosian é que os objetos existentes e não existentes possuem pelo menos algum objeto de ligação entre si (2004, p. 334). Por exemplo, o material genético seria o objeto de ligação que conecta o neto ao avô, e que conecta a semente à árvore. Mas, essa resposta parece circular, pois Markosian não explica de forma mais profunda a respeito dos limites do presente.

Embora o autor argumente que o presente é uma soma de todos os fatos concretos, isso não parece o suficiente para responder a pergunta sobre quais são os limites do presente, pois esses limites parecem vagos e abrangentes demais. Por exemplo, quando digo que estou tomando café (no presente), o limite desse presente é enquanto o café durar na minha xícara, ou cada gole que dou já é um presente diferente? Se eu tomar uma xícara de café mais demorada, saboreando e me concentrando no sabor, na temperatura, e tomar outra xícara mais rapidamente porque percebi que já estou atrasada para a aula, seriam dois presentes com duração diferente? Se estou lendo um livro, o presente é a leitura de cada palavra, de cada frase, de cada página, de cada capítulo, ou do livro inteiro? Se estou lendo um livro ao longo do período de um mês, e em seguida leio outro livro ao longo de um único dia, seriam dois presentes diferentes? Qual presente teria prioridade ontológica? Quando podemos dizer que algo efetivamente se tornou ou deixou de ser presente?

Outro problema ainda mais fundamental é que, uma vez que o endurantismo considera as propriedades dos objetos através de uma mediação por propriedades temporalizadas, ocorre uma contradição com a *condição de sujeito apropriado*. Lewis (1986; 1988) destaca que, para que um objeto legitimamente seja o sujeito de uma propriedade, essa propriedade deve ser intrínseca, e não extrínseca. Isto é, as propriedades dos objetos não deveriam ser definidas por nada além do próprio objeto. Por exemplo, a propriedade de *ser cítrico* é uma propriedade intrínseca de um limão, pois essa propriedade não depende da relação com nenhum item externo, apenas do próprio limão. Já a propriedade de *ser irmão* é uma propriedade extrínseca, pois depende da relação com itens externos (pelo menos uma pessoa que é filho do mesmo genitor). Isso se aplica ao caso das propriedades temporais no endurantismo: as propriedades dos objetos, por exemplo, *ser azul*, estão relacionadas ao fator externo do tempo, por exemplo, *ser presente*. De tal modo, se o objeto for pintado de vermelho, para que não haja uma contradição na instanciação de propriedades incompatíveis, a propriedade *ser azul* necessariamente é indexada ao fator externo *passado*, enquanto que a propriedade *ser vermelho* passa a ser indexada ao fator externo *presente*.

Como vimos, para os endurantistas os objetos não possuem partes temporais, apenas espaciais, parece ser necessário que a instanciação de propriedades do objeto seja mediada por propriedades externas temporalizadas a fim de evitar contradição, já que os objetos não podem instanciar propriedades incompatíveis *ao mesmo tempo*. Isto é, deveria ser o caso, por exemplo, que a minha xícara possui a alça e estampa intactas *no passado*, sendo que a temporalização “*no passado*” é necessariamente o que media a propriedade da xícara de possuir a alça e estampa intactas. Entretanto, a consequência é que um objeto não poderia ser

o sujeito de uma propriedade, pois somente o objeto sem uma propriedade temporalizada mediadora não é o suficiente para instanciar uma propriedade, mas há uma dependência da propriedade à algo externo ao próprio objeto, que são as propriedades temporalizadas. Dessa forma, o objeto teria uma relação com as propriedades, mas não uma instanciação legítima delas. Ao mesmo tempo, a temporalização das propriedades do objeto é fundamental para que não haja contradição no endurantismo. Desse modo, para preservar a persistência, a consequência é que no endurantismo os objetos não poderiam realmente mudar, pois as propriedades que mudam com o tempo não pertencem ao objeto em si. Ou ainda, deveria ser o caso que a cada mudança surge um novo objeto, pois a propriedade intrínseca que o objeto instancia no presente é a única real, mas nesse caso não haveria persistência, porque cada objeto estaria restrito a um único tempo. Portanto, ao aceitar o endurantismo, o custo metafísico é que os objetos não são os sujeitos de suas propriedades, sendo que este é um critério para mudança.

Outro ponto a ser ressaltado é que se aceitássemos o endurantismo com seu pressuposto dinâmico e presentista da série A, teríamos um problema em delimitar o referencial a partir do qual estamos considerando passado, presente e futuro. Pois, algo só pode ser considerado passado, presente ou futuro desde a perspectiva de um observador. A nossa própria percepção do tempo é limitada, pois utilizamos como referência a nossa própria perspectiva, bem como o movimento da Terra sob o seu próprio eixo e ao redor do Sol. Entretanto, outros planetas, realizam esse movimento de forma mais ou menos longa. Um dia em Júpiter, por exemplo, equivale a cerca de 9 horas e 56 minutos terrestres, enquanto um dia em Vênus equivale a cerca de 243 dias terrestres (5.832 horas).

Poderíamos ainda questionar a própria unidade de tempo que utilizamos atualmente, o modelo atômico, no qual cada segundo corresponde à 9.192.631.770 oscilações de césio 133. De tal forma, teríamos muitas questões: o presente seria cada segundo? Se estivéssemos em um contexto anterior à invenção do relógio atômico em 1943, como delimitaríamos o tempo presente? O presente é o período de uma volta da Terra sob seu próprio eixo? Uma volta da Terra ao redor do Sol? Um período do ciclo lunar? Um segundo? Ou um milissegundo? As próprias oscilações do átomo césio 133 instanciam propriedades temporais? Se nós não existíssemos, a partir de qual perspectiva os objetos instanciaríamos alguma propriedade de ser presente, ser passado ou ser futuro? Considerando a teoria da natureza do tempo sob a qual o endurantismo se consolida, para uma defesa adequada do endurantismo, torna-se necessário também uma defesa adequada do presentismo. De forma que, enquanto houver lacunas no presentismo, essas lacunas a serem preenchidas também permanecerão no endurantismo.

2.3 Perdurantismo

Ao contrário do endurantismo, o perdurantismo é uma teoria que endossa a metafísica de partes temporais (*metaphysics of temporal parts*), isto é, os objetos persistem porque *perduram* através de partes *temporais* (Kurtz, 2006). O perdurantismo é uma teoria tetradimensional, ou seja, além de uma extensão no espaço, considera que os objetos também possuem uma extensão no tempo. Desse modo, para o perdurantismo, os objetos existem estendidos no espaçotempo como uma “minhoca” espaçotemporal e persistem porque cada uma de suas partes existem em diferentes momentos. Além disso, o perdurantismo está comumente associado aos elementos da série B: o *eternalismo* e o modelo estático sobre o tempo.

Uma vantagem que temos ao adotar o pressuposto da série B como legítima natureza do tempo é o respaldo científico que podemos encontrar. Não por acaso, a série B também é denominada como *a visão científica do tempo* (Banfí, 2021). Para os teóricos B, a realidade consiste em um universo tetradimensional⁴, isto é, no próprio espaçotempo, onde, além das três dimensões espaciais (altura, comprimento e largura) existe também uma quarta dimensão: o tempo (Banfí, 2021, p. 10). Os teóricos B postulam que o tempo é uma dimensão análoga ao espaço e que as coisas existem localizadas em cada tempo distinto, de forma semelhante à localização no espaço. Por exemplo, assim como uma xícara existe ocupando uma porção de espaço com determinada largura, altura e comprimento, ela também existe ocupando uma determinada porção de tempo. Da mesma maneira que a xícara está espacialmente localizada sobre a mesa, ela também está temporalmente localizada em diferentes tempos sucessivos, como 2022, 2023, 2024, às 20h16 do dia 26 de junho de 2024, às 21:30h, etc. Assim, os teóricos B defendem que os eventos passados, presentes e futuros existem. Para eles, o termo “presente” é apenas uma expressão linguística utilizada para referenciar uma posição no tempo simultânea a um observador ou ao proferimento de um enunciado, mas não possui uma distinção metafísica de outros tempos, pois os tempos presentes e não presentes são metafisicamente iguais (Banfí, 2021, p. 10). O que existe na verdade é um conjunto de

⁴ Para mais detalhes sobre a discussão tradicional da quarta dimensão (tetradimensionalismo) na ciência, ver Eddington (1948), Sagan (1980) e Minkowski (2012). Mais adiante discutirei mais detalhadamente o tetradimensionalismo na filosofia introduzido por Sider (1997). Enquanto a primeira possui uma abordagem sob a ótica da *física* e considera a quarta dimensão enquanto uma dimensão espacial, a segunda possui uma abordagem sob a ótica da *metafísica* e considera a quarta dimensão enquanto uma dimensão temporal.

eventos igualmente reais que são anteriores ou posteriores uns aos outros, cada um ocupando uma posição diferente no tempo.

Ao contrário das objeções de McTaggart e dos teóricos A, mesmo sem as propriedades temporalizadas de presente, passado e futuro, uma teoria que endossa o pressuposto eternalista-estático da série B é capaz de acomodar uma direção de eventos, além de ressaltar o respaldo científico que encontramos nessas teorias. Pois podemos recorrer à segunda lei da termodinâmica, a entropia, associada à flecha do tempo. Basicamente, a entropia diz respeito a um processo de irreversibilidade de estados baseada na desordem crescente de um sistema (Massoni, 2008). Um exemplo utilizado por Hawking (2009, p. 69) é que se deixarmos de realizar a manutenção de nossa casa, será perceptível a desordem crescente. Mesmo se convertermos a desordem em ordem, isso vai demandar um gasto de energia e, assim, a energia ordenada disponível irá diminuir. A essa direção unilateral dos eventos contida na entropia, Eddington (1948) postula como “a flecha do tempo”. Posteriormente, Hawking (2009; 2015) distingue entre três flechas do tempo: a flecha do tempo termodinâmica, a flecha do tempo psicológica e a flecha do tempo cosmológica.

A *flecha do tempo termodinâmica* é, como dito, a própria desordem crescente no universo; se jogarmos uma xícara no chão, ela se quebra em vários pedaços aleatórios. Mas, se juntarmos todos esses pedaços e jogarmos no chão, eles não formarão uma nova xícara, apenas se espalharão novamente e possivelmente se quebrarão em pedaços ainda menores. Mesmo que eu, de alguma forma, consiga juntá-los e reconstruir a xícara, será necessário um gasto adicional de energia para exercer tal ação sobre o objeto. A *flecha do tempo psicológica* é a direção na qual sentimos a passagem do tempo, e nos mostra, por exemplo, porque lembramos dos eventos passados (anteriores), mas não dos eventos futuros (posteriores). Já a *flecha do tempo cosmológica* é a direção para a qual o universo está se expandindo, ao invés de estar se contraindo. Hawking afirma que a flecha do tempo psicológica é determinada pela flecha do tempo termodinâmica e que apontam na mesma direção da flecha do tempo cosmológica.

Para melhor compreender a correlação entre essas três flechas do tempo, vejamos primeiro a explicação de como a flecha do tempo termodinâmica e cosmológica apontam na mesma direção:

O universo teria começado com um período de expansão exponencial ou “inflacionária” no qual teria aumentado de tamanho muitas e muitas vezes. Durante essa expansão, as flutuações de densidade teriam permanecido pequenas no início, mas depois teriam começado a crescer. A atração gravitacional da massa extra teria desacelerado a expansão de regiões onde a densidade era ligeiramente mais elevada do que a média. Em algum

momento, tais regiões teriam parado de se expandir e entrado em colapso para formar galáxias, estrelas e seres como nós. O universo teria começado em um estado liso e ordenado e então, teria se tornado inhomogêneo e desordenado com o passar do tempo. Isso explicaria a seta do tempo termodinâmica [...] A fim de sobreviver, os seres humanos têm de consumir alimento, uma forma ordenada de energia, e convertê-lo em calor, uma forma desordenada de energia. Assim, a vida inteligente não poderia existir na fase de contração do universo. Isso explica porque observamos as setas do tempo termodinâmica e cosmológica apontando na mesma direção (Hawking, 2015, p. 185 - 188)

Assim, percebemos que, por exemplo, uma vez que a Terra complete uma volta sob o seu próprio eixo, esse movimento não irá simplesmente retroceder; a história e o próprio ciclo da vida seguem uma ordem. Os filhos não nascem antes dos genitores, uma árvore não cresce antes da sua semente ser germinada. Se a direção dos eventos encontra um grau crescente de aleatoriedades no caminho, como a própria expansão do universo, então significa que há uma direção unilateral do tempo.

Após esclarecer a relação entre a flecha do tempo cosmológica e a flecha do tempo termodinâmica, Hawking esclarece como a flecha do tempo psicológica se relaciona com a flecha do tempo termodinâmica. Para isso, ele faz um paralelo da memória humana com a memória de um computador. Vejamos:

Acredito que é razoável supor que a flecha para os computadores é a mesma que para os seres humanos. Se não fosse, alguém poderia provocar uma falência na bolsa se tivesse um computador que se lembrasse dos preços de amanhã.[...]

Antes de que se registre um dado na memória, a memória está em um estado desordenado com probabilidades iguais para um e zero. Uma vez que a memória interage com o sistema que tem de registrar, estará decididamente em um estado ou em outro, segundo seja o estado do sistema. Assim, pois, a memória passa de um estado desordenado a um estado ordenado. Porém, para assegurar que a memória está no estado correto é necessário utilizar certa quantidade de energia. Essa energia se dissipa em forma de calor e aumenta a quantidade de desordem no universo. Se pode demonstrar que esse aumento de desordem é maior que o aumento de ordem da memória. Assim, quando um computador registra um dado na memória, a quantidade total de desordem no universo aumenta.

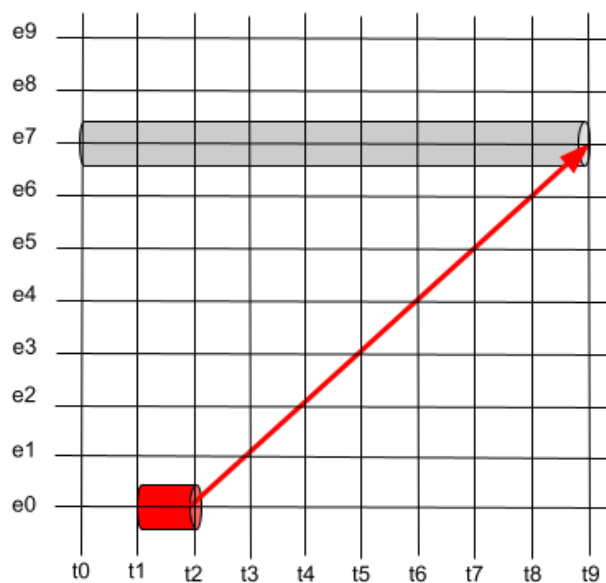
A direção do tempo na qual um computador se lembra do passado é a mesma direção na qual aumenta a desordem. Isso significa que nossa sensação subjetiva da direção do tempo, a flecha do tempo psicológica, está determinada pela flecha do tempo termodinâmica. (Hawking, 2009, p. 115-116, tradução minha)

Vejamos que aqui, ao contrário do que supõe os teóricos A, não é a percepção subjetiva do tempo, a noção de passado, presente e futuro, que determina a direção dos eventos. Mas é a direção objetiva do tempo (contida na série B) que determina a percepção subjetiva (contida na série A). Se não fosse assim, nós nos lembraríamos de eventos que ainda não aconteceram,

ou teríamos a sensação de que eventos anteriores são futuros. Mas, conforme observamos na realidade, nós só conseguimos nos lembrar de eventos anteriores e especular sobre eventos posteriores, tendo a percepção *subjetiva* de passado associada ao que é anterior, e a percepção *subjetiva* de futuro associada ao que é posterior. Com isso, podemos considerar que somente a série B de McTaggart é o suficiente para descrever a dimensão temporal, sem a necessidade de uma série A (pressuposta pelo endurantismo), uma vez que os elementos da série A são apenas subjetivos e determinados pela objetividade da série B.

O modelo da série B adotada pelo perdurantismo é compatível também com a própria teoria da relatividade de Einstein, que postula a relatividade do tempo, já que ambas negam a existência de um presente absoluto. O tempo que nós percebemos e experienciamos é subjetivo, pois cada pessoa pode ter uma percepção diferente a depender do ponto referencial. Por exemplo, a luz de Betelgeuse poderia ocupar posições sucessivas na linha do tempo mesmo que não fossem mais simultâneas à própria Betelgeuse, e mesmo que não houvesse nenhum observador. Vejamos a ilustração a seguir:

Figura 5 - Viagem da luz de Betelgeuse



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 5, temos as linhas verticais representando o tempo e as linhas horizontais representando o espaço. O cilindro vermelho representa Betelgeuse de $(t1; e0)$ à $(t2; e0)$, supondo que devido à sua explosão, $(t2; e0)$ é a última posição que ocupa no espaçotempo. O cilindro cinza representa o planeta Terra em um espaço do universo representado por e7

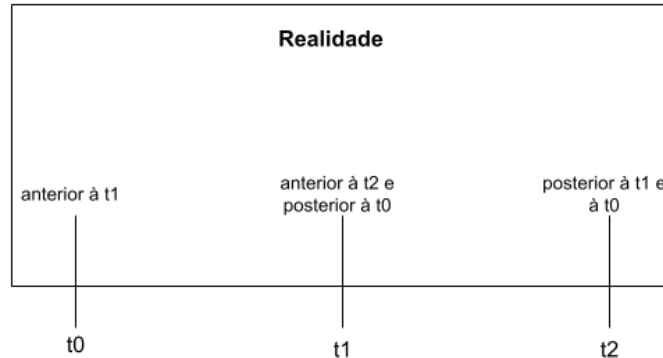
ocupando os tempos de t_0 à t_9 , e a seta vermelha representa a luz de Betelgeuse ocupando várias posições no espaçotempo até ocupar a mesma porção do espaçotempo que a Terra em (t_7 ; t_9). Vejamos que, embora Betelgeuse tenha ocupado a primeira posição em t_1 e a última posição em t_2 , e que a luz de sua explosão só seja visível na Terra em t_9 , todas as posições são igualmente reais. Tanto as posições anteriores (quando Betelgeuse ainda não existia), simultâneas (quando Betelgeuse existe ao mesmo tempo em que a Terra), e posteriores (quando Betelgeuse deixa de existir), são reais. Temos ainda que, em t_9 , o observador vê a luz de um objeto que não existe naquele momento.

O fato de não acessarmos diretamente todos os tempos e os objetos contidos em cada tempo (já que o que está no passado só podemos acessar indiretamente através da memória, e o que está no futuro acessamos indiretamente através da inferência), não significa que eles não existam. A plausibilidade da tese pode ser apreendida ao compararmos com algo bem simples no espaçotempo: quando olhamos para o céu, há diversos astros que não conseguimos enxergar, porque estamos a uma distância que nos impede de vê-los e não porque eles não existem. As estrelas Alnitak, Alnilam e Mintaka, popularmente conhecidas como as Três Marias, são visualizadas por nós enquanto apenas três estrelas formando um conjunto localizado na constelação de Órion. Entretanto, Alnitak é na verdade um sistema triplo, possuindo outras duas estrelas em sua órbita, enquanto Mintaka é um sistema quádruplo, possuindo mais quatro estrelas (Mohon, 2015). O fato de que não vemos as companheiras dessas estrelas a olho nú, não significa que elas não existam. Do mesmo modo, no eternalismo, apenas porque não conseguimos acessar diretamente as posições anteriores ou posteriores à uma posição na qual nos encontramos, não significa que essas outras posições não existam. Adotando os pressupostos da série B, vamos analisar agora a primeira teoria da persistência tetradimensionalista, o perdurantismo.

Diferente do endurantismo, o perdurantismo defende que todos os tempos são igualmente reais, ou seja, não há prioridade ontológica de nenhum momento sobre o outro. Para o perdurantismo, a realidade é temporalmente estendida e cada momento se organiza de forma anterior e posterior uns aos outros. Por exemplo, a existência da minha xícara de manhã, de tarde e de noite são objetos igualmente reais, mas que apenas antecedem e sucedem uns aos outros. De tal modo, os objetos não existem apenas no presente, nem apenas no futuro ou apenas no passado; assim como não são inexistentes no futuro e nem no passado, mas existem igualmente *na linha do tempo*. Esse pressuposto sobre a natureza do tempo para a teoria perdurantista é importante, pois será a base para explicar como os objetos existem e persistem dada essa dimensão temporal.

Podemos ilustrar a realidade para o perdurantismo da seguinte maneira:

Figura 6 - Realidade perdurantista



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 6, temos o quadro representando a totalidade da realidade, composta pelas posições temporais organizadas em uma relação de anterioridade e posterioridade. Ao contrário do endurantismo, no perdurantismo não há um fluxo do tempo que confere aos objetos as propriedades de ser futuro, ser presente ou ser passado.

Um ponto importante que Sider (1996) destaca é a noção espaçotemporal de existir em um momento. O autor diferencia os conceitos de *existência* (quantificação) e *existência-em* (localização). Enquanto *existência* é mais geral, referindo-se à quantificação atemporal sobre todos os objetos localizados em qualquer momento, a noção de *existência-em* possui o sentido de *estar localizado em* um determinado tempo, referindo-se às *partes temporais* do objeto. Por exemplo, eu posso dizer simplesmente que *eu existo* atemporalmente, ou eu posso dizer que *eu existo-em* 2024, mas não *existirei-em* nenhum tempo após a minha morte. Outro exemplo é dizermos que os dinossauros *existem* atemporalmente, ou dizermos que os dinossauros *existiram-em* 66 milhões de anos atrás, mas não *existem-em* 2024. É a noção de *existência-em* que predomina quando falamos da existência de objetos no tetradimensionalismo.

Nas palavras de Sider, “o cerne do tetradimensionalismo é a afirmação de que a relação parte-todo se comporta em relação ao tempo de forma análoga à forma como se comporta em relação ao espaço” (1997, p. 59, tradução minha). Tradicionalmente, nas discussões sobre mereologia⁵, os objetos são considerados enquanto compostos por partes, e a questão é compreender como essas partes se comportam e a relação que possuem com a

⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre mereologia, ver Bennett (2017), Varzi (2019) e Nunes (2020).

totalidade do objeto. Por exemplo, um livro é composto pela capa, páginas e palavras impressas nas páginas. A soma dessas partes constituem o objeto que conhecemos como livro.

Porém, enquanto a mereologia possui o foco na relação parte-todo da composição material dos objetos, isto é, na extensão espacial desses objetos, o tetradimensionalismo discute a composição *temporal* dos objetos, procurando compreender a relação que as partes localizadas em cada *tempo* distinto possuem com a totalidade do objeto, considerado como a soma de todas as partes temporais. Por exemplo, um livro que foi impresso em 2021 possui partes temporais em 2021, 2022, 2023, e 2024, sendo que cada uma dessas partes temporais compõem a totalidade do livro. Um tetradimensionalista procuraria compreender como essas partes temporais do mesmo livro se comportam e se relacionam, formando a unidade do objeto livro. Desse modo, da mesma forma que os objetos são compostos por partes materiais e ocupam um espaço tridimensional, para o perdurantismo, os objetos são uma soma de partes temporais e existem no tempo na medida em que possuem uma parte temporal em determinado tempo.

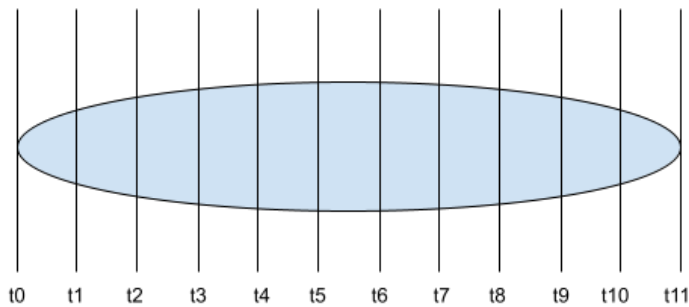
Essa ideia pode ser melhor compreendida com o seguinte exemplo de Callais:

[...] a visão completa de uma maçã inclui o seu vir a ser a partir do germinar, o seu desenvolvimento, e o seu decair. Cada um desses estágios é uma fatia temporal do tempo [completo] da maçã, mas olhando para o objeto enquanto temporalmente estendido, o perdurantismo visualiza o objeto em sua totalidade. (2021, p. 24-25, tradução minha)

Portanto, ao contrário do endurantismo que postula que os objetos existem inteiramente em cada tempo presente, para o perdurantismo, o que existe em cada momento são partes temporais do objeto, e a sua totalidade é a soma de todas essas partes, incluindo desde o seu momento de origem até o seu fim. Para o perdurantismo, todos os tempos existem e, portanto, todas as partes temporais do objeto também existem. Por exemplo, a xícara que utilizei para tomar café de manhã, a xícara que eu lavei e coloquei no escorredor de louças à tarde e a xícara que utilizei para tomar chá à noite, são partes temporais da xícara que compõem a sua totalidade.

Vejamos um exemplo da existência dos objetos no perdurantismo:

Figura 7 - Persistência no perdurantismo e minhoca espaçotemporal



Fonte: elaborado pela autora

Observamos na figura 7 a existência completa de um objeto ilustrado pelo oval cinza. O objeto existe de t_0 à t_{11} , mas o que existe em cada um desses intervalos é apenas uma parte temporal do objeto, que faz parte da totalidade do objeto através do tempo. Essa unidade, que consiste na soma das partes temporais de um objeto, é denominada de *minhoca espaçotemporal*, pois os objetos estão estendidos no espaçotempo.

Dizemos que uma parte temporal é *atemporalmente* parte da minhoca espaçotemporal maior, porque cada parte está ordenada na linha do tempo em uma relação de anterioridade e posterioridade (Sider, 1997). Por exemplo, a parte temporal em t_1 é anterior à parte temporal em t_2 e ambas as partes temporais, em uma relação de anterioridade e posterioridade, são atemporalmente partes da totalidade do objeto. A atemporalidade das partes temporais do objeto pode ser explicada da seguinte maneira: a parte do objeto que está em t_1 não irá passar a ocupar t_2 . Mas, há uma parte temporal fixa em t_1 e outra parte temporal fixa em t_2 , e assim por diante. Da mesma maneira que a posição t_1 na linha do tempo não se transforma em t_2 , sendo duas posições distintas, as partes temporais que se localizam respectivamente na posição t_1 e na posição t_2 existem fixamente de forma anterior e posterior uma a outra (tanto as partes temporais dos objetos quanto as posições temporais que integram a linha do tempo).

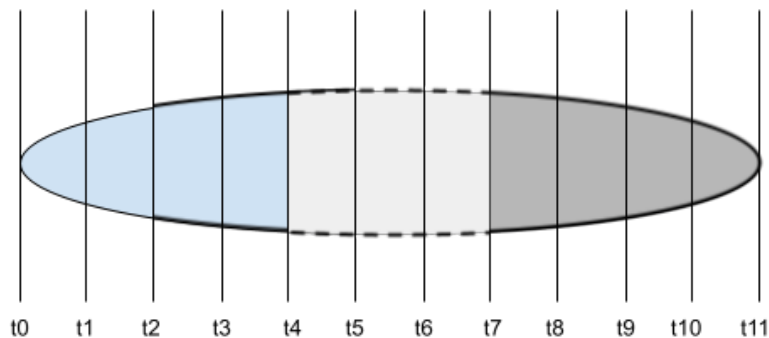
Como vimos anteriormente, no eternalismo e na teoria estática, os objetos não instanciam a propriedade de ser presente, ser passado ou ser futuro, visto que esses são aspectos subjetivos e relativos. Para uma teoria tetradimensional como o perdurantismo, ao invés de propriedades temporais, a propriedade que os objetos instanciam são propriedades *relacionais* e essas relações mudam ao longo do tempo. Diferente da relação de identidade entre as próprias partes temporais, que é o que conecta as partes temporais do objeto, as propriedades relacionais dizem respeito à relação das partes temporais do objeto com determinados atributos.

Por exemplo, se eu sou filósofa, é porque possuo a relação adequada com itens que me conferem tal propriedade, como a relação da minha parte temporal atual com o notebook que estou utilizando para escrever um trabalho filosófico. A propriedade de ser azul da camiseta que estou vestindo, lhe é conferida porque a parte temporal da camiseta está adequadamente relacionada com o pigmento azul. Mas, em outro tempo eu poderia tingi-la de preto e, assim, a parte temporal sucessiva da minha camiseta estaria relacionada com o pigmento preto e não mais com o pigmento azul. Desse modo, os objetos existem estendidos no tempo, com suas partes temporais instanciando determinadas propriedades em virtude da relação que possuem com os itens à sua volta em cada tempo.

Para o tetradimensionalismo a mudança consiste na diferença entre as partes temporais sucessivas de um objeto (Sider, 1997, p. 57) e, para o perdurantismo, mais especificamente, a mudança dos objetos ocorre quando alguma dessas partes temporais instanciam propriedades incompatíveis entre si (Kurtz, 2006). Por exemplo, eu posso dizer que a minha parte temporal atual está em t1 sentada escrevendo esse texto e, na sequência, poderá haver outra parte temporal minha, em t2, que estará em pé organizando livros na prateleira. Ambas as minhas partes temporais são partes da unidade que eu sou e há uma mudança em mim porque cada parte temporal minha instancia uma propriedade incompatível em diferentes tempos: eu não posso estar sentada e em pé ao mesmo tempo.

No perdurantismo, entretanto, encontramos um problema ao acomodar a condição de sujeito apropriado: Ainda que os objetos possuam partes temporais estendidas no tempo, o fato é que essas partes temporais constituem uma só unidade. Mesmo que no perdurantismo as propriedades incompatíveis não sejam instanciadas *ao mesmo tempo*, satisfazendo assim o critério de consistência, é a soma das partes que instanciam as propriedades incompatíveis formando a unidade do objeto, mas não há uma mudança no objeto inteiro. Se em t1 uma banana está verde, e em t2 ela está amarela, essas propriedades são apenas parcialmente instanciadas pela banana, e isso não é o suficiente para afirmar que há mudança. Pois, seria como uma banana estar metade verde e metade amarela, e não deixar de ter a propriedade de estar verde para adquirir a propriedade de estar amarela. Se considerarmos essa situação, teríamos algo como:

Figura 8 - Persistência perdurantista da banana



Fonte: Elaborado pela autora

Observamos na figura 8 que, em cada tempo distinto, há uma parte temporal do objeto que instancia uma propriedade diferente. Mas, não é o objeto completo (a minhoca espaço-temporal) que instancia uma propriedade para, em seguida, instanciar uma propriedade incompatível. De tal modo, a mudança no perdurantismo parece ser apenas ilusória, e não uma mudança real.

É comum vermos, por exemplo, objetos que são compostos por partes diferentes, como uma aranha que possui um cefalotórax, abdômen, fiandeiras, quelíceras, pernas e olhos; um carro possui motor, pneus, bancos, portas, painéis, janelas. Porém, o fato de cada uma das diferentes partes da aranha ou do carro instanciarem propriedades incompatíveis entre si, não altera a *unidade* do objeto aranha ou carro. Se uma aranha perder uma das oito pernas, por exemplo, na visão perdurantista haveria uma parte temporal da aranha com oito pernas e outra parte temporal com sete pernas, e as duas partes temporais junto com as outras partes temporais formariam a unidade aranha. Mas não seria a unidade da aranha que deixaria de ter oito pernas para passar a ter sete pernas, não havendo portanto mudança, apenas uma soma de partes temporais diferentes, tal como a soma de partes físicas diferentes.

Outro exemplo é o de Betelgeuse que por ser uma estrela variável, de tempos em tempos aumenta e diminui seu brilho. Mas, ela inteiramente (isto é, a soma de todas as suas partes, a minhoca espaço-temporal de Betelgeuse) não instancia a propriedade de possuir um brilho maior para depois instanciar a propriedade de possuir um brilho menor, são apenas partes temporais específicas que o fazem: algumas partes temporais de Betelgeuse instanciam a propriedade de possuir um brilho maior, enquanto outras partes temporais instanciam a propriedade de possuir um brilho menor. Assim como a fase de supergigante vermelha também não é uma propriedade da totalidade de Betelgeuse, pois logo ela explodirá e se tornará uma estrela de neutrons ou um buraco negro. Se considerarmos que, em t1, Betelgeuse

era uma estrela branco-azulada (Neuhäuser et. al, 2022), em t2 é uma supergigante vermelha, em t3 será uma supernova e, em t4, será um buraco negro (ou uma estrela de nêutrons), temos que Betelgeuse apenas é um objeto composto por várias partes temporais diferentes que, de alguma forma, são relacionadas umas às outras (para fundir carbono e oxigênio na fase de supergigante vermelha, anteriormente ela precisou fundir toda a sua reserva de hidrogênio em hélio, etc). E, nisso, não há contradição, mas também não há propriamente mudança, já que um objeto muda quando deixa de ter uma propriedade para instanciar outra propriedade incompatível, e não quando é composto por várias partes diferentes. Observamos que, embora o perdurantismo satisfaça adequadamente o critério de consistência, explicando como os objetos instanciam propriedades diferentes em tempos diferentes, há um desafio em satisfazer o critério de condição de sujeito. Pois, o perdurantismo parece não explicar adequadamente como o mesmo objeto pode, de fato, mudar as propriedades, ao invés de apenas ser composto por partes diferentes.

2.4 Exdurantismo

O exdurantismo, ou “teoria dos estágios”, também é uma teoria tetradimensionalista e comumente associada aos elementos da série B: o eternalismo e o modelo estático do tempo. Ela se apresenta como uma teoria híbrida entre o perdurantismo e o endurantismo, adotando o pressuposto de que objetos existem inteiramente em um momento, porém incorporando essa ideia à noção de extensão temporal do tetradimensionalismo. Diferente da visão perdurantista, (de que os objetos existem inteiramente estendidos no tempo através de partes temporais), e da visão endurantista (de que os objetos são apenas tridimensionais e inteiramente presentes em cada tempo), o exdurantismo defende que os objetos existem localizados em um único momento e persistem através de *contrapartes* temporais que existem inteiramente em cada momento.

O exdurantismo é uma teoria análoga à teoria da contraparte modal. A teoria da contraparte modal, inicialmente proposta por Lewis (1968; 1986), consiste na teoria de que há uma pluralidade de mundos possíveis e que, no mundo atual⁶, quando fazemos afirmações do tipo “seria possível X ter a propriedade Y” significa que, em outro mundo possível, existe uma contraparte modal de X que possui a propriedade Y. A contraparte modal de X não é, ela

⁶ “Mundo atual” aqui não possui um sentido temporal, mas se refere ao sentido modal: mundos possíveis, contrafactuais, ou o mundo atual (o mundo real em que vivemos).

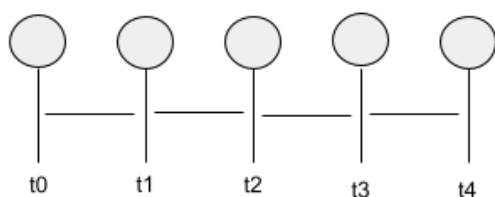
própria, X, mas sim algo muito similar em outro mundo possível, é XZ. Por exemplo, se eu afirmar que eu poderia ter a propriedade de ter o cabelo azul, é porque existe uma contraparte modal minha que é muito similar a mim, em outro mundo possível, que tem o cabelo azul. De forma semelhante, para o exdurantismo, ao invés de uma contraparte modal em outro mundo possível, o que existe são contrapartes temporais no mundo atual, porém em tempos diferentes. Assim, eu posso afirmar que “eu tinha o cabelo azul” somente se houver uma contraparte temporal minha no passado que instancie a propriedade de ter o cabelo azul. E a minha contraparte temporal do passado deve, de alguma maneira, estar relacionada à minha contraparte temporal atual.

Para o exdurantismo, ao invés de simplesmente uma soma de partes temporais, como vimos no perdurantismo, o que existe é uma relação entre estágios momentâneos que configuram contrapartes temporais (Sider, 1996). De forma análoga às propriedades relacionais, os estágios momentâneos são contrapartes temporais de um determinado objeto na medida em que eles estão adequadamente relacionados entre si e instanciam as propriedades desse objeto. Desse modo, da mesma maneira que eu e meus irmãos não somos um irmão só, não é a soma dos estágios de um livro que, juntos, satisfazem a propriedade de ser um livro só. Mas os próprios estágios serão, cada um, um livro, na medida em que haja a propriedade de *ser um livro* (possuir páginas com palavras impressas, capa, contracapa, etc) sendo instanciada por cada um desses estágios em determinados tempos.

Da mesma forma que para possuir a propriedade de ser irmã, eu preciso ter a relação adequada com pelo menos um irmão, cada estágio do livro deve ter a relação adequada com as propriedades que o caracterizam como um livro (Sider, 1997), como *esse* livro. E, para que o livro persista, cada um dos estágios do livro deve possuir a relação adequada com outros estágios do mesmo livro. Pois, por exemplo, eu posso ter mais de um exemplar físico de uma edição de Dom Quixote e cada exemplar possui individualmente seus próprios estágios que se relacionam ao longo do tempo.

Podemos visualizar a persistência dos objetos no exdurantismo da seguinte maneira:

Figura 9 - Persistência no exdurantismo



Observamos na figura 9 cada estágio momentâneo de um objeto, representado pelo círculo cinza, relacionado a outros estágios momentâneos que instanciam a propriedade de ser o mesmo objeto. Essa relação entre os estágios no exdurantismo é denominada de relação de unidade (*I-relation*) (Sider, 1996; Faller, 2021), que é a relação de identidade entre as contrapartes temporais de um mesmo objeto que se conectam ao longo do tempo. Por exemplo, observando a figura 9, temos que o estágio do objeto em t_0 está inteiramente instanciado em t_0 , e está unitariamente relacionado com o estágio do objeto em t_1 , que está unitariamente relacionado com o estágio do objeto em t_2 , e assim por diante.

Por exemplo, suponha que há um livro com a capa dura. Para a teoria da contraparte modal, se dissermos que seria possível o livro ter a capa comum, significa que em algum mundo possível um livro muito similar ao do mundo atual possui a capa comum. No exdurantismo, se dissermos que o livro tinha capa comum, significa que no mundo atual há uma contraparte temporal do livro que instancia a propriedade de ter capa comum. A contraparte temporal anterior do livro com capa comum em t_1 possui uma relação de unidade com a contraparte temporal do livro com capa dura em t_2 , que possui uma relação de unidade com a contraparte temporal posterior do livro em t_3 .

Para o exdurantismo, os objetos existem inteiramente localizados em um único momento e persistem através das suas *contrapartes temporais*, que existem, também, inteiramente em diferentes tempos (Faller, 2021), visto que há uma sucessão de diferentes estágios momentâneos relacionados entre si. Assim, o exdurantismo se diferencia do tipo de presença endurantista que é puramente espacial. Para o exdurantismo, nas palavras de Callais: “objetos que são estágios momentâneos são entidades exclusivamente confinadas a um estágio particular do caminho do objeto em um múltiplo espaçotempo tetradimensional.” (2021, p. 26, tradução minha). Por exemplo, a minha contraparte temporal atual está inteiramente no momento t_2 , simultaneamente à escrita desse texto, e quem está preparando o café em t_1 é a minha contraparte temporal do passado, assim como a minha contraparte temporal do futuro está inteiramente em t_3 fazendo palavras cruzadas. O objeto que eu sou é cada uma das minhas contrapartes temporais sucessivas que existem inteiramente em cada momento.

A objeção mais comum ao exdurantismo é sobre sua efetividade em acomodar mudanças, pois argumenta-se que se em cada estágio momentâneo a contraparte temporal do objeto existe inteiramente em cada momento, então teríamos um objeto diferente em cada

momento. Entretanto, é possível defender a legítima mudança no exdurantismo se considerarmos que as contrapartes temporais, assim como as partes temporais do perdurantismo, se conectam através da relação de unidade, formando uma minhoca espaçotemporal. Se considerarmos a base tetradimensionalista, para a qual a mudança consiste na diferença entre partes temporais sucessivas (Sider, 1996), podemos dizer que no exdurantismo a mudança consiste na diferença entre as contrapartes temporais sucessivas, que através de uma relação de unidade (*I-relation*) mantêm a unidade do objeto ao conectar todas as suas contrapartes temporais, formando a minhoca espaçotemporal. É importante ressaltar que, diferente do perdurantismo, que considera a minhoca espaçotemporal enquanto a *soma das partes* temporais do objeto, para o exdurantismo, a minhoca espaçotemporal é formada pela *relação entre as contrapartes* temporais sucessivas do objeto.

Por exemplo, as partes temporais de Betelgeuse em t1 e em t2 estão relacionadas, se configuram como contrapartes temporais de Betelgeuse porque possuem uma relação de unidade com as outras contrapartes temporais que instanciam as mesmas propriedades de Betelgeuse. Ainda que cada contraparte temporal seja diferente no sentido de estarem *localizadas* em tempos diferentes, ou seja, cada estágio momentâneo possui os outros estágios momentâneos enquanto contrapartes temporais. A persistência do objeto é dada através da relação de unidade entre cada um de seus estágios. Assim, quando contamos os objetos que existem no mundo, nos referimos à minhoca espaçotemporal, ao “rastro” que abrange o objeto e todas as suas contrapartes temporais. Pois, se fôssemos contar cada contraparte temporal, teríamos um grande número de objetos, já que cada período de tempo pode ser dividido diversas vezes. Ao invés de uma pessoa só, eu seria múltiplas pessoas diferentes; ao invés de uma estrela só, Betelgeuse seria um múltiplo número de estrelas.

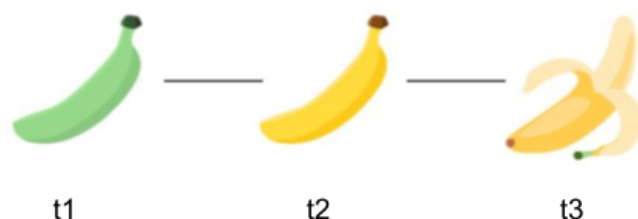
Ao contrário do que supõem as objeções, o exdurantismo parece ser a proposta mais flexível em acomodar mudanças, e retomamos aqui a ideia de mudança entre cada posição temporal sucessiva. Para o exdurantismo, os objetos não existem inteiramente com uma extensão meramente espacial em cada momento, tampouco existem inteiramente com todas as propriedades essenciais estendidos no espaçotempo instanciando propriedades incompatíveis. Além disso, para o exdurantismo, todos os tempos são igualmente existentes, então uma contraparte temporal não precisa *deixar de existir* para que a próxima surja, ela apenas existe restrita àquele tempo. Por exemplo, a contraparte temporal de Betelgeuse que instancia a propriedade de ser uma estrela branco-azulada não perdeu seu status ontológico tal como o pressuporia o endurantismo, mas essa contraparte temporal existe restrita ao tempo t1, anterior à contraparte temporal que instancia a propriedade de ser uma estrela supergigante

vermelha. Mas ambas as contrapartes temporais estão conectadas através de uma relação de unidade, instanciando a propriedade de ser o mesmo objeto: Betelgeuse.

Assim, é possível ao exdurantismo abranger mudanças legítimas evitando contradições. Pois, ao invés de um objeto inteiro instanciar propriedades incompatíveis, são os diferentes estágios do objeto que instanciam inteiramente propriedades incompatíveis entre si. Embora cada estágio esteja fixo em uma posição na linha do tempo, essas posições são distintas umas das outras. Se t_1 e t_2 são tempos distintos, e um estágio da banana é verde em t_1 , e logo outro estágio da mesma banana é amarela em t_2 , podemos dizer que há uma mudança.

Vejamos uma ilustração de como ocorrem as mudanças no exdurantismo:

Figura 10 - Persistência e mudança no exdurantismo



Fonte: elaborado pela autora

Observamos na figura 10 que em t_1 há uma banana instanciando a propriedade de ser verde, em t_2 a banana está instanciando a propriedade de estar madura e amarela e em t_3 a banana está instanciando a propriedade de estar descascada. Cada um dos três estágios da banana está conectado pela relação de unidade, representado pela linha entre as bananas. Observamos que cada *estágio* instancia *inteiramente* a propriedade de ser verde, amarela ou descascada. Cada um desses estágios são contrapartes temporais uns dos outros e a relação de unidade permite que a mesma banana persista através de mudanças. Entretanto, o ponto que fica em aberto é definir o que exatamente é essa relação de unidade do exdurantismo e *como* ele conecta cada estágio dos objetos. A resposta para essa questão será discutida no capítulo 3, onde a proposta exdurantista será retomada.

3. O PROBLEMA DA IDENTIDADE PESSOAL

Até aqui, vimos como se desdobra o problema da persistência e as teorias que buscam explicar como os objetos persistem. Entretanto, para compreender *como* um objeto persiste às mudanças, também é importante analisar *o que* precisa ser contínuo para que o objeto persista. Isto é, qual é o critério que faz um determinado objeto ser idêntico a ele mesmo ao longo do tempo ao invés de se tornar outro objeto. Por exemplo, a partir da discussão sobre se o navio de Teseu persiste à mudança gradual de suas partes, também há o questionamento: o que faz o navio de Teseu ser o navio de Teseu, e não um outro navio qualquer? O que faz o navio de Teseu ser o mesmo navio ao longo do tempo? Essa questão sobre o que faz um objeto ser o mesmo ao longo do tempo é o *problema da identidade*.

Além de objetos não orgânicos, objetos orgânicos como pessoas também persistem e são o item de análise da discussão sobre identidade. Por exemplo, uma pessoa persiste a diversas mudanças como o crescimento dos ossos, ganho de massa corporal, renovação de células, cortes de cabelo, etc. Mas, diferente de outros objetos materiais, os seres humanos também são agentes morais, possuem consciência, pensamentos, valores, personalidades, refletem sobre suas ações, fazem escolhas. Mas o que faz com que uma pessoa continue idêntica a ela mesma e não a outra pessoa? Qual o aspecto fundamental que a caracteriza e que a diferencia de outras pessoas? Compreender qual é esse critério de persistência pessoal, isto é, o que faz uma pessoa ser a mesma pessoa ao longo do tempo, é o cerne da discussão sobre *identidade pessoal*, que será o meu foco neste capítulo.

Uma ilustração do problema de identidade pessoal bastante intuitiva é a atribuição de responsabilidade. Como exemplificam Conee e Sider (2005, p.7), uma pessoa pode ter cometido um assassinato no passado, mas ter mudado muito desde então. Para se defender da justiça, a pessoa afirma que, apesar de a pessoa que cometeu o assassinato há 5 anos ter as mesmas impressões digitais, a mesma aparência física, e até as mesmas memórias do ato, ela não é a mesma pessoa que cometeu o assassinato. Pois quem cometeu o crime tinha 25 anos, e a pessoa atual tem 30; a pessoa do passado tinha apêndice e gostava de Led Zeppelin, a pessoa atual não tem apêndice e agora prefere Todd Rundgren. Desse modo, a pessoa argumenta que não haveria um culpado para atribuir a responsabilidade pelo assassinato ocorrido há 5 anos.

Um outro exemplo que ilustra o problema da identidade pessoal é o paradoxo do teletransporte descrito por Parfit (1984). Em um determinado momento uma pessoa entra em um teletransporte, fica inconsciente e é desmaterializada, tendo o seu cérebro e cada átomo do

corpo destruído e, em um momento e local diferente, um corpo físico idêntico ao anterior é materializado. O teletransporte possui uma tecnologia que preserva todos os dados da consciência da pessoa, implantando-a no novo corpo físico formado, no qual a pessoa desperta novamente. Nesse caso, podemos dizer que é a mesma pessoa que persiste? Ou é uma mera réplica?

Para responder a essas questões, existem pelo menos três diferentes abordagens possíveis: uma que considera critérios de continuidade física, outra que considera critérios de continuidade fenomênica, e uma terceira que considera critérios de continuidade psicológica. De acordo com os critérios de continuidade física, a pessoa antes e depois do teletransporte não seriam a mesma, pois apesar da continuidade psicológica, não haveria uma continuidade física. Enquanto que, seguindo os critérios de continuidade fenomênica, possivelmente a pessoa não persistiria ao teletransporte, pois haveria uma interrupção na sua continuidade fenomênica. Um exemplo ilustrativo é a experiência de pensar $2+2=4$ (Duncan, 2020), de forma que, para haver uma continuidade fenomênica pelo menos durante o pensamento de que $2+2=4$, essa experiência deve ser contínua. Se alguém entra em um teletransporte, seria como se, ao entrar, a pessoa iniciasse o raciocínio, mas não tivesse tempo de desenvolvê-lo, e ao sair do teletransporte a pessoa já estaria pensando na conclusão. Seria algo como: entrar no teletransporte pensando “ $2+2....$ ” ; há uma interrupção fenomênica e a pessoa sai do teletransporte pensando: “4”. Já para os critérios de continuidade psicológica, a pessoa antes e depois do teletransporte seriam idênticas, já que o relevante é a conexão entre os aspectos psicológicos como crenças, desejos, memórias e emoções. Nas seções seguintes, discutirei em maior detalhes cada uma dessas teorias.

3.1 Critério de continuidade física

Para as teorias de continuidade física, o relevante para a identidade pessoal é que haja uma continuidade do corpo físico do agente, pois o que caracteriza os seres humanos é a sua condição de serem um organismo físico. Madden (2016) e Olson (2007) explicam que essa abordagem é dividida principalmente entre duas posições: a teoria da identidade corporal, que defende que todo o corpo físico precisa ser contínuo, e a teoria do cérebro, que defende que apenas o cérebro precisa ser contínuo. Tal ideia de continuidade física pode ser melhor compreendida a partir do caso de um objeto material inanimado como o navio de Teseu, por exemplo. O navio persiste se houver uma continuidade em suas partes físicas, mesmo que

haja uma mudança gradual de cada parte, assim como o corpo humano renova as suas células constantemente (Parfit, 1984, p. 203-204). Entretanto, se todas as partes do navio fossem substituídas abruptamente, teríamos uma interrupção na continuidade física. Haveria a destruição do navio original e a construção de um novo navio diferente.

Para o critério de continuidade física, o relevante é a continuidade da identidade *numérica*, e não da identidade qualitativa. A identidade qualitativa refere-se às qualidades de algo ou alguém, já a identidade numérica refere-se ao item ou agente que possui essas qualidades. Dois objetos distintos podem ser qualitativamente idênticos um ao outro, mas numericamente diferentes. Por exemplo, duas xícaras podem ser qualitativamente idênticas entre si, serem feitas do mesmo material, terem a mesma forma e a mesma cor. Mas são dois objetos numericamente distintos. Assim como dois irmãos gêmeos podem ser qualitativamente idênticos na aparência física, mas são duas pessoas numericamente diferentes. A identidade numérica é a relação que o item possui consigo mesmo. Dessa maneira, caso apliquemos o critério de continuidade física, se uma pessoa entra em um teletransporte tendo todas as suas células e átomos instantaneamente destruídos e em seguida, reconstruídos novamente, a pessoa não persiste. Ao invés disso, a pessoa morre ao entrar no teletransporte e em outro tempo é criada apenas uma réplica que é qualitativamente idêntica mas numericamente diferente (Parfit, 1984), pois houve uma descontinuidade física da pessoa.

Além disso, no caso de seres humanos, há um diferencial com relação a outros objetos materiais não vivos que é o fato de sermos um objeto orgânico, ou seja, um ser vivo. Tendo em vista que o cérebro é responsável por coordenar as nossas atividades vitais, os movimentos, pensamentos, sentimentos, percepções, temperatura corporal, raciocínio, aprendizado, fala, etc., é razoável considerarmos esse órgão como algo relevante ao falar de identidade pessoal, já que ele é o principal meio pelo qual interagimos com o mundo. Um ponto que também tem mostrado relevância na discussão dos critérios físicos de identidade pessoal é a discussão acerca de transplante de tecido cerebral, prática que visa auxiliar pessoas com doenças neurodegenerativas como Parkinson (Northoff, 1996). Neste caso, será que após um transplante de tecido cerebral a pessoa continua a mesma, ou se torna outra pessoa?

A proposta que defende que apenas o cérebro é o critério de identidade pessoal, também chamada de “a teoria do cérebro” (*the brain view*), é descrita da seguinte maneira:

A teoria do cérebro é que somos literalmente cérebros. Portanto, isso implica que você tem cerca de dez centímetros de altura e pesa menos de um quilo. Você está localizado inteiramente dentro do crânio e é composto principalmente de tecido macio rosa-amarelado. Em circunstâncias normais,

nunca nos vemos estritamente ou uns aos outros. (Olson, 2007, p. 76, tradução minha)

Assim, para a teoria do cérebro, para uma pessoa permanecer idêntica a si mesma, é necessário apenas que o seu cérebro mantenha uma continuidade física. Para essa abordagem, normalmente a própria consciência é associada às atividades cerebrais. Se considerarmos que a consciência, pensamentos, etc., são frutos de uma atividade cerebral, desempenhando um papel central na percepção de mundo, autopercepção, julgamento, permitindo que realizemos ações e escolhas, moldando a nossa personalidade, capacidade motora, processamento de informações, é intuitivo considerar que a identidade de uma pessoa reside no cérebro. De tal modo, quando falamos e pensamos no cérebro, é o cérebro que está falando e pensando sobre si mesmo, e o restante do corpo físico seria apenas um veículo, um complemento não essencial para a identidade pessoal.

Outro ponto favorável à teoria do cérebro, é observar a relação direta do cérebro com o funcionamento do restante do corpo, de tal modo que qualquer dano, modificação, desequilíbrio químico ou estímulo em áreas do cérebro, na estrutura, células e neurônios, também afeta percepções, emoções, coordenação motora, comportamentos, etc. Isso é exemplificado em condições como ansiedade generalizada, depressão, esquizofrenia, alzheimer, prosopagnosia, ataxia, entre outras. Além disso, a teoria do cérebro também permite explicar a identidade pessoal em alguns casos de policefalia (se todos os crânios possuírem um cérebro funcional formado), permitindo que haja mais de uma identidade pessoal em um mesmo corpo físico, desde que haja mais de um cérebro.

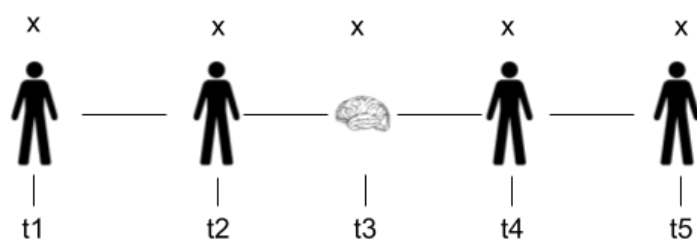
A teoria do cérebro também tem a vantagem de poder explicar a identidade de outros organismos que sejam portadores de cérebro, não se restringindo apenas à identidade humana. Pois existem diversos animais, por exemplo, desde os maiores como elefantes, aos menores, como pequenas aranhas e formigas que possuem cérebros, embora cada um em diferentes graus de complexidade e desenvolvimento. De tal forma, mesmo que cada um desses respectivos animais sofram diversas mudanças no restante de seus corpos, se o cérebro for preservado, então o animal também será preservado.

Apresentando de maneira mais técnica o critério de continuidade do cérebro, essa teoria propõe que para haver uma continuidade da identidade pessoal é necessário a continuidade do *cérebro* de uma pessoa viva, mesmo que não haja a continuidade do restante do corpo físico (Parfit, 1984, p. 204). De tal modo, uma pessoa X é numericamente idêntica a si mesma em t1 e t2 somente se uma parte suficiente do cérebro de X enquanto uma pessoa viva continua existindo em t1 e em t2. Assim, poderíamos dizer que, mesmo que o cérebro da

pessoa X fosse transplantado para outro corpo, X ainda continuaria sendo a mesma pessoa. Podemos observar o critério de continuidade do cérebro para identidade pessoal representado no caso de gêmeos siameses: mesmo que em alguma medida ambos compartilhem um corpo só, existem dois cérebros numericamente diferentes e, portanto, existem duas pessoas diferentes. Dessa maneira, mesmo quando há a separação do restante do corpo físico em dois, as duas pessoas persistem porque os dois cérebros distintos seguem intactos.

É possível ilustrar a teoria do cérebro da seguinte forma:

Figura 11 - Continuidade do cérebro enquanto identidade pessoal



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 11, vemos que ao longo de t1, t2, t3, t4 e t5, X permanece numericamente idêntico a si mesmo, ainda que em t3 haja uma descontinuidade do corpo físico; porém, o cérebro permanece intacto, e isso é o suficiente para manter a identidade de X, segundo a teoria do cérebro. Mesmo que o cérebro seja implantado novamente em outro corpo, a identidade de X é mantida, porque a continuidade do cérebro é mantida, ainda que o restante do corpo físico tenha tido uma descontinuidade em t3.

Se pouco a pouco todas as partes do corpo de um agente X fossem substituídas por outras partes, sejam elas orgânicas ou mecânicas, mantendo apenas o cérebro intacto, X ainda continuaria idêntico a si mesmo. Mas, se até mesmo o cérebro fosse substituído por outro cérebro orgânico ou mecânico, tendo a sua consciência transplantada, X não seria mais idêntico a si mesmo, e agora seria X2. Pois o relevante para a identidade pessoal é a preservação do cérebro, ainda que o restante do corpo físico sofra diversas alterações. E nesse caso, não haveria uma preservação do cérebro, portanto a identidade pessoal não seria satisfeita.

Considerando o critério de identidade da teoria do cérebro, cabe questionarmos qual o limite e restrição de mudanças que um cérebro pode sofrer e continuar sendo considerado o mesmo cérebro, mantendo a identidade pessoal. Por exemplo, um cérebro que precise passar

pela remoção de um hemisfério ou lobo, continuaria sendo o mesmo cérebro? Um cérebro que recebe transplante de células neurais de outro cérebro, continua sendo o mesmo cérebro? Um cérebro que doa células neurais a outro cérebro, também continua sendo o mesmo cérebro? Há um limite de células a serem recebidas ou doadas sem que comprometa a identidade pessoal?

Para além do critério físico de identidade cerebral, também temos os defensores do critério físico de identidade corporal, o qual considera que o critério de identidade pessoal não é apenas o cérebro isoladamente, mas todo o corpo físico. Isto é, para uma pessoa permanecer idêntica a si mesma, o corpo *e* o cérebro precisam ser contínuos enquanto o corpo e o cérebro de uma pessoa viva (Parfit, 1984, p. 204). Não basta que apenas o cérebro, uma parte solta aleatória do corpo ou um corpo sem sinais vitais sejam contínuos. É necessário que, conjuntamente, haja pelo menos um cérebro vivo em um crânio, conectado adequadamente a um tronco com um coração bombeando sangue; é necessário que o corpo seja capaz de respirar, de ingerir e absorver nutrientes, bem como de excretar o que não for necessário ao organismo.

A teoria da identidade corporal, assim como a teoria da identidade cerebral, permite explicar a identidade pessoal de outros organismos não-humanos que possuam um cérebro. Pois é o conjunto e interdependência entre os órgãos vitais em um corpo físico de uma pessoa viva que forma um organismo e permite que uma identidade pessoal seja contínua no tempo. Adotando a teoria da identidade corporal, quando nos referimos a uma pessoa, não dizemos que ela é apenas o seu coração, apenas o seu pulmão, ou apenas o seu cérebro, mas é o conjunto de todos esses órgãos que formam uma pessoa enquanto um organismo. O coração bombeia o sangue, o pulmão oxigena o sangue, o cérebro processa informações, transmite estímulos ao restante do corpo. E o cérebro *em conjunto* com os demais órgãos do corpo que também realizam determinadas atividades, forma um organismo, onde há uma relação de interdependência entre o corpo e seus órgãos. Se um dos órgãos vitais deixa de funcionar, o organismo morre e a identidade pessoal é descontinuada.

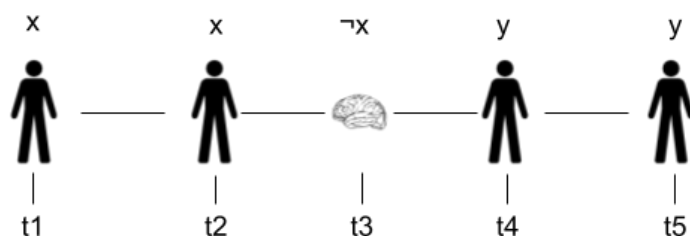
Retomando o exemplo dos gêmeos siameses, considerando que para a teoria da identidade corporal o mesmo corpo físico portando o mesmo cérebro precisa ser contínuo para constituir a identidade pessoal, seria plausível dizer nessa visão que os gêmeos siameses em t1 existiam enquanto uma pessoa só, e, ao serem separados, passam a persistir em t2 como duas pessoas numericamente diferentes da pessoa em t1. Se em t1 havia X, em t2 há Y e Z. Já que, antes da intervenção cirúrgica havia apenas um corpo com dois cérebros, um organismo,

e após a intervenção cirúrgica passaram a existir dois corpos separadamente, dois organismos, cada um com um cérebro.

Outra consequência complicada da teoria da identidade corporal é exemplificada por Duncan (2020): se houvesse uma invasão alienígena e os alienígenas destruíssem meu corpo, deixando apenas o meu cérebro intacto. Como eu estou tão imersa em meus pensamentos, eu sequer percebo o que os alienígenas fizeram. Para a abordagem anterior da teoria do cérebro, eu continuaria numericamente idêntica a mim mesma, pois o meu cérebro persistiu ao ataque dos alienígenas. Entretanto, para aqueles que defendem que o corpo inteiro é o critério de identidade pessoal, eu não persistiria. Pois, para ser uma pessoa, eu precisaria de um corpo, porque um cérebro por si só não pode ser considerado nem um organismo, nem uma pessoa (Olson, 2007). Para ser a *mesma* pessoa, eu precisaria do *mesmo* corpo contínuo com o *mesmo* cérebro. Portanto, mesmo que meu cérebro seja inserido novamente em outro corpo, eu serei numericamente diferente da pessoa que eu era antes da invasão alienígena.

Podemos ilustrar a relação de identidade na continuidade do corpo físico da seguinte maneira:

Figura 12 - Continuidade do corpo físico enquanto identidade pessoal



Fonte: Elaborado pela autora

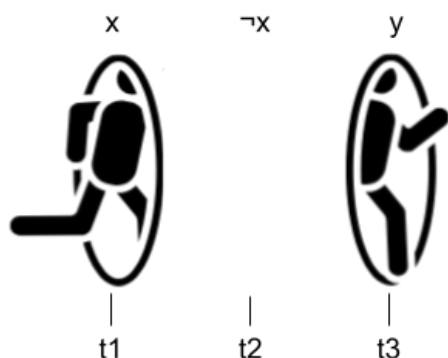
A partir da representação gráfica na figura 12, vemos que em t1 e t2 a pessoa X continua idêntica. Porém, em t3 há uma ruptura da identidade pessoal pois há uma descontinuidade do corpo físico e apenas o cérebro se mantém. Em t4, quando o cérebro é implantado em um novo corpo físico, a identidade é diferente de X, agora é Y, pois o corpo é distinto. De tal modo, retomando ao exemplo da invasão alienígena oferecido por Duncan, se os alienígenas destruíssem meu corpo mantendo apenas meu cérebro intacto em t3, mesmo enquanto meu cérebro está pensando que $2+2=4$, o cérebro não sou mais eu, mas apenas um órgão isolado; eu deixei de existir no momento em que os alienígenas destruíram meu corpo. Se em t4 o

cérebro que me pertencia for inserido em um novo corpo físico, haverá uma nova pessoa que não será eu, mas sim uma pessoa distinta de mim.

Nessa visão da identidade corporal, se todas as partes do corpo de X fossem abruptamente substituídas por outras partes mecânicas, por exemplo, mantendo apenas o cérebro intacto, X não seria mais idêntico a si mesmo, pois apenas o cérebro não é o suficiente para manter uma relação de identidade pessoal. Entretanto, se a substituição de partes do corpo físico por partes mecânicas fosse gradual o suficiente, seria possível manter a identidade pessoal. Isto é, caso a substituição por exemplo seguisse o mesmo processo das mudanças biológicas que já ocorrem no corpo humano sem que a identidade seja prejudicada, como a renovação de células, os fios de cabelo que perdemos diariamente para dar lugar a novos fios, os dentes de leite que perdemos na infância dando lugar aos permanentes, a perda ou ganho de gordura e massa muscular, etc. De tal forma, vamos supor que, no processo de renovação de células das partes do corpo, após as células velhas morrerem, ao invés de novas células *orgânicas* surgirem, sejam implantadas novas células *mecânicas*, até que gradualmente as partes do corpo se tornem inteiramente mecânicas. Nesse caso, ainda seria possível que uma pessoa preservasse a identidade pessoal, isto é, que continuasse sendo a mesma pessoa mesmo após ter todas as suas células orgânicas gradualmente substituídas por células mecânicas.

Em ambas as abordagens da continuidade física (na teoria do cérebro e na teoria da identidade corporal), uma pessoa não persistiria ao caso do teletransporte. Pois nem o cérebro e nem o restante do corpo teriam uma continuidade física, tampouco haveria uma alteração suficientemente gradual. A pessoa simplesmente seria completamente destruída, para, em seguida, ser construída uma réplica numericamente diferente, mas qualitativamente igual. Vejamos abaixo o exemplo:

Figura 13 - Descontinuidade da identidade pessoal na teoria de continuidade física



Na figura 13, ilustra-se o paradoxo do teletransporte, no qual em t_1 há o agente x entrando no teletransporte, em t_2 há não- x , pois todas as suas moléculas foram destruídas, e em t_3 há y , o agente que sai do teletransporte após novas moléculas serem construídas formando um novo corpo físico. Notemos que o caso do teletransporte é diferente de mudanças graduais que todos nós sofremos ao longo da vida: a renovação de células, os fios de cabelo que caem dando lugar a novos fios, os dentes de leite que perdemos na infância dando lugar aos permanentes, o crescimento dos ossos, o ganho e perda de gordura e massa muscular, cortamos as unhas que crescem novamente, etc. Da mesma forma, é possível alguém perder um ou mais membros do corpo e continuar sendo a mesma pessoa. Porém, se toda a porção de matéria que compõe uma pessoa é subitamente destruída, e em outro momento, outra porção de matéria gera um novo corpo, ainda que os dados da consciência fossem implantados nesse novo corpo, para a teoria de continuidade física teríamos uma pessoa distinta da pessoa anterior.

Embora o critério de continuidade física possa parecer razoável uma vez que somos organismos vivos, cabe refletirmos: será que *apenas* o critério físico é *suficiente* para caracterizar a identidade de uma pessoa? Um exemplo apresentado por Locke e discutido por Conee e Sider (2005) é o da troca de mente entre um príncipe e um sapateiro. O exemplo consiste em um príncipe que se pergunta como seria viver como um sapateiro, enquanto há um sapateiro que se pergunta como seria viver como um príncipe. Um determinado dia, toda a mente do príncipe e do sapateiro são trocadas: o corpo (incluindo o cérebro) do sapateiro passa a ter todas as memórias, conhecimentos, habilidades e traços de caráter do príncipe, enquanto que o corpo (incluindo o cérebro) do príncipe passa a ter todas as memórias, conhecimentos, habilidades e traços de caráter do sapateiro. A pessoa no corpo do sapateiro se lembra de ser um príncipe que desejava ser um sapateiro, e a pessoa no corpo do príncipe se lembra de ser um sapateiro que desejava ser um príncipe (Conee & Sider, p. 13-14).

Desse modo, será que mesmo com a troca de mentes, o príncipe e o sapateiro continuam idênticos ao que eram antes da troca? Para os teóricos da identidade física a resposta seria *sim*, pois não houve qualquer descontinuidade no corpo físico, apenas alterações qualitativas. Entretanto, isso nos levaria a uma problemática em casos como o de responsabilização moral, por exemplo. Supomos que o príncipe tenha cometido um crime grave, e já esperava pela troca de mentes para escapar da acusação. Após a troca, o crime é descoberto e os guardas, sem saber da troca, buscam o culpado para prendê-lo, e levam o

corpo do príncipe (que agora possui a mente do sapateiro). Enquanto que, quem está no corpo do sapateiro, comemora o seu escape da prisão (Locke citado por Conee e Sider, p. 15). Se endossarmos o critério físico como critério de identidade pessoal, deveríamos aceitar possíveis consequências negativas como a de responsabilizar alguém que não cometeu ou não cometeria um crime, enquanto quem cometeu ou cometeria novos crimes continuaria oferecendo riscos para aqueles ao seu redor.

Com isso, será que apenas a mera continuidade física seria o suficiente para determinar a identidade pessoal, ou poderíamos pensar em um critério mais complexo como a continuidade da *organização* das partes físicas (por exemplo, os neurônios)? Ou a identidade pessoal estaria na mente? Para pensarmos em mais alternativas para o problema de identidade pessoal, na seção seguinte, discutirei outra proposta que visa explorar a capacidade de ter uma consciência enquanto critério de identidade pessoal.

3.2 Critério de continuidade fenomênica

Além do critério tradicional de continuidade física para identidade pessoal que se desdobra em duas principais abordagens (continuidade do cérebro e continuidade do corpo físico), há um outro critério que flexibiliza a necessidade de algo físico e destaca o aspecto mental: o critério de continuidade fenomênica. A abordagem fenomênica defende que o critério de identidade pessoal consiste na continuidade fenomênica de uma pessoa (Duncan, 2020, p. 4), sendo as experiências fenomênicas as experiências subjetivas de um agente, como perceber, pensar, sentir. A teoria da continuidade fenomênica defende que o relevante para a identidade pessoal é uma continuidade da consciência fenomênica, isto é, da *consciência subjetiva* que percebe e experiencia o mundo.

Uma forma intuitiva de constatar que existe uma fenomenologia é o acesso em primeira pessoa que temos aos nossos próprios pensamentos. Assim, se alguém é o sujeito de uma experiência fenomênica, como o pensamento de que $2+2=4$, o agente pode ter certeza de que esse pensamento o pertence. Portanto, se de t_1 a t_3 o agente está pensando que $2+2=4$, pelo menos de t_1 a t_3 pode-se dizer que o agente persiste (Duncan, 2020, p. 6). Se por alguns segundos você está pensando sobre o conteúdo que está lendo nesse texto, então pelo menos por esses respectivos segundos podemos dizer que você persiste. Desse modo, se uma pessoa p_1 em t_1 for fenomenicamente contínua com a pessoa p_2 em t_2 , então p_1 e p_2 são numericamente idênticas; se a pessoa p_2 em t_2 for fenomenicamente contínua com a pessoa p_3 em t_3 , então p_2 e p_3 são numericamente idênticas, e assim por diante.

Entretanto, Duncan pontua que restringir o critério de continuidade fenomênica *apenas* à subjetividade da consciência é circular, pois para caracterizar a persistência pessoal em termos de continuidade da consciência fenomênica, isso requer pressupor *de quem* é a consciência que persiste (Duncan, 2020, p. 3). Ou seja, a explicação de como a pessoa persiste depende da explicação de quem é a pessoa que persiste, ao mesmo tempo que para saber quem é a pessoa que persiste precisaríamos determinar como a pessoa persiste. Outro problema que decorre de considerar a subjetividade da consciência fenomênica enquanto critério de identidade pessoal é o fato de que há momentos de interrupção da consciência fenomênica (como durante o sono por exemplo) em que a identidade pessoal parece ser mantida. E, se assim não o fosse, seria dizer que a identidade pessoal de alguém muda diariamente. Mas não parece intuitivo dizer que nos tornamos outra pessoa cada vez que a experiência fenomênica é descontinuada, como em algumas ocasiões durante o sono quando não sonhamos, ou em desmaios, estado de coma, anestésias gerais. Portanto, além de ser capaz de dizer *quando* alguém persiste, o critério de identidade pessoal deve determinar *o que* é esse alguém que persiste, que persiste a necessidades biológicas básicas como o sono. Partindo desse pressuposto, Duncan afirma que a consciência fenomênica não é um critério *necessário* para a identidade pessoal, mas apenas *suficiente*.

Analisando qual elemento evita o problema da circularidade e permanece mesmo quando há uma descontinuidade da consciência, Duncan (2020, p. 4) fala sobre a *capacidade* de consciência. Ao invés de analisar diretamente a identidade de uma pessoa ao longo do tempo, é analisada a continuidade na capacidade de consciência de uma pessoa em diferentes tempos. Por exemplo, quando alguém dorme, a pessoa fica momentaneamente inconsciente, mas ainda possui a capacidade de despertar e se tornar consciente novamente: basta que o despertador toque, ou que alguém a toque para chamá-la. Se alguém está em coma, pelo menos em alguns casos, a pessoa ainda possui a capacidade de se tornar consciente novamente, sendo mantida sob cuidados médicos. Quando alguém desmaia, a pessoa ainda possui a capacidade de voltar à consciência desde que a oxigenação de seu cérebro normalize. Quando alguém está sob efeito de anestesia geral, a pessoa ainda possui a capacidade de retornar à consciência, basta que o efeito da anestesia passe. Em cada caso, durante o período em que o agente esteja inconsciente, não é como se ele simplesmente não existisse; nós não deixamos de existir enquanto dormimos, para existir novamente quando acordamos. Mas há uma continuidade da capacidade de consciência de alguém antes de dormir, durante o sono e depois de acordar; antes de entrar em coma, durante o coma e após sair do coma, etc.

Desse modo, Duncan (2020, p. 4) propõe que a *capacidade* de consciência pode explicar o critério de identidade pessoal, pois seria o elemento que permite a continuidade fenomênica e que permanece mesmo quando a consciência fenomênica é descontinuada. Para o autor, a *capacidade* de consciência se refere às partes diretamente responsáveis pela consciência, como as partes do cérebro (por exemplo, o sistema reticular). Assim, quando alguém dorme, desmaia, entra em coma ou está sob efeito de anestesia geral, as partes diretamente responsáveis pela consciência são preservadas, mesmo que a consciência fenomênica seja descontinuada. As partes diretamente responsáveis pela consciência apenas mantêm um nível de atividade distinto de quando se está em vigília, mas sem prejudicar a integridade da capacidade de consciência.

Antes de prosseguir, uma observação importante a ser feita é a distinção entre a capacidade de consciência proposta por Duncan do critério de continuidade física enquanto identidade cerebral, que vimos na seção 3.1. Enquanto o critério de identidade cerebral implica que a identidade pessoal *necessariamente* reside no cérebro, o critério de Duncan abre a possibilidade para que haja outra parte que não seja *necessariamente* o cérebro, desde que essa parte seja responsável pela consciência. A principal diferença entre um critério de continuidade física (corporal ou cerebral) e o critério de Duncan é que o critério de continuidade da capacidade de consciência fenomênica abre a possibilidade para propostas dualistas. Seria possível, por exemplo, que alguma parte imaterial como a alma ou outro tipo de substância fosse responsável pela consciência. Entretanto, Duncan considera *mais plausível* que o cérebro seja o responsável pela consciência, e minha apresentação e discussão da proposta seguirá essa hipótese.

Agora que foram esclarecidos os pressupostos relevantes para o entendimento da proposta de Duncan, veremos quais são as condições necessárias e suficientes para a identidade pessoal segundo o autor. Ele afirma que a continuidade da *mesma* capacidade de manifestar a consciência fenomênica a partir de estímulos apropriados é uma condição *necessária e suficiente* para a identidade pessoal. Duncan define que os estímulos apropriados consistem em fazer o que for necessário para tornar alguém consciente, como os exemplos que vimos anteriormente do som de um despertador, do toque físico para despertar ou da oxigenação no cérebro. O autor ressalta que os estímulos para tornar alguém consciente não devem alterar a estrutura, acrescentar ou subtrair significativamente partes e inter-relação entre partes que sejam diretamente responsáveis pela consciência de alguém (Duncan, 2020, p. 13). Por exemplo, um estímulo apropriado não poderia alterar a estrutura do cérebro, as posições e conexões entre as partes do cérebro que funcionam de uma determinada maneira.

O cerebelo não poderia ocupar o lugar do diencéfalo ou do tronco cerebral, se essa organização influenciar na capacidade de consciência; assim como não poderia haver a retirada ou diminuição significativa da formação reticular. Entretanto, o critério de Duncan permite alterações sutis como transplantes de células cerebrais, estimulação cerebral profunda ou medicamentos que atuam nos neurotransmissores. De tal modo, o autor argumenta que para haver uma continuidade fenomênica entre p1 e p2 é necessário que haja uma continuidade nas partes e inter-relações entre as partes responsáveis pela consciência.

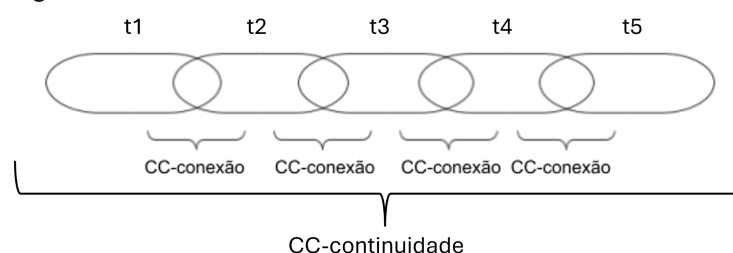
Em contraste com as teorias de continuidade física que vimos anteriormente, nas quais uma identidade pessoal era o que precisava atender determinados critérios para a pessoa persistir, na proposta de Duncan o que precisa atender determinados critérios para que uma pessoa persista é o elemento que faz com que uma pessoa seja contínua em diferentes tempos: a continuidade na capacidade de consciência. Para explicar como uma pessoa permanece contínua em diferentes tempos, o autor explica a relação da capacidade de consciência consigo mesma em diferentes tempos. Para isso, Duncan define dois termos: “CC-conexão” (*CC-connection*) e “CC-continuidade” (*CC-Continuity*). A CC-conexão, nas palavras do autor:

A capacidade da pessoa P para a consciência C no tempo t é idêntica à capacidade da pessoa P* para a consciência C* no tempo temporalmente adjacente t* se e somente se P e P* seriam fenomenicamente contínuos se P e P* fossem devidamente estimulados. (Duncan, 2020, p. 13, tradução minha)

Como observamos, a CC-conexão é a conexão entre a capacidade de consciência em tempos subsequentes, ou seja, a conexão entre a capacidade de consciência em t1 e t2, em t2 e t3, em t3 e t4, etc. O conjunto de várias CC-conexões ao longo do tempo é o que Duncan chama de CC-Continuidade, sendo como uma corrente de CC-conexões contínuas.

Para uma melhor compreensão, podemos ilustrar a CC-conexão e a CC-continuidade da seguinte maneira:

Figura 14 - CC-conexão e CC-continuidade



Fonte: Elaborado pela autora

Observamos na figura 14 a figura das elipses representando a capacidade de consciência em cada tempo diferente (t_1 , t_2 , t_3 , t_4 e t_5). A interseção entre essas elipses representa a CC-conexão, ou seja, a conexão entre a capacidade de consciência em t_1 e t_2 , em t_2 e t_3 , e assim por diante. A sequência dessas interseções ao longo do tempo representa a CC-continuidade, isto é, a persistência da capacidade de consciência. Por exemplo, uma pessoa adulta é CC-contínua com uma pessoa criança porque ao longo dos anos é mantida uma corrente de CC-conexões entre a mesma capacidade de consciência desde a infância, até a adolescência e por fim até a fase adulta.

De maneira mais precisa, o critério de CC-Continuidade é aplicado no problema da identidade pessoal da seguinte maneira:

Necessariamente, a pessoa P no tempo t é idêntica à pessoa P* no tempo t^* se e somente se P tiver a mesma capacidade de consciência que - isto é, é CC-Contínuo com - P*. (Duncan, 2020, p. 16, tradução minha)

Como podemos perceber, a relação de identidade pessoal aqui é formada pela CC-continuidade, isto é, pela continuidade da mesma capacidade de consciência em diferentes tempos. De forma que o agente X só é idêntico a si mesmo na medida em que sua capacidade de consciência seja CC-contínua. Mesmo que haja momentos de descontinuidade entre o estado consciente de X, como durante o sono, a sua *capacidade* de consciência deve permanecer contínua, de modo que quando haja um estímulo apropriado, X se torne consciente outra vez. Por exemplo, uma pessoa é CC-contínua de sua infância até a sua fase adulta, mesmo que durma diariamente ao longo da vida, ou que eventualmente tenha episódios de desmaio. Vemos, dessa forma, a relevância para a proposta de Duncan a respeito da identidade pessoal que haja não apenas CC-conexões, mas uma corrente de CC-conexões que forme a CC-continuidade (Duncan, p. 15). Pois, minha versão de 26 anos não tem uma CC-conexão com a minha versão de 10 anos, mas tem com a minha versão de 25, que por sua vez tem uma CC-conexão com a minha versão de 24, etc. Essa corrente de CC-conexões permite que eu persista no tempo idêntica a mim mesma desde que nasci até a minha fase adulta.

Para essa visão de Duncan, caso a CC-continuidade seja interrompida, a persistência de uma pessoa também será interrompida. Uma pessoa que fosse inserida em um teletransporte, por exemplo, não persistiria. Pois, se assim como o autor, considerarmos que o cérebro é mais plausivelmente onde reside a capacidade de consciência, ela terá uma descontinuidade momentânea. Quando todas as moléculas de p1 em t_1 forem desintegradas, o

intervalo até a reintegração das moléculas em t3 consistirá em uma ruptura da corrente de CC-conexões, e logo da CC-continuidade.⁷

Já a ausência da CC-continuidade podemos observar intuitivamente em pessoa distintas: eu sou numericamente diferente dos meus irmãos porque as nossas capacidades de consciência não possuem e nunca possuíram qualquer CC-conexão e nenhuma relação de CC-continuidade, são três capacidades de consciência diferentes. Se todos estivermos dormindo e alguém me acordar, somente eu vou acordar, e não meus irmãos. Em casos de ausência de CC-conexão, também não há uma CC-continuidade e, portanto, não há uma identidade pessoal. Diferente das minhas versões de 26 anos e de 10 anos, que apesar de não terem uma CC-conexão direta entre si, são CC-contínuas porque estão conectadas por uma corrente de CC-conexões.

Outro ponto da proposta de Duncan, embora o autor não o discuta explicitamente, é que se abre a possibilidade para explicar a identidade pessoal de outros organismos vivos que possuem uma experiência fenomênica. Um gato, uma aranha, uma cobra ou uma baleia possuem suas respectivas experiências fenomênicas, assim como a capacidade para ter essas experiências, que mais plausivelmente também se encontra em seus cérebros. Embora se possa discutir qual o nível de complexidade da consciência desses outros animais, ao menos a consciência deles parece evidente, e isso já envolve uma experiência fenomênica. De tal maneira, se a capacidade de consciência do gato G1 em t1 está CC-conectado com a capacidade de consciência do gato G2 em t2, poderíamos considerar que o critério para identidade foi satisfeito, e portanto G1 é o mesmo gato que G2.

Vimos nessa seção a proposta de continuidade da capacidade de consciência fenomênica, pela qual Duncan defende que, dentre as mudanças sofridas por alguém, essas mudanças não podem incluir uma alteração brusca na capacidade de consciência. Por exemplo, mesmo se o nosso cérebro gradualmente fosse substituído por um implante artificial com a capacidade de manter a nossa consciência, de acordo com o critério de Duncan, ainda persistiríamos numericamente idênticos. Entretanto, se ao invés de uma substituição gradual, o cérebro tivesse todas as suas moléculas desintegradas, e somente alguns instantes depois as

⁷ Outro caso mais refinado de descontinuidade da capacidade da consciência discutido por Duncan seria se alguma das partes necessárias para a consciência fosse retirada subitamente para somente depois de um tempo ser substituída. Ou, se mesmo mantendo as partes necessárias para a consciência, alguma das inter-relações entre essas partes fosse de alguma forma interrompida, bloqueada, para apenas depois de um tempo ser religada. Para que a CC-continuidade seja mantida, não basta que apenas as partes ou que apenas as inter-relações necessárias para a consciência sejam mantidas, mas são os dois itens que precisam ser contínuos: tanto as partes fundamentais, quanto a inter-relação entre essas partes fundamentais. Duncan (2020) discute mais detalhadamente os casos de continuidade e descontinuidade entre partes e inter-relações entre partes necessárias para a consciência, mas, para manter a objetividade no recorte do presente trabalho, não me aprofundarei nesse ponto.

moléculas do cérebro fossem novamente integradas, a continuidade necessária na capacidade de consciência seria interrompida, e portanto p1 e p2 não seriam mais fenomenicamente contínuos. Embora Duncan deixe em aberto o que exatamente é a capacidade para a consciência, ele considera que o mais plausível é que essa capacidade seja o cérebro.

Ainda que a proposta de Duncan permita aplicar o critério de identidade pessoal em outros organismos vivos que possuam uma experiência fenomênica, podemos levantar algumas objeções à sua proposta. A primeira delas, é que, embora Duncan abra uma possibilidade para que o critério de consciência seja algo imaterial, a suposição de que a capacidade de consciência pode sofrer mudanças bruscas, ser desintegrada, como no caso do teletransporte, ou mesmo ter diferentes partes, parece incompatível com a ideia de algo imaterial. Desse modo, não parece haver uma distinção clara entre o critério de capacidade de consciência fenomênica e o critério de continuidade física que vimos anteriormente, já que os defensores da continuidade física aceitariam que a consciência se origina em partes físicas do corpo.

Outro ponto a ser ressaltado na proposta de Duncan é que não há uma distinção entre o que seria uma pessoa e o que seria um outro animal qualquer. Embora o ser humano propriamente seja um animal, o que queremos dizer quando falamos em *pessoalidade*? Será que podemos dizer que a diferença reside na composição material do cérebro, ou qualquer que seja a capacidade de consciência? Será uma definição meramente linguística? Ou existe uma diferença no modo de a própria consciência operar e de constituir ações? Ainda que o autor destaque que seu critério abrange a autoconsciência, ele afirma que essa autoconsciência das próprias experiências não precisa ser complexa, e outros animais não-humanos possuem formas simples de autoconsciência, como golfinhos, chimpanzés, corvos, etc. Nas próximas seções buscarei desenvolver respostas a esses questionamentos, trazendo propostas de identidade pessoal que se distanciam de uma necessidade material e posteriormente discutirei a distinção entre uma pessoa e um animal.

3.3 Critério de continuidade psicológica

Outra proposta bastante discutida para tratar de identidade pessoal é a teoria do critério de continuidade psicológica. Tal critério fundamenta-se na ideia de que as pessoas permanecem numericamente idênticas ao longo do tempo porque há uma continuidade de seus aspectos psicológicos, como crenças, desejos, memórias, valores, hábitos, etc. Os aspectos psicológicos não precisam ser qualitativamente idênticos ao longo da vida, mas

precisam estar relacionados entre si, formando um vínculo entre a pessoa de ontem, de hoje e de amanhã (Viana, 2010, p. 272). Isto é, uma pessoa pode ter diferentes emoções, crenças e desejos ao longo do tempo, mudando sua forma de pensar, sentir e ver o mundo. Porém, o mais importante é que todas essas mudanças nos aspectos psicológicos mantenham uma relação entre si, entre a pessoa em t1 em t2, em t3 e assim por diante.

Diferente dos critérios de continuidade física e fenomênica, para os critérios de continuidade psicológica seria possível uma pessoa permanecer numericamente idêntica a si mesma depois de entrar em um teletransporte. Pois, o relevante não é a continuidade do corpo físico ou de quaisquer partes e inter-relações responsáveis pela consciência, e sim uma continuidade dos aspectos psicológicos. Desse modo, mesmo que todo o corpo físico da pessoa seja destruído, para na sequência ser construído um novo corpo, se a continuidade entre os estados psicológicos forem preservados, a pessoa persiste. Mesmo que em outro corpo físico, se a pessoa em t2 se lembra de ter entrado no teletransporte em t1, e a pessoa em t2 e a pessoa em t1 possuem uma continuidade em suas crenças, desejos, memórias, etc., a pessoa em t2 é numericamente idêntica à pessoa em t1. Embora normalmente para os teóricos da continuidade psicológica os estados psicológicos estejam associados ao cérebro, eles diferem dos teóricos da continuidade física e fenomênica pois, mesmo que uma pessoa tenha *outro cérebro*, ou mesmo que haja uma descontinuidade momentânea do cérebro, ela pode continuar numericamente idêntica a si mesma se os estados psicológicos forem contínuos. Isto é, mesmo que o corpo físico e o cérebro sejam fisicamente diferentes antes e depois do teletransporte, desde que os aspectos psicológicos sejam preservados, a identidade numérica é preservada.

O critério de continuidade psicológica envolve a autoconsciência de um indivíduo em diferentes tempos. Para as teorias clássicas da continuidade psicológica, o aspecto psicológico que faz a conexão entre essa autoconsciência em diferentes tempos é a memória (Viana, 2010; Locke, 1975). Assim, uma pessoa do passado é idêntica à uma pessoa do futuro se houver no futuro quem tenha a memória da pessoa do passado, sendo ou não as pessoas do passado e do futuro espaço-temporalmente contínuas entre si (Connee & Sider, 2005, p. 15). Por exemplo, se uma pessoa X tivesse as mesmas memórias que eu, memórias de ser eu quando eu era criança, de quando eu era adolescente e adulta, então eu e essa pessoa seríamos numericamente idênticas. Ou, ainda, se meu corpo físico fosse destruído hoje e de alguma forma, todas as minhas memórias fossem implantadas em outra pessoa, essa pessoa seria numericamente idêntica à mim, pois ela teria as minhas memórias, se lembraria de todas as minhas vivências, se lembraria de ser eu. A diferença de nosso corpo físico seria apenas uma

diferença qualitativa, mas que não prejudicaria a minha identidade numérica, pois essa outra pessoa teria as minhas memórias. Da mesma forma, eu sou numericamente diferente da pessoa Y porque não tenho nenhuma memória de ser ela em nenhum tempo.

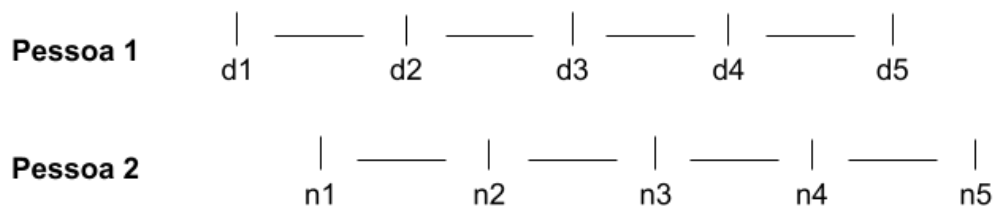
O critério de continuidade psicológica com base na memória considera não apenas um conjunto de memórias isoladas (como o que eu comi no café da manhã ou o que eu estava fazendo há 10 minutos), mas abrange a continuidade de vivências de um agente (Parfit, 1984; Viana, 2010). Mesmo que eventualmente eu me esqueça de coisas pequenas como o que eu comi no café da manhã, ou de que sabor era o chá que tomei ontem, no mínimo eu me lembro que há um “eu” de ontem, e para o critério da memória isso é o suficiente para dizer que eu permaneço numericamente idêntica a mim mesma. Eu preservo a memória de experiências que tive em diferentes momentos (como a experiência de cortar o cabelo em 2020, de comprar coisas para a minha casa em 2025, etc.). Notemos que o relevante na continuidade da memória é a consciência de si mesmo que um agente preserva. No presente eu me lembro de experiências que *eu* tive no passado.

O esquecimento de coisas pontuais, segundo Locke (1975, p. 329), faz com que essa memória deixe de ser parte da pessoa sem que isso altere sua identidade pessoal. Em comparação com um critério físico, seria como se uma pessoa perdesse um dedo ou de forma menos drástica, apenas cortasse a ponta das unhas. Há uma parte que é perdida sem que a ausência dessa parte comprometa a identidade da pessoa. O critério de continuidade da memória considera as restrições biológicas de um ser humano em resgatar e armazenar memórias. Temos por exemplo memórias de curto prazo e de longo prazo, de forma que no dia a dia somos capazes de resgatar e manter as memórias que são mais relevantes para as nossas atividades, sendo pouco provável que nos lembremos com precisão de cada mínimo detalhe de toda a nossa existência. Mas, em todo caso, nos lembramos de quem somos, dos nossos objetivos, de que existíamos ontem e há uma semana, nos lembramos da nossa infância, adolescência, de diferentes épocas e momentos da nossa vida.

Para elucidar a continuidade da memória enquanto critério de identidade pessoal, Locke argumenta que se houver intervalos mais longos e recorrentes na memória (como alguém passar a se esquecer de momentos mais longos com frequência e de forma alternada), passa a existir mais de uma pessoa. Um exemplo oferecido pelo próprio autor é o de uma pessoa que durante o dia tem um intervalo de memória, e durante a noite tem outro intervalo de memória. De forma que os intervalos de memória durante o dia são contínuos entre si, mas não são contínuos com as memórias da noite; assim como os intervalos de memória da noite são contínuos entre si, mas não são contínuos com os intervalos de memória do dia (Locke, p.

329-330). Por exemplo, se todos os dias das 5h até às 17h uma pessoa se lembra somente desse intervalo de horário diurno dos dias anteriores, e das 17:01 até às 4:59 a pessoa só se lembra desse intervalo de horário noturno dos dias anteriores, ao invés de apenas uma pessoa, haveria duas pessoas diferentes: uma pessoa durante o dia e outra pessoa diferente durante a noite. Desse modo, teríamos algo como:

Figura 15 - Identidade pessoal por continuidade da memória



Fonte: elaborado pela autora

Observamos na figura 15 a parte superior ilustrando a pessoa 1 que persiste durante o dia. As linhas entre d1, d2, d3, d4 e d5 representam a continuidade entre as memórias de cada dia da pessoa. Na parte inferior é ilustrado a pessoa 2 que persiste durante a noite, onde as linhas entre n1, n2, n3, n4 e n5 representam a continuidade entre as memórias de cada noite da pessoa. Notemos que assim como a perda de uma memória isolada não implica na perda de identidade pessoal, não são as memórias isoladas que constituem a identidade pessoal, mas sim a continuidade entre essas memórias. A pessoa em d2 deve ter memórias de d1, a pessoa em d3 deve ter memórias de d2 e d1, e assim por diante. Em casos de múltiplas personalidades, por exemplo, normalmente cada personalidade não tem memória uma das outras, mas tem a memória de si mesma em outros tempos. De acordo com o critério de memória, essas diferentes sequências de memória implicam em diferentes pessoas. Se ao invés de uma continuidade na memória da noite como vimos no exemplo da figura 15, apenas há durante o dia um esquecimento rotineiro do período da noite, as memórias da noite apenas deixariam de fazer parte da pessoa, e sua identidade pessoal seria preservada com as memórias do dia.

Assim como os critérios de identidade cerebral e de continuidade fenomênica, o critério de continuidade psicológica com base na memória também permite explicar a identidade de ao menos alguns animais não-humanos. Embora de forma menos complexa, outros animais também demonstram ter memória e que ela desempenha um papel contínuo nas suas vivências. As aranhas saltadeiras, por exemplo, demonstram ter diferentes traços de

personalidade e a capacidade de formar memórias que influenciam diretamente em seus comportamentos, sendo capazes de aprimorar suas estratégias de caça e até mesmo de reconhecer visualmente outros indivíduos, distinguindo entre os que lhe são conhecidos e os que lhe são desconhecidos (Chang, Teo & Norma-Rashid, 2017; Cross & Jackson, 2016; Dahl & Cheng, 2024; Lazzaro, 2017; Mason, 2021; McGreal, 2025). Além desses pequenos aracnídeos, existem também diversos outros animais que possuem notadamente a capacidade de memórias a longo prazo e de um nível mais simples de autoconsciência, como elefantes (Arora, 2023; Plotnik, Waal & Reiss, 2006), golfinhos (Hunter, 2018; Morrison & Reiss, 2018), chimpanzés (Gallup, 1970) e algumas espécies de aves como o Magpie (Prior, Schwarz & Güntürkün, 2008).

Embora abrangente, podemos levantar algumas objeções ao critério de memória. Reid (1785) argumenta que a memória parece ser a evidência de que há uma identidade pessoal presente, pois há *alguém* que se lembra de si mesmo e de suas experiências. Mas a memória é insuficiente para explicar a identidade pessoal, pois ter memória implica justamente em *alguém* que tem a memória. O critério de memória é circular, pois a definição da identidade depende de a pessoa se lembrar de quem ela é ao mesmo tempo em que a pessoa ter memória de quem ela é pressupõe a identidade da própria pessoa. Por exemplo, seria como eu afirmar que “eu sou a Adriana porque me lembro que eu, Adriana, tomei café ontem”, mas a constatação de que “eu sou a Adriana” já pressupõe um “eu” anterior (que tem as memórias) enquanto o “eu” está sendo ao mesmo tempo evidenciado pela minha memória. Mas quem é o “eu” que de fato possui as memórias? Além disso, temos outra questão que concerne ao regresso da memória: alguém que tem memórias existe desde antes da formação de sua primeira memória. Mas se a memória é o critério para a identidade pessoal, quem formou a primeira memória? De quem a pessoa se lembra ao formar a primeira memória? Como explicar *quem* forma as memórias? Seria uma consciência? Um organismo? Um cérebro? Desse modo, a memória não seria a própria identidade pessoal, mas algo que pertence à uma identidade pessoal, e esta permanece sem explicação.

Para Reid, a memória é apenas uma forma de saber que existe uma identidade pessoal, ao invés de um critério metafísico de saber *o que é* a identidade pessoal. Eu lembrar que eu existia na minha infância ou que fui ao supermercado ontem é apenas um acesso epistêmico à informação de que eu tive determinadas experiências, mas quem é o “eu” que teve as experiências e que agora se lembra delas? Da mesma forma, eu não me lembrar de uma época da minha vida, como quando eu era um bebê, não faz com que eu não tenha existido nessa época. Eu apenas não tenho um acesso epistêmico em primeira pessoa às informações de que

eu tive a experiência de ser um bebê. Como vimos com o argumento de Duncan anteriormente, o acesso epistêmico em primeira pessoa ao “eu” é importante, pois é o passo inicial para se constatar que existe uma identidade pessoal e buscar compreendê-la. Entretanto, constatar *que existe* uma identidade e constatar *o que é* essa identidade são duas coisas diferentes. Através do acesso epistêmico eu posso constatar que eu existo e que eu estou escrevendo esse texto. Porém, quem sou eu? Mesmo em casos mais complexos como o de múltiplas personalidades, em que há diferentes intervalos de memória relativos a cada personalidade, a memória parece ser apenas um indício de que há diferentes personalidades, mas não o que as identifica. Reid argumenta que a memória é um elemento demasiadamente frágil e mutável para explicar algo fixo como a identidade pessoal, já que em vários momentos temos uma descontinuidade na memória (como quando dormimos), há períodos da vida em que não nos lembramos (como os primeiros anos da infância), além de muitas vezes formarmos memórias falsas ou pouco precisas.

Além de casos cotidianos como períodos de sono ou da infância, e do exemplo que vimos de múltiplas personalidades, também podemos questionar o critério de memória observando outros casos clínicos onde há descontinuidades na memória, como quadros de amnésia ou Alzheimer. Alguém que apresenta um quadro de amnésia pode não se lembrar, por exemplo, de um período de anos, meses ou dias de sua vida, ou simplesmente de informações e eventos recentes, sem mesmo perceber que não se lembra. Enquanto que alguém com Alzheimer gradativamente perde não só as memórias de sua vida, mas também perde gradativamente as funções cognitivas, se esquecendo de habilidades que havia desenvolvido e perdendo a capacidade de reter novas informações, novas habilidades ou novas memórias. Desse modo, mesmo se considerássemos o critério de continuidade da memória como algo que abrange a sequência das principais vivências de alguém ao longo dos anos, a memória do “eu” em diferentes tempos, há casos em que a memória dessas principais vivências é descontinuada. Assim, se fôssemos adotar uma teoria de continuidade psicológica que considera a memória como critério de identidade pessoal, uma pessoa que possui amnésia ou Alzheimer deixa de ser a mesma pessoa. Entretanto, apesar das críticas apresentadas ao critério de memória, acredito que é possível não descartar completamente uma abordagem psicológica enquanto critério de identidade pessoal. Na seção 3.4 irei propor um critério focado nas emoções para explicar a identidade pessoal.

3.4 Critério de continuidade emocional

Até aqui vimos teorias de identidade pessoal que defendem critérios físicos como o cérebro ou o corpo, critérios fenomenológicos e critérios psicológicos. Agora, irei desenvolver a defesa de um quarto critério de identidade pessoal que chamarei de *critério de continuidade emocional*. Para construir essa proposta, começarei explicando a tese de Rovane (1997), que abrange uma perspectiva racional de primeira pessoa enquanto critério de identidade pessoal. Na sequência, destacarei a relevância das emoções na constituição de uma perspectiva racional de primeira pessoa a partir de Helm (2008). A partir dessas teorias, discutirei como as emoções explicam a identidade pessoal.

O critério que caracteriza uma pessoa é o que Rovane chama de um critério ético. A autora define tal critério enquanto a capacidade de agir desde uma perspectiva de primeira pessoa e de reconhecer a capacidade de outros agentes em agir desde uma perspectiva de primeira pessoa. Rovane descreve a perspectiva de primeira pessoa enquanto uma perspectiva racional unificada, isto é, uma perspectiva a partir da qual o agente delibera e constitui as suas ações, a qual unifica os objetivos do agente ao longo de diferentes tempos. A perspectiva racional unificada é uma perspectiva que abrange o compromisso normativo racional do agente em realizar os esforços necessários para alcançar seus objetivos ao longo do tempo.

Antes de prosseguir, para esclarecer melhor os detalhes da proposta de Rovane será necessário nos debruçarmos sobre algumas questões. Como vimos anteriormente, as propostas de continuidade física, de continuidade fenomenológica e continuidade psicológica por meio da memória são mais abrangentes e permitem a explicação de identidade animal, não se restringindo apenas aos seres humanos. Com isso, ainda temos a incógnita: O que exatamente é uma pessoa? Há uma diferença quando falamos de identidade animal e identidade pessoal? Identidade animal e identidade pessoal são a mesma coisa?

Considerando esses questionamentos, a proposta de Rovane traz um refinamento para explicar o que distingue a identidade pessoal da identidade animal. Para essa explicação, é importante ressaltar a distinção que a autora faz entre a perspectiva *racional* e a perspectiva *fenomenológica* (1997, p. 26). A perspectiva fenomenológica é entendida enquanto as experiências fenomenológicas em primeira pessoa, como percepção, imaginação, memória. A autora afirma que a perspectiva fenomenológica envolve apenas uma forma de acesso epistêmico ao conteúdo da experiência fenomenológica, mas que não implica necessariamente uma *deliberação* característica da perspectiva racional. A distinção entre uma perspectiva racional e uma perspectiva fenomenológica é fundamental para a distinção que a autora faz

entre identidade pessoal e identidade animal. A *deliberação racional* característica da perspectiva racional será central para o critério de identidade pessoal defendido pela autora.

Ter experiências fenomenológicas e acessar epistemicamente o conteúdo dessas experiências não necessariamente implica uma deliberação racional sobre cada experiência. Por exemplo, eu tenho a experiência fenomenológica de perceber a cor preta do meu notebook, de ouvir o barulho da chuva, de sentir o cheiro do café que estou tomando. Pode ser ainda que enquanto escrevo, eventualmente me lembro de uma cafeteria que fui há meses, ou simplesmente imagino um gato preto sem motivo aparente. Mas essas experiências não implicam necessariamente uma deliberação racional. São apenas a minha experiência fenomenológica (percepção, memória, imaginação), bem como o acesso epistêmico que tenho ao conteúdo de cada experiência (o notebook preto que estou vendo, a chuva que está caindo e fazendo o barulho que estou ouvindo, o cheiro que estou sentindo do café, etc.).

A perspectiva *racional* implica na deliberação voluntária sobre o que considero relevante em minha vida. Por exemplo, posso deliberar sobre os meus objetivos pessoais de longo prazo, como obter o título de mestre em filosofia, ou as compras que preciso fazer no mercado essa semana. Ou, ao invés de apenas lembrar de uma cafeteria que fui há meses, posso deliberar sobre essa cafeteria e planejar uma nova visita ao local: procuro os dias em que ela está funcionando, vejo no meu calendário quando estou com tempo disponível, penso se desejo companhia ou não. Ao invés de apenas perceber fenomenologicamente a chuva, na perspectiva racional eu penso se, até a hora de eu sair de casa, a chuva terá passado ou diminuído, me lembro que preciso comprar um guarda-chuva, e se eu precisar sair de casa durante a chuva, vou deliberar sobre as possibilidades: se a chuva estiver fraca e o lugar for perto, posso ir caminhando, se a chuva aumentar e for um local mais distante, chamo um transporte, etc.

A perspectiva a partir da qual eu constituo as minhas ações e que unifica os meus objetivos ao longo do tempo é o que Rovane chama de *perspectiva racional unificada*. Essa perspectiva constitui, para a autora, o ponto de vista de primeira pessoa que se compromete com determinados objetivos. Tendo em vista esse item com o qual o agente se compromete, isso gera uma cadeia de intenções relacionadas, no sentido de empreender os esforços necessários para alcançar seus objetivos. Por exemplo, alguém que tem o objetivo de ser um escritor profissional, terá a intenção de desenvolver a habilidade de escrita, de ler autores que o inspirem, de pesquisar editoras que publiquem seu trabalho, etc., e realizará os esforços de praticar a escrita, de pensar sobre os temas que deseja escrever, de selecionar e ler os autores que o inspirem, de pesquisar e contatar as editoras para publicar seu trabalho.

Conforme o agente mantenha um compromisso com o objetivo de ser um escritor profissional, ele continuará mantendo uma rede de intenções relacionadas e realizando os esforços necessários para tal. Assim, o objetivo de ser um escritor profissional unifica a sua perspectiva ao longo do tempo, pois envolve as intenções relacionadas com o objetivo, o planejamento a longo prazo e a concretização das ações necessárias. Entretanto, se o agente mudar seus planos e decidir, ao invés de um escritor, se tornar um pintor profissional, ele irá reajustar seus planos e mudar o que for necessário para alcançar seu novo objetivo: o agente vai procurar desenvolver a habilidade de pintura, buscar pintores ou estilos de pintura que o inspirem, pesquisar exposições e plataformas onde poderá exhibir e vender o seu trabalho, etc. Embora haja agora um novo objetivo unificador, a identidade pessoal do agente é preservada, pois o ponto de vista racional de primeira pessoa mantém uma continuidade, uma vez que é a partir dele que o agente age para alcançar seus objetivos (seja o antigo ou o novo).

Um elemento crucial que Rovane destaca para a caracterização do ponto de vista racional é a capacidade de reconhecer a agência de outras pessoas, isto é, de reconhecer que existem outros pontos de vistas racionais para além do seu próprio. Essa capacidade de reconhecer a agência de outros indivíduos e de se engajar em relações sociais é o que Rovane (p. 137) determina como o critério ético de identidade pessoal. Ou seja, para ser uma pessoa, o agente precisa ter um compromisso com a sua própria racionalidade e ser capaz de reconhecer que existem outros pontos de vista racionais para além do seu próprio. De forma que seus objetivos, planejamentos e esforços levem em consideração tanto o seu próprio compromisso com o seu ponto de vista racional, mas que haja também o reconhecimento de que existem outros agentes com seus próprios pontos de vista racionais a partir dos quais constituem seus objetivos, planejamentos e esforços (Rovane, p. 143). Uma vez que somos seres sociais agindo com base em um planejamento, torna-se relevante considerarmos o contexto no qual vivemos e estamos nos direcionando, levando em conta, portanto, os pontos de vistas racionais dos demais agentes com os quais nos relacionamos.

Por exemplo, se eu vou à uma cafeteria, primeiro eu planejo ir até o local e tomar um café, depois realizo o esforço de me deslocar até o lugar para tomar o café. Mas também levo em consideração o ponto de vista racional do barista que faz o café, que tem o planejamento de preparar os cafés que são solicitados, realizando os esforços para atingir o objetivo de entregar os cafés. Eu não tenho como controlar as ações do barista, mas considero que ele tem um compromisso com seu ponto de vista racional que envolve preparar os cafés da cafeteria.

Da mesma forma que o critério ético de identidade pessoal envolve o reconhecimento de agência de outros indivíduos, ele também envolve o reconhecimento da nossa própria

agência ao longo do tempo e o planejamento dos nossos objetivos a curto e a longo prazo. Eu faço planos hoje reconhecendo a minha agência amanhã e daqui a um mês. Eu não posso controlar diretamente as minhas ações de amanhã, porque o “eu” do futuro tem o seu próprio ponto de vista racional no futuro, mas eu posso, agora, delimitar objetivos, me planejar e realizar esforços para que, a partir do meu ponto de vista racional de amanhã eu engaje com o meu ponto de vista racional de hoje, realizando os objetivos, planejamentos e esforços da melhor maneira possível a partir do que eu fiz hoje. Por exemplo, se eu desejo tomar café em casa amanhã, irei realizar hoje o planejamento e esforços para alcançar esse objetivo. Irei me certificar, hoje, de que tem pó de café em casa para que amanhã eu possa prepará-lo, e caso eu perceba que não tem, irei ao mercado comprar. Desse modo, amanhã eu irei realizar o esforço de preparar o café a partir dos esforços que eu fiz hoje (me certificar que há pó de café em casa).

Essa conexão entre o “eu” de diferentes tempos através do reconhecimento da agência do próprio indivíduo em diferentes tempos é indispensável para o que Rovane chama de *projetos unificadores*, os quais incluem “os projetos pessoais e compromissos fundamentais em torno dos quais pessoas individuais organizam suas vidas a curto ou longo prazo” (Rovane, 1997 p. 163, tradução minha). Assim, o critério de identidade pessoal proposto por Rovane explica a persistência de uma pessoa na medida em que o ponto de vista racional de primeira pessoa se faça contínuo, mesmo que haja uma mudança nos objetivos ao longo do tempo. Ainda que alguém faça diversos compromissos diferentes em diversos momentos, que deseje por exemplo deixar de ser um escritor para ser um pintor, o agente persiste, pois o que permanece em todo caso é a própria perspectiva racional de primeira pessoa. Porque é só a partir dela que o agente pode deliberar, realizar esforços, se planejar para dar continuidade ou para mudar os objetivos.

Ainda que a proposta de Rovane seja refinada ao ponto de destacar o que faz uma pessoa ser uma *pessoa* para além de um animal, a autora se mantém restrita ao aspecto racional e não menciona o papel das emoções na agência de uma pessoa. Visando refinar a caracterização de pessoa integrando o aspecto emocional, Helm (1996, 2000; 2008; 2009) aponta que as emoções são um elemento fundamental na caracterização de uma pessoa, pois uma pessoa não só delibera racionalmente sobre seus objetivos, mas ela persegue esses objetivos porque se importa, porque considera que os objetivos valem a pena serem perseguidos. Sem as emoções, o autor argumenta que haveria apenas uma racionalidade instrumental, e não haveria uma distinção adequada entre uma pessoa e um computador, por exemplo, visto que computadores também podem perseguir objetivos e realizar funções

instrumentalmente se forem programados para isso, como um computador que joga xadrez (Helm, 2009). Helm destaca que *se importar* é a emoção central que caracteriza uma agência legítima. Pois, quando um agente atribui importância a algo ele se torna responsivo ao item com o qual se importa, exibindo uma rede de emoções e ações que o autor chama de *padrão racional projetável de emoções* e que constitui a perspectiva de mundo a partir da qual se age (Helm, 2000). A seguir veremos com mais detalhes a proposta de Helm.

A *perspectiva de mundo* de Helm é semelhante à perspectiva racional de primeira pessoa proposta por Rovane, porém com a diferença principal de que a perspectiva de mundo integra as emoções, ao invés de apenas a racionalidade instrumental. É importante ressaltar que Helm não exclui a razão, mas defende que a emoção e a razão são interdependentes. A perspectiva de mundo é constituída pelo padrão racional projetável, o qual, segundo Helm, é estruturado da seguinte maneira: o item com o qual nos importamos constitui um *foco* de importância ao qual nos tornamos responsivos. A atribuição de importância ao foco gera uma rede de emoções relevantes diante das possibilidades reais ou contrafactuais de o foco ser afetado negativa ou positivamente. Por exemplo, sentimos emoções negativas como frustração, raiva ou medo quando o foco é ameaçado e prejudicado, ou emoções como alívio e alegria quando o bem-estar do foco é promovido⁸.

De forma semelhante à proposta de Rovane, Helm traz uma perspectiva em primeira pessoa com uma rede de intenções relacionadas, incluindo os esforços necessários para alcançar os objetivos. Porém, em Helm essa rede incorpora emoções, configurando um padrão *racional*, sendo que essa racionalidade gera a normatividade do padrão, pois seria irracional sentir alívio e alegria quando o foco de importância é prejudicado, ou sentir medo e frustração quando o bem-estar do foco é promovido. Por exemplo, se um agente se importa com uma

⁸ Neste trabalho, considero uma distinção entre emoções e sentimentos, entendendo que os sentimentos são derivados das emoções, como também defendi em Alves (2023). Discuti anteriormente (Alves, 2023) o conceito de Peter Goldie (2002; 2009) de sentimentos emocionais, os quais consistem nos sentimentos direcionados (*feeling towards*) e sentimentos corporais (*bodily feeling*). Goldie (2009, p. 16) descreve os sentimentos direcionados enquanto sentimentos que ultrapassam os limites corporais e são direcionados a objetos no mundo, como sentir orgulho pela conquista de alguém, por exemplo. Já os sentimentos corporais são os sentimentos que se manifestam no corpo e são causados por uma emoção direcionada a um objeto no mundo, como sentir o coração acelerado por causa do medo direcionado a um perigo, por exemplo. Tanto os sentimentos direcionados quanto os sentimentos corporais podem ser intencionais. Goldie defende que as emoções envolvem os sentimentos emocionais, tendo estes uma dimensão fenomenológica. Eu acredito que, os sentimentos emocionais (tanto os direcionados quanto os corporais) abrangem a dimensão fenomenológica das emoções e, assim como a rede intencional de emoções que se deriva da atribuição de importância, são projetáveis, isto é, não estão presentes a todo instante, mas se projetam de acordo com as circunstâncias. Também considero que os sentimentos emocionais variam de acordo com a fisiologia do agente. Ao sentir a emoção do medo, uma pessoa que tem problemas cardíacos pode ser mais propensa a sentir o coração palpitar, por exemplo, já outra pessoa que não tem problemas cardíacos pode se sentir inquieta e ter ações impulsivas, enquanto uma terceira pessoa pode se sentir mais serena, focada e cautelosa ao realizar ações que afastem a ameaça. Já as emoções, acredito que desempenham um papel normativo na agência, pois ao atribuir importância a algo, é gerada uma rede de emoções e comportamentos que orientam o agente na direção do seu objeto de importância (Helm, 2008).

flor, seria irracional ele sentir alegria quando pragas a acometem, ou tristeza quando ela está nutrida. O padrão é *projetável* pois essas emoções não estão presentes a todo instante, mas elas se projetam de acordo com as circunstâncias reais ou contrafactuais. O agente não sente medo de as pragas destruírem a flor ou alegria por ela estar nutrida o tempo inteiro, mas sim quando a concretização desses fatos se mostra possível. Ele sentirá medo ao efetivamente surgirem pragas na flor e ficará alegre com o desabrochar da flor.

Além disso, o padrão racional projetável de emoções também incorpora o desejo e a disposição para agir. O agente que se importa com a flor terá o *desejo* de que a flor desabroche, de colocar a flor no jardim, etc., além de ter a *disposição para agir* que será motivada pela importância atribuída à flor, ou seja, o agente irá se comprometer a realizar as ações que forem necessárias e possíveis para perseguir o objetivo de garantir a integridade da flor, a qual é o objeto que ele atribui importância. Ao se importar com a flor e desejar que ela desabroche, seja nutrida, protegida de pragas, o agente irá regar a flor, preparar a terra para colocá-la no jardim, preparar ou comprar adubo para adubá-la, e se o agente constatar que existe alguma praga na flor, irá preparar ou comprar o produto para removê-la, visando garantir o bem-estar da flor com a qual se importa.

Vemos dessa maneira como as emoções operam de forma interdependente com a racionalidade. Pois, sem a disposição para agir, sem uma rede de desejos e emoções conectados visando promover o objetivo central de garantir a integridade da flor que é o foco de importância, não haveria efetivamente um padrão *racional* e portanto, seria difícil afirmar que há uma atribuição de importância a esse objetivo. Podemos notar como a normatividade discutida por Helm se assemelha com a normatividade discutida por Rovane na medida em que a adoção de objetivos faz com que o agente se comprometa a realizar os esforços necessários para alcançar seus objetivos ao longo do tempo. Mas se distingue ao apresentar mais elementos que caracterizam essa normatividade na perspectiva em primeira pessoa: as emoções. As emoções não são meramente respostas fenomenológicas passivas, mas desempenham um papel ativo, sendo relevantes na interação do agente com o mundo, na delimitação de objetivos e na articulação de ações.

Para melhor compreender como as emoções caracterizam uma pessoa, é relevante destacar que existem dois tipos de importância que geram os padrões racionais projetáveis: a valorização (*valuing*) e a preocupação (*caring*). A valorização envolve emoções reflexivas (isto é, refletem algo sobre o agente e sobre o tipo de pessoa que ele deseja ser), como autoconfiança, orgulho, remorso, vergonha etc. Já a preocupação envolve emoções não-reflexivas (isto é, não refletem algo sobre o agente e nem sobre o tipo de pessoa que ele

deseja ser) como medo, raiva, alegria, etc. Por exemplo, uma pessoa pode sentir frustração se não conseguir ser o tipo de profissional que deseja (emoção reflexiva), ou sentir medo de um animal peçonhento que oferece perigo (emoção não-reflexiva). Tipicamente, as emoções não-reflexivas possuem como foco objetos no mundo, e também podem ser instanciadas por outros animais, como gatos, cachorros, aranhas, etc, que se importam com coisas no mundo. Porém, as emoções reflexivas possuem uma profundidade característica de pessoas, pois envolvem uma avaliação de si mesmo, do tipo de pessoa que se deseja ser (Helm, 1996). Podemos observar, por exemplo, como um agente pode exibir emoções reflexivas e emoções não-reflexivas em relação a um mesmo objeto. O agente pode sentir medo direcionado a um urso agressivo (preocupação, emoção não-reflexiva), mas, se o agente for um biólogo que valoriza a preservação de animais silvestres, mesmo que ele possa sentir medo do urso, ele também sentirá emoções como orgulho por conhecer mais sobre o animal estudado, remorso caso o urso seja de uma espécie em extinção e até mesmo autoconfiança caso ele tenha o conhecimento necessário sobre como lidar com o urso em segurança (valorização, emoções reflexivas).

A perspectiva em primeira pessoa de uma pessoa é composta pelo conjunto dos padrões racionais projetáveis de emoções reflexivas e de emoções não-reflexivas. A atribuição de importância típica que gera os padrões racionais que caracterizam uma pessoa é entendida enquanto a adoção de valores pessoais. É importante destacar que a noção de *valores pessoais* não se trata necessariamente de valores éticos ou morais, mas sim de tudo aquilo que um agente valoriza, isto é, tudo aquilo que reflete o tipo de pessoa que o agente deseja ser. Por exemplo, se uma pessoa valoriza o profissionalismo, isso implica em uma avaliação de si mesma em que ela considera que o tipo de pessoa que vale a pena ser é uma pessoa profissional. Com isso, a pessoa exibe emoções como orgulho quando obtém um bom desempenho no trabalho, frustração quando obtém um desempenho ruim no trabalho, além da disposição para se dedicar ao trabalho, a deliberação sobre quais as melhores maneiras de melhorar o seu desempenho e ser um bom profissional. Além do profissionalismo, uma pessoa pode ter o valor pessoal de preservar a biodiversidade e escolher se especializar em profissões que estejam relacionadas com a biodiversidade, como a biologia ou zootecnia. Alguém que além do valor do profissionalismo e biodiversidade, adota o valor pessoal do conhecimento, pode trabalhar com a pesquisa em biologia ou zootecnia, escrevendo livros sobre o ramo de especialidade, etc.

O conjunto de valores pessoais de uma pessoa molda também as suas preocupações, de modo que o seu padrão racional projetável é constituído pelos seus valores pessoais e pelas

suas preocupações. Uma pessoa que valoriza a biodiversidade irá se preocupar com as plantas, com os animais etc., a pessoa que valoriza o profissionalismo irá se preocupar com o seu trabalho, a pessoa que valoriza o conhecimento irá se preocupar com fontes de conhecimento como livros, revistas especializadas, etc. Além disso, os valores pessoais que alguém adota determinam o tipo de pessoa que alguém deseja ser e o que para ela faz a vida valer a pena ser vivida. Se ao invés de valorizar a biodiversidade, o profissionalismo e o conhecimento, uma pessoa adota valores pessoais como a luxúria, vaidade e diversão, ela considera que o tipo de pessoa que se deseja ser é alguém que usufrui de muitos prazeres, e direciona as ações de sua vida de acordo, priorizando os prazeres imediatos, relações superficiais, aparência física, etc. Além disso, esses valores pessoais podem mudar: uma pessoa pode não se identificar mais com os valores de luxúria, vaidade e diversão e procurar ser outro tipo de pessoa, procurando adotar valores de simplicidade e humildade, por exemplo. Desse modo, haverá uma mudança do padrão racional e o agente poderá redirecionar as suas ações, adotando e passando a exibir em sua vida um novo padrão racional projetável que revelará o novo tipo de pessoa que ele se tornou.

Um exemplo clássico da literatura que permite ilustrar a mudança no padrão racional projetável e consequentemente no tipo de pessoa que alguém deseja ser é a obra “O Retrato de Dorian Gray” (*The Picture Of Dorian Gray*) escrita por Oscar Wilde (1890).

Nessa obra, acompanhamos a vida do protagonista, Dorian Gray, um rapaz caracterizado por sua beleza exuberante, servindo de modelo para um retrato do pintor Basil Hallward. Dorian adota valores pessoais ligados ao hedonismo, onde sua juventude e beleza passam a ser os valores centrais de sua vida (motivando-o a fazer um pacto para que o seu retrato envelheça em seu lugar). Porém, ao final da obra, diante de consequências trágicas de seus atos, Dorian Gray reflete sobre seus valores e percebe que esse não é mais o tipo de pessoa que deseja ser, que o hedonismo (o egoísmo e a autoindulgência a ele associados) não são valores que fazem com que a vida valha a pena de ser vivida. Apesar da tentativa de se tornar um homem bom e probo, culpa e arrependimento o atormentam. Dorian olha para o seu retrato, o qual está envelhecido e deformado por refletir a pessoa que realmente havia se tornado, confirmando seu atual julgamento de que beleza e juventude são valores superficiais. Acreditando que não conseguiria orientar sua vida guiado por seus novos valores pessoais, Dorian Gray decide destruir o retrato com uma facada no coração da imagem, culminando assim na sua própria morte (e, no momento de sua morte, seu corpo físico toma a forma envelhecida e deformada, enquanto o retrato retorna à sua forma original). (Alves; Cichoski, 2025, p. 168)

Como observamos no exemplo acima, houve uma mudança no padrão racional projetável do personagem. Após deliberar sobre os seus valores pessoais, Dorian Gray considera que o tipo de pessoa que deseja ser é diferente do tipo de pessoa que ele estava sendo até o momento, e decide mudar, adotando novos valores pessoais e se tornando um

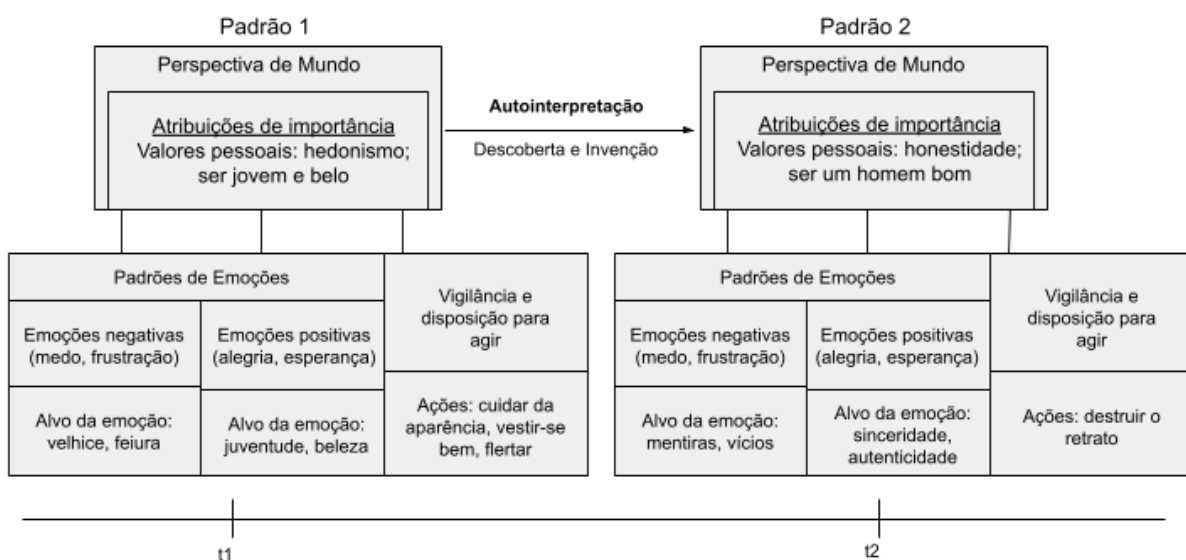
novo tipo de pessoa e exibindo, assim, um novo padrão racional projetável. Ao adotar novos valores pessoais, as ações de Dorian Gray revelam o novo tipo de pessoa que ele se tornou e o novo padrão racional projetável guia seus comportamentos. Dorian Gray articula ações com base no novo padrão racional, como declarar explicitamente para o seu amigo Lord Henry que havia se tornado um novo tipo de homem, um homem bom, além de romper a relação romântica que mantinha com Hetty Merton mesmo a amando, por considerar que ela merecia ser feliz com alguém que não corrompesse a sua inocência com a história do seu passado.

Entretanto, Dorian Gray percebe que mesmo ao realizar boas ações, o retrato não se torna menos feio e nem menos envelhecido, o que faz Dorian entrar em conflito consigo mesmo e acreditar que, mesmo ao realizar boas ações, ele não conseguiria se desfazer completamente da pessoa que havia sido. Em uma ação radical para decretar a sua mudança e se tornar um novo tipo de homem, Dorian Gray dá uma facada no seu retrato, demonstrando que, de fato, quer quebrar o pacto que faz seu retrato refletir todas as morbidades de seus atos e envelhecer em seu lugar. De tal modo, Dorian Gray não apenas morre, como consegue quebrar o pacto, já que seu corpo físico se transforma na imagem que havia em seu retrato e ele pôde receber a sua morte com honestidade, carregando consigo todas as marcas de quem ele realmente havia sido e do que havia feito. Enquanto isso, o retrato retorna a sua forma original, sem nenhum envelhecimento ou deformidade.

Esse processo de reflexão sobre o tipo de pessoa que se deseja ser e sobre os valores pessoais adotados, acarretando na possibilidade de mudança desses valores, é definido por Helm (2000) como autointerpretação. A autointerpretação é constituída por dois mecanismos: descoberta e invenção. Enquanto a descoberta é objetiva, a invenção é subjetiva. Isto é, ao perceber o tipo de pessoa que o agente deseja ser, há uma análise objetiva, uma *descoberta* de si mesmo e dos valores que adota. Mas o processo de autointerpretação também acomoda a autonomia para *inventar* subjetivamente os meios pelos quais alguém se tornará o tipo de pessoa que deseja ser. A partir dessa análise objetiva o agente descobre que tipo de pessoa estava sendo até o momento da reflexão, como quando Dorian Gray olha para o seu retrato deformado e descobre que aquele é o tipo de pessoa que ele havia se tornado. Com base nessa descoberta, o agente passa a *inventar* a si mesmo, redefinindo seus valores e decidindo as formas pelas quais ele se tornará o tipo de pessoa que deseja ser.

Vejamos na figura abaixo uma ilustração da mudança no padrão racional projetável através da descoberta e invenção:

Figura 16 - Autointerpretação: Descoberta e invenção



Fonte: Elaborado pela autora

Observamos na figura 16 dois padrões racionais diferentes em tempos diferentes. No padrão 1 em t1, temos que o tipo de pessoa que Dorian Gray deseja ser é alguém jovem e belo, adotando o valor pessoal do hedonismo, gerando um padrão de emoções correspondente. Emoções negativas como medo e frustração surgem em resposta à possibilidade de se ver feio ou velho, enquanto as emoções positivas como alegria e esperança surgem como resposta à possibilidade de se ver jovem e belo. Além disso, ele também tem a vigilância e disposição para agir, inspecionando e cuidando de sua própria aparência física, vestindo-se de forma a ressaltar o que ele considera belo, flertando com diversas pessoas, etc. Quando ao refletir sobre os seus valores adotados até t1, Dorian descobre o tipo de pessoa que estava sendo até o momento e as graves consequências que estavam sendo acarretadas (como o suicídio de sua ex-parceria romântica Sibyl Vane, a decadência pessoal de seu amigo Adrian Singleton pelo

vício em ópio, e o assassinato, cometido pelo próprio Dorian Gray, de seu amigo e pintor Basil Hallward), ele também inventa o tipo de pessoa que deseja ser dali em diante: ser um homem bom guiado pelo valor pessoal da honestidade. De tal forma, um novo padrão racional é constituído, no qual emoções negativas como medo e frustração passam a ser uma resposta associada à possibilidade de gerar mais mortes, vícios e mentiras, e emoções positivas como alívio e esperança passam a ser associadas à possibilidade de ser protetor, saudável e honesto. Assim, Dorian passa a instanciar a vigilância e disposição para agir de acordo com o novo tipo de homem bom e honesto que ele deseja ser. Nas circunstâncias em que ele se encontra, a maneira mais drástica pela qual o personagem decide agir é destruindo o próprio retrato com uma facada no coração, pois é para ele a única alternativa de encarar-se com honestidade e dar fim aos seus vícios e mentiras acumulados e refletidos pelo retrato.

Podemos observar como os mecanismos de descoberta e invenção caracterizam as mudanças que pessoas sofrem ao longo do tempo. Enquanto Rovane defende que as pessoas mudam ao longo do tempo, mas não explica *como* essas mudanças ocorrem, Helm supre essa lacuna oferecendo uma explicação de *como* acontecem as mudanças que uma pessoa sofre ao longo do tempo. Na proposta do autor, a partir da perspectiva de mundo de um agente constituída pelos seus valores pessoais e demais atribuições de importância, esse mesmo agente pode deliberar sobre os valores e objetivos que têm adotado até então, podendo mudar os seus valores ao longo do tempo.

O novo padrão racional projetável que um agente passa a exibir em sua vida não surge do nada, e também não é irrestrito ou absoluto, mas é o resultado parcialmente restrito de uma análise e deliberação do seu padrão racional projetável passado: ao analisar o padrão que se tem exibido (descoberta) e constatar o desejo de mudança, o agente passa a encontrar meios de exibir um novo padrão racional (invenção). No exemplo de Dorian Gray, essa restrição é mais drasticamente evidenciada quando ao descobrir o tipo de pessoa que estava sendo, a única alternativa que ele considerou possível para se tornar a pessoa que ele desejava ser dali em diante era destruir o retrato e tirar a sua própria vida. Vemos, assim, como Dorian não consegue se desfazer completamente da pessoa que ele havia sido até o momento para se tornar o novo tipo de pessoa que ele deseja ser.

Embora tenhamos visto um exemplo de mudança mais drástica e radical no caso de Dorian Gray (e como mesmo essas mudanças drásticas ainda são restringidas pela descoberta), essas mudanças também ocorrem de forma menos drástica ao longo da vida. Assim como constantemente nosso corpo físico muda, as células se renovam, ganhamos e perdemos massa muscular enquanto o corpo continua sendo o mesmo, acredito que a nossa

mente também passa por processos de mudanças sem que cada um de nós deixe de ser a mesma pessoa. Por exemplo, alguém que até determinado momento da vida valorizava previsibilidade de rotina, pode passar a valorizar novidade e criatividade; alguém que sempre valorizou o ócio, pode passar a valorizar a atividade física.

É relevante destacar que os valores de alguém não precisam ser conscientes o tempo inteiro. A própria pessoa pode não estar plenamente consciente dos valores que estão guiando a sua vida, do tipo de pessoa que deseja ser, de todas as suas emoções e comportamentos até que ela delibere sobre eles. Por exemplo, o agente que pratica atividades físicas e desenvolve a disciplina pode não perceber que agora é mais disciplinado, até que ele reflita sobre seus comportamentos atuais⁹. Ao se descobrir uma pessoa disciplinada, o agente pode, por meio da invenção, decidir desenvolver hábitos e estratégias diárias que fortaleçam a sua disciplina. Ou ainda, pode ser que a pessoa sempre foi disciplinada, sempre gostou de se envolver em atividades que exijam disciplina e sempre manteve esses hábitos na sua rotina. Mas ela pode só perceber o quanto é disciplinada, o quanto valoriza a disciplina, quando se deparar com uma pessoa indisciplinada, por exemplo.

Por outro lado, uma pessoa também pode nem sempre conseguir se tornar completamente o tipo de pessoa que deseja ser. Por exemplo, uma pessoa pode dizer que deseja se tornar disciplinada, mas, por mais que tente, ela não consegue. A pessoa pode se sentir desmotivada nas suas atividades diárias, pode ter o hábito de procrastinar em suas tarefas, pode sentir uma grande aversão à atividade física, se sentir sempre sobrecarregada,

⁹ Embora Helm defenda que o processo de autointerpretação ocorre de forma essencialmente consciente, eu acredito que a autointerpretação pode ocorrer também a nível inconsciente. Uma pessoa pode passar por mudanças de valores e do tipo de pessoa que deseja ser de forma inconsciente (considero o *inconsciente* enquanto o campo pré-reflexivo das emoções. Para uma discussão mais detalhada sobre o campo pré-reflexivo das emoções ver Alves, 2023). A partir da adoção do valor da disciplina, por exemplo, em que a pessoa instancia um padrão racional projetável condizente, na medida em que ela é exposta a diversas situações no dia a dia (como tarefas no trabalho, uma prova difícil, etc), ela avalia inconscientemente se realmente deseja ou não ser um tipo de pessoa disciplinada. De modo que, diante das atividades realizadas, das tarefas requisitadas, de resultados obtidos, da sua rotina, se o agente avalia inconscientemente que realmente deseja ser uma pessoa disciplinada e se sente esperançoso e satisfeito, nesse caso não há mudança. Por outro lado, se diante das atividades, tarefas, conquistas e rotina, o agente avalia inconscientemente que não deseja mais ser um tipo de pessoa disciplinada, ele realiza uma autointerpretação inconsciente. Como resultado, ele poderá deixar de se esforçar para ser disciplinado porque não deseja mais ser esse tipo de pessoa, e agora passa a adotar inconscientemente o valor do prazer imediato, por exemplo, priorizando atividades que não exijam esforços a longo prazo e exibindo um novo padrão racional de acordo. Entretanto, quando dois valores distintos entram em conflito prejudicando a rotina do agente e ele não consegue se decidir de forma imediata qual valor priorizar, a autointerpretação emerge no campo consciente, reflexivo, demandando um esforço maior do agente em avaliar qual o tipo de pessoa que deseja ser e qual valor ele de fato está adotando. Por exemplo, o agente que não deseja mais ser disciplinado pode começar a perder prazos importantes no trabalho, enfrentar problemas de saúde pela falta de cuidado, etc., e esses problemas serão um gatilho que aciona o nível consciente da autointerpretação. Devido a limitação no recorte do presente trabalho, não irei me aprofundar no nível inconsciente do processo de autointerpretação, ficando esta tarefa para trabalhos futuros.

etc. Porém, refletir sobre o tipo de pessoa que se deseja ser e quais valores estão sendo adotados servirão como um guia para o agente direcionar suas ações de forma mais consciente, estando mais consciente das suas emoções e podendo gerenciar sua vida com maior eficácia e organização. O agente que deseja ser disciplinado e não consegue, ao realizar uma autointerpretação por meio da descoberta e invenção, poderá descobrir se há adaptações que precisam ser feitas para que ele se torne uma pessoa disciplinada (por exemplo, procurar ajuda profissional, testar diferentes modalidades de exercício físico para descobrir o que desperta interesse, respeitar seus limites físicos, sendo realista quanto às suas capacidades e alinhar expectativas, etc.). É importante ressaltar que mesmo que alguém não consiga imediatamente se tornar completamente o tipo de pessoa que se deseja ser (como no caso da pessoa disciplinada), o agente irá articular ações e exibir um padrão de emoções direcionado ao seu objetivo, visando se tornar o tipo de pessoa que deseja ser.

Prosseguindo com o exemplo da pessoa que deseja ser disciplinada, ao realizar a autointerpretação, ao invés de perceber que apenas precisa de adaptações e estratégias melhores para se tornar o tipo de pessoa que deseja ser, o agente pode descobrir que, na verdade, não deseja ser uma pessoa disciplinada. Mas que seu desejo é se encaixar na expectativa de outras pessoas que queriam que ele fosse disciplinado, ou da cultura na qual ele foi criado onde as pessoas dizem que todos deveriam ser disciplinados. Com isso, o agente pode passar a analisar e refletir sobre quais são realmente os seus valores e o tipo de pessoa que deseja ser, e exercer a sua autonomia para alcançar seus objetivos, mesmo que eles sejam diferentes do que outras pessoas esperam dele.

Outro exemplo que podemos pensar é o de uma pessoa que se sente frustrada por trabalhar em uma confeitaria. Ela terá mais facilidade em lidar com sua frustração se estiver ciente do porquê está frustrada. Ao ponderar se o problema é o local de trabalho, a profissão, ou se há outra coisa na qual ela gostaria de dedicar mais tempo, ela pode perceber quais são as opções disponíveis de ação. Se, ao analisar, ela descobre que está frustrada porque não gosta mais de trabalhar na confeitaria e deseja agora ser médica ao invés de confeitaria, através do processo de invenção ela poderá decidir se preparar para realizar uma mudança de carreira. Com isso, ela irá realizar os esforços para se tornar o tipo de pessoa que deseja ser, como procurar um curso para se especializar, mesmo que precise temporariamente continuar trabalhando na confeitaria para arcar com o seu sustento e com os custos da nova formação. Enquanto trabalha na confeitaria, o agente pode continuar se sentindo frustrado com esse trabalho, mas se sentirá esperançoso e motivado em seu curso de medicina.

Por outro lado, se, ao empreender a autointerpretação, a pessoa descobre que ao invés de valores profissionais são valores familiares que está adotando, e que a frustração é em decorrência do seu desejo de se dedicar mais a família, ela pode, através da invenção, escolher ser o tipo de pessoa que se dedica mais à família. A partir do estabelecimento do novo tipo de pessoa que deseja ser, o agente passa a articular ações com base nesse padrão. Ao invés de trabalhar fora de casa, a pessoa passa a trabalhar em casa, podendo ficar mais perto de sua família. Mesmo que imediatamente a pessoa não consiga deixar seu trabalho fora de casa para se dedicar mais à família, ela irá articular ações visando alcançar seu objetivo, visando se tornar o tipo de pessoa que deseja ser. Enquanto a pessoa não consegue deixar seu emprego fora de casa, nos dias de folga, por exemplo, ela pode se empenhar mais em passar tempo com a família.

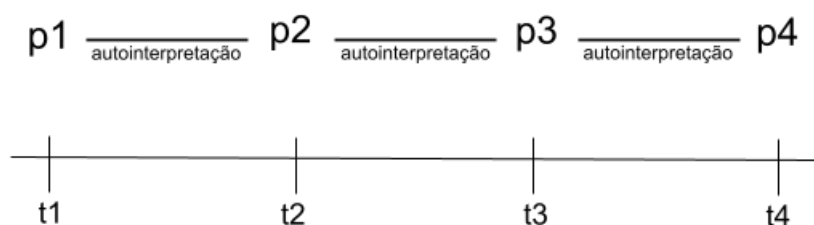
Considerando a proposta de Helm, acredito que as emoções em diálogo com a proposta exdurantista explicam a persistência pessoal, e que a autointerpretação desempenha uma função semelhante à CC-conexão explicada a partir da proposta de Duncan na seção 3.2. Segundo Duncan, a CC-conexão conecta a capacidade de consciência em cada tempo subsequente, e o conjunto dessas CC-conexões gera o que ele chama de CC-continuidade, o que nos permite dizer que uma mesma pessoa persiste no tempo. Entretanto, enquanto Duncan considera que a capacidade de consciência é algo material, não havendo uma distinção clara de sua proposta com o critério de continuidade física, eu acredito que o item que deve ser contínuo em tempos subsequentes é mental, sendo o padrão racional projetável de emoções. A autointerpretação é o que faz a conexão entre um padrão racional projetável em t_1 e o padrão racional projetável em t_2 . De modo que, quando há um conjunto de padrões racionais projetáveis conectados pela autointerpretação, a pessoa persiste.

Como vimos na seção 2.4, o exdurantismo considera que os objetos são estágios momentâneos inteiramente confinados em um momento e que persistem quando conectados por uma relação de unidade a outros estágios momentâneos inteiramente confinados em outros momentos. Se considerarmos a identidade de uma pessoa enquanto um padrão racional moldado por valores pessoais, temos que o padrão racional é um estágio momentâneo que se conecta através da relação de unidade com outros estágios momentâneos do padrão racional, garantindo a persistência de uma pessoa mesmo que esses valores mudem. Como vimos no capítulo anterior, a questão em aberto a respeito da relação de unidade é explicar como exatamente ela conecta os estágios de um objeto ao longo do tempo. Para responder a essa questão, proponho que a relação de unidade para identidade pessoal pode ser explicada pela autointerpretação.

A sequência de conexões por relação de unidade entre cada padrão racional projetável de tempos diferentes gera uma “corrente espaçotemporal” entre os estágios da pessoa, garantindo que ela persista ao longo do tempo. Diferente da minhoca espaçotemporal do perdurantismo em que teríamos uma pessoa literalmente estendida no espaçotempo com cada parte temporal em um tempo diferente, a corrente espaçotemporal é a conexão entre contrapartes temporais, isto é, entre os estágios momentâneos de uma pessoa ao longo do tempo.

Podemos ilustrar o critério emocional de persistência da seguinte maneira:

Figura 17 - Critério emocional de persistência



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 17 observamos as pessoas p1 no tempo t1, p2 no tempo t2, p3 no tempo t3 e p4 no tempo t4. A linha entre cada pessoa representa a relação de unidade constituída pela autointerpretação que conecta a pessoa de cada tempo subsequente. A sequência dessas conexões entre cada pessoa gera a corrente espaçotemporal de uma pessoa ao longo do tempo. A autointerpretação enquanto relação de unidade também explica a individuação de uma pessoa. Duas ou mais pessoas podem instanciar padrões racionais semelhantes (por exemplo, elas podem ter valores pessoais em comum, o mesmo estilo de vida, a mesma profissão, os mesmos hobbies), mas elas serão pessoas diferentes na medida que seus padrões racionais não sejam conectados pela autointerpretação. Por exemplo, dois irmãos que cresceram juntos e têm valores pessoais em comum, instanciam padrões racionais semelhantes mas são pessoas diferentes porque seus padrões racionais não possuem entre si conexão por autointerpretação. Da mesma forma, duas pessoas que são casadas e têm valores em comum, convivem diariamente, exercem influência um sob o outro, se esforçam por um objetivo comum, são pessoas diferentes porque seus padrões racionais individuais não possuem uma conexão de autointerpretação.

Interagir com outras pessoas não gera uma continuidade entre padrões racionais, pois, como vimos, o processo de autointerpretação não é irrestrito. Ele é um processo interno, e não

externo, que é o resultado das experiências em primeira pessoa até então vivenciadas pelo agente, dos valores até então adotados, do padrão racional até então instanciado. A descoberta que segue da análise e deliberação do padrão racional adotado no passado apresenta uma restrição parcial a partir da qual o agente exerce a sua autonomia para inventar o tipo de pessoa que deseja ser dali em diante, como discutimos no caso de Dorian Gray. Por exemplo, ainda que ambos Dorian Gray e Lord Henry tenham valores hedonistas em comum e passassem muito tempo juntos, cada um partiu de experiências em primeira pessoa diferentes que os levou a adotar e cultivar tais valores. Lord Henry considerava que já havia perdido a sua juventude e beleza, e que não as havia aproveitado suficientemente, enquanto Dorian Gray considerava que ainda era jovem e belo, procurando preservar esses aspectos e usufruí-los ao máximo. Além disso, Lord Henry é mais passivo e melancólico, e ao longo da narrativa deixa claro que não teria coragem de tirar a vida de uma pessoa, enquanto Dorian Gray é mais ativo e impulsivo, e mostrou ter a coragem de tirar a vida de uma pessoa (Basil Hallward).

É relevante notar como apesar de esses dois personagens, Dorian Gray e Lord Henry, conviverem um com o outro e terem valores em comum, instanciando padrões racionais semelhantes, não há uma autointerpretação que conecte ambos. Cada um adota valores a partir de experiências em primeira pessoa diferentes, trilhando caminhos e articulando ações diferentes, instanciando padrões racionais projetáveis diferentes (ainda que semelhantes, não são o mesmo). Quando Dorian realiza a autointerpretação e decide se tornar um homem bom, esse é o resultado interno das suas próprias experiências em primeira pessoa, incluindo as consequências drásticas de suas próprias ações, e não das experiências de Lord Henry. Quando Dorian Gray adota novos valores pessoais e se torna um novo tipo de pessoa, mesmo convivendo e comunicando explicitamente sua mudança a Lord Henry, tal mudança é instanciada em primeira pessoa somente por Dorian Gray, e não por Lord Henry, evidenciando como não há uma continuidade entre o padrão racional de ambos.

Ao adotar o pressuposto exdurantista, o critério emocional considera a identidade pessoal em termos de relação de unidade ao invés de identidade numérica. Como observamos nas seções anteriores, tratar a identidade pessoal em termos de identidade numérica resulta em diversas contradições que não explicam adequadamente a continuidade de uma pessoa através de mudanças. Ao tratarmos a identidade pessoal em termos de relação de unidade, temos estágios numericamente distintos de uma mesma pessoa que possuem continuidade entre si através da autointerpretação, e por isso a pessoa persiste. Com isso, podemos também delimitar de forma mais clara como a proposta de continuidade emocional se distingue do

critério de continuidade da memória. Ainda que o critério emocional englobe a memória enquanto um dos estados mentais que fazem parte da rede intencional do padrão racional projetável, não é meramente lembrar de si mesmo em outro tempo que faz com que uma pessoa seja a mesma, mas sim a continuidade do seu padrão racional por meio da autointerpretação. Mesmo que após esse processo o agente se esqueça de quem era em tempos anteriores, por exemplo, ou mesmo que ele tenha lapsos de memória, ele continua sendo a mesma pessoa se estiver operando com o padrão racional resultante da autointerpretação. Além disso, o critério de continuidade emocional evita a circularidade do critério de memória que vimos na seção anterior, pois, aqui, a pessoa *é* o próprio padrão racional projetável na medida em que o instância (mesmo que haja momentos em que ela não esteja plenamente consciente de aspectos do padrão racional) e não *alguém que possui* um padrão racional. Podemos observar que abrir mão da identidade numérica se mostra o caminho mais coerente para explicar a persistência tanto de objetos inanimados quanto de objetos orgânicos como pessoas.

Vimos nesta seção que tanto a proposta de Rovane como a de Helm possuem em comum a perspectiva de primeira pessoa de um agente, a partir da qual ele age em virtude de um objetivo. Entretanto, enquanto Rovane foca no aspecto propriamente racional da agência (deliberação, reconhecimento e planejamento envolvendo agências), Helm introduz o elemento emocional em uma interdependência com a racionalidade, apresentando assim uma proposta mais sofisticada da caracterização de pessoa. Para o autor, ser uma pessoa é valorizar coisas levando em conta o tipo de pessoa que se deseja ser e o tipo de vida que se deseja ter. As mudanças nos valores de alguém ocorrem através do processo de autointerpretação, que consiste em dois mecanismos: a descoberta dos valores adotados até então e do tipo de pessoa que se deseja ser, e a invenção dos meios pelos quais se tornar o novo tipo de pessoa que se deseja ser. Em diálogo com o exdurantismo, defendi que a autointerpretação é o item que explica a relação de unidade que conecta os diferentes estágios de uma pessoa ao longo do tempo. No próximo capítulo, irei aplicar o critério emocional de identidade pessoal no caso de grupos.

4. O PROBLEMA DA PERSISTÊNCIA DE GRUPOS

Além de objetos materiais e orgânicos (como pessoas), objetos sociais (como grupos) também persistem. Ao longo do tempo, os grupos sofrem diversas mudanças. Por exemplo: 1) A Universidade Federal de Mato Grosso ainda é a mesma universidade que era há 10 anos e desde a sua criação; 2) As companhias aéreas LAN e TAM se fundiram formando a hoje conhecida LATAM; 3) A companhia aérea VARIG existiu apenas entre 1927 e 2006; 4) O grupo musical Aborto Elétrico se dividiu dando origem aos grupos musicais Legião Urbana e Capital Inicial. A partir dessas quatro situações, podemos nos perguntar: Quais são os critérios para a persistência dessas entidades coletivas? Qual o limite de mudanças que um grupo pode sofrer sem se extinguir? Qual a diferença entre uma divisão e uma mera diminuição de membros? Qual a diferença entre a fusão de dois grupos e o mero aumento de membros?

Para melhor compreender o objeto de análise deste capítulo, será necessário compreender o que são grupos e a qual tipo de grupos me detenho. Os grupos sociais são entidades formadas por pessoas e podem ser definidos por características comuns aos seus membros (por exemplo, pessoas ruivas), por processos intencionais (como empresas) ou resultarem de estruturas sociais (como grupos de raça e gênero) (Faller, 2021). No presente trabalho, manterei o foco na análise de grupos sociais formados por processos intencionais, uma vez que estes possuem um objetivo específico e uma estrutura organizada. Os grupos intencionais são importantes na organização de nossa sociedade seja promovendo saúde, educação, alimentação, lazer, etc. Por exemplo, um hospital tem a capacidade de impactar amplamente a saúde de diversas pessoas através da cooperação entre os membros, da organização e utilização de recursos disponíveis. Um mercado fornece alimento e itens de higiene para um grande número de pessoas diariamente, um colégio ou universidade formam um grande número de pessoas constantemente.

Os grupos intencionais são grupos formados pela intenção dos membros em deliberadamente formar parte do grupo, possuindo um direcionamento a determinados objetivos, em que a cooperação dos membros serve para alcançar tais objetivos enquanto um grupo. Por exemplo, um time de futebol consiste em um grupo de pessoas que agem enquanto um grupo: jogam e vencem partidas, ganham títulos, participam de campeonatos. Grupos musicais realizam performances, lançam álbuns, ganham prêmios. Percebamos que não se trata simplesmente de um conjunto aleatório de agentes, mas sim de agentes individuais cooperando enquanto um coletivo para realizar um objetivo.

Grupos como bancos, farmácias, escolas, hospitais, universidades, clubes esportivos ou musicais existem e persistem a diversas mudanças ao longo do tempo. Torna-se importante compreendermos como esses grupos persistem, para compreendermos qual o papel que estão desempenhando ao longo do tempo e como estão se relacionando com o meio. Além disso, a discussão sobre persistência de grupos também permite pensarmos em soluções práticas seja para melhorar o seu desempenho, ou para corrigir ações que se mostrem prejudiciais e contraditórias com o objetivo de promover o bem-estar da sociedade¹⁰; mas não irei me aprofundar nesse desdobramento a fim de não escapar do foco desta pesquisa que é explicar o critério de persistência de grupos.

Neste capítulo, irei defender a aplicação do exdurantismo para explicar a persistência de grupos. Para isso, começarei apresentando o argumento de August Faller a favor do exdurantismo enquanto a teoria da persistência mais adequada para grupos. Farei uma breve análise de como o endurantismo e o perdurantismo poderiam explicar a persistência de grupos destacando o porquê não defenderei essas teorias. Por fim, adotando o exdurantismo, irei analisar como se constitui uma relação de unidade no caso dos grupos. Para explicar a relação de unidade de grupos farei uma aplicação da proposta apresentada na seção 3.4 a respeito do critério de continuidade emocional de identidade pessoal.

4.1 Persistência de grupos

Assim como outros tipos de objetos, os grupos, enquanto objetos sociais, também existem e persistem. Vimos anteriormente que a persistência implica em um objeto avançar no tempo e continuar sendo o mesmo objeto mesmo que ele sofra mudanças. No caso de grupos, essas mudanças podem incluir a divisão ou fusão com outros grupos¹¹. Um exemplo real que ilustra as diversas mudanças que um grupo intencional pode sofrer ao longo do tempo é o

¹⁰ Para discussões específicas sobre como os grupos impactam no bem-estar social e as implicações morais desses impactos, ver Tuomela, 2007; List, 2021; Veluwenkamp e Hindriks, 2024.

¹¹ É importante destacar que a divisão e fusão não são processos exclusivos de grupos, embora sejam mais comuns de ocorrer em grupos. Outro ponto relevante é notar que há casos de divisão e de fusão que preservam a identidade, e o ponto da presente discussão é justamente analisar quais casos aplicados a grupos preservam a identidade e quais não. Objetos materiais também podem passar por ambos os processos: alguns exemplos de divisão que podemos pensar é uma fruta ser cortada ao meio; uma lagartixa que solta sua cauda quando se sente ameaçada; a mitose que ocorre em algumas células; gêmeos siameses que são separados cirurgicamente; ou simplesmente a perda de algum membro do corpo de um animal humano ou não-humano. Já em relação a alguns exemplos de fusão, podemos pensar em um bolo que leva diversos ingredientes; enxertos de plantas; soldagem de metais; a fecundação do óvulo pelo espermatozóide no processo reprodutivo.

grupo musical Guns N' Roses. A banda foi originada em 1985 a partir da fusão de outros dois grupos musicais, L.A Guns (Tracii Guns, Ole Beich e Robbie Gardner) e Hollywood Rose (Axl Rose e Izzy Stradlin). No entanto, Beich foi substituído por Duff McKagan, enquanto Tracii Guns foi substituído por Slash e Gardner foi substituído por Steven Adler (posteriormente substituído por Matt Sorum). Porém, a banda L.A Guns retornou no mesmo ano e continua existindo até os dias atuais, enquanto Hollywood Rose não persistiu. Além disso, Guns N' Roses permaneceu em hiato entre 1994 e 1999 e sofreu uma divisão, onde alguns de seus membros (Duff, Matt, Slash e Izzy) saíram da banda e, em 2002, formaram um novo grupo musical: Velvet Revolver, que durou até 2008. Somente em 2016 dois dos quatro integrantes (Duff e Slash) retornaram ao Guns N' Roses.

Entretanto, o que nos permite dizer que Guns N' Roses ainda é a mesma banda desde o momento de sua origem? Durante o hiato, a banda deixou de existir e se originou uma nova banda, ou ela continuou sendo a mesma antes e depois do hiato? Como podemos perceber, os grupos podem mudar seus membros, se combinar formando um só, se dividirem, entrar em hiato, e mesmo assim parecem persistir a essas mudanças. Porém, o que possibilita o grupo persistir através de tais mudanças? Qual o limite de mudanças que um grupo pode sofrer sem se extinguir? Um hiato necessariamente configura o fim do grupo? Um caminho inicial para pensarmos nessas questões é oferecido por August Faller (2021), que parte de objeções à teoria endurantista e perdurantista para defender o exdurantismo no caso de persistência de grupos. Para melhor compreender a proposta de Faller, vamos analisar as explicações oferecidas pelo endurantismo e pelo perdurantismo a respeito da persistência de grupos, e em seguida analisar a explicação exdurantista discutida por Faller.

O maior problema na persistência de grupos gerado pela divisão e fusão é o problema da contagem, que podemos observar no seguinte exemplo apresentado por Faller:

Em 1943, o Pittsburgh Steelers e o Philadelphia Eagles não conseguiram escalar um número suficiente de jogadores. Eles se uniram para a temporada, formando os "Steagles". Os times se separaram novamente na temporada seguinte. Hoje, cada time conta os Steagles em seu registro, por exemplo, em estatísticas esportivas oficiais. Respeitando essa prática, parecemos estar comprometidos em dizer que os Eagles e os Steelers são ambos os Steagles. Mas não pode ser que os Steelers e os Eagles sejam ambos numericamente idênticos aos Steagles. Se fossem, então os Steelers seriam idênticos aos Eagles, e eles claramente não são. Então, temos um quebra-cabeça familiar. (Faller, 2021, p.1, tradução minha)

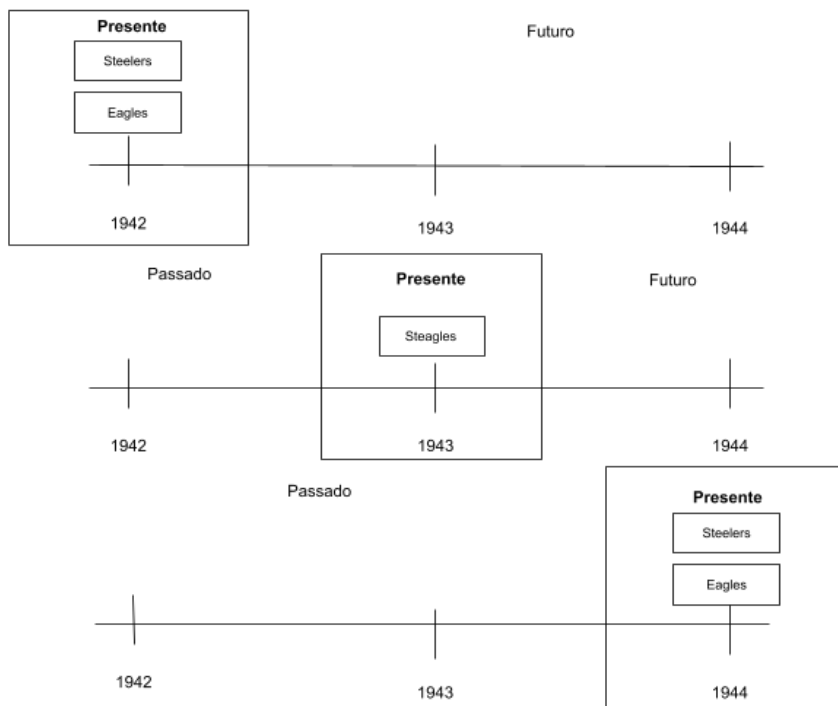
Observamos que no caso dos Steagles há uma fusão temporária de dois times numericamente diferentes mas que compartilham a estatística enquanto o Steagles de 1943. Esse caso

apresenta o problema da contagem na prática, pois parece difícil determinar quantos times contamos nas partidas. Como pontuado por Faller, como é possível que Eagles e Steelers sejam ao mesmo tempo diferentes entre si mas idênticos a Steagles? Além disso, se Eagles, Steelers e Steagles contam como três times diferentes, temos um problema na atribuição de estatística que Eagles e Steelers compartilham enquanto a fusão Steagles. Se contarmos apenas dois times (Eagles e Steelers), temos que durante a partida de Steagles haviam dois times jogando contra um terceiro time rival. Mas, as partidas de futebol acontecem entre dois times ao invés de três times. O argumento de Faller é que o exdurantismo é a teoria da persistência que consegue solucionar o problema da contagem, enquanto o endurantismo e o perdurantismo não. Vamos analisar cada uma delas a seguir.

Para uma teoria endurantista, da mesma maneira que objetos físicos existem inteiramente em cada momento presente com todas as suas partes e propriedades essenciais, e a cada mudança sofrida os objetos persistem com a nova propriedade adquirida, o mesmo se aplicará ao caso dos grupos. Ou seja, cada grupo deve existir inteiramente em cada tempo com todas as suas partes e propriedades essenciais. Quando um grupo sofre uma mudança, incluindo a divisão e a fusão, o endurantismo deve considerar a mudança das partes físicas, como os membros, podendo incluir ainda a mudança de outros objetos físicos que de alguma forma componham o grupo, como o prédio, máquinas, etc. Além disso, o endurantismo conta os objetos por identidade numérica, portanto, as mudanças sofridas por um grupo devem preservar as propriedades essenciais que fazem o grupo ser idêntico a ele mesmo em cada tempo.

Aplicando o endurantismo no caso do Steagles, haveria algo como:

Figura 18 - Persistência endurantista de grupos



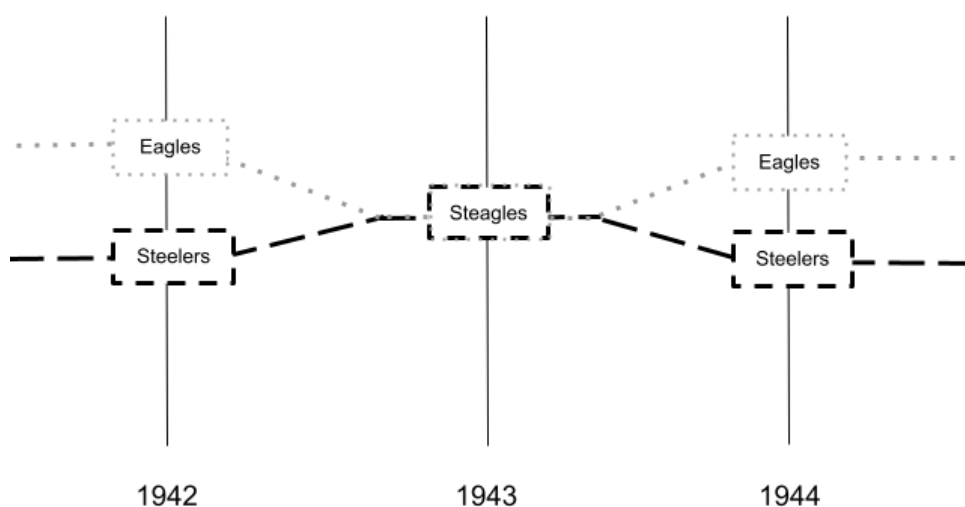
Fonte: elaborado pela autora

Observamos na figura 18, na primeira linha do tempo os times Steelers e Eagles em 1942, enquanto grupos independentes. Na segunda linha, temos a fusão Steagles em 1943, e em 1944, após a divisão de Steagles, Steelers e Eagles voltam a persistir enquanto times independentes. Se considerarmos a persistência de grupos em termos de identidade numérica e existindo somente no tempo presente, temos um problema com o endurantismo. Uma propriedade que parece essencial para os times Eagles e Steelers é a propriedade de serem times independentes com 11 jogadores cada um. Mas, essa propriedade é perdida em 1943. A evidência disso é que, pela falta de jogadores para completar os times, eles precisaram se fundir temporariamente para jogar na temporada de 1943, ficando sob a propriedade de múltiplos donos. Desse modo, considerando a mudança da propriedade essencial e que somente o presente existe para o endurantismo, temos em 1943 apenas um time: Steagles, enquanto que em 1942 e em 1944 temos apenas dois times: Steelers e Eagles. A contagem por identidade numérica do endurantismo nos levaria à uma contradição de o Steelers e os Eagles serem numericamente diferentes entre si e ao mesmo tempo numericamente idênticos ao Steagles.

Já para uma teoria tetradimensionalista como o perdurantismo, Faller (2021, p. 7) esclarece que, ao invés de uma identidade numérica, a persistência de grupos é explicada em termos de relação de unidade, a qual conecta o grupo ao longo do tempo. Vimos que para os perdurantistas os objetos existem estendidos no tempo e persistem por terem *partes temporais* em cada momento conectadas entre si pela relação de unidade, e a soma de todas essas partes temporais constitui a completude do objeto. No caso dos grupos sociais, uma explicação perdurantista diria que grupos existem estendidos no tempo e persistem por terem uma parte temporal em cada momento, e a soma de todas as partes temporais constitui a completude do grupo, ou seja, a minhoca espaçotemporal completa do grupo. Em casos como o de divisão e fusão, a explicação seria que, durante a fusão, os grupos se sobrepõem, compartilhando uma parte da minhoca espaçotemporal.¹²

Aplicando o perdurantismo no caso do Steagles, teríamos algo como:

Figura 19 - Persistência perdurantista de grupos



Fonte: Elaborado pela autora

Observamos na figura 19 durante 1942 Eagles e Steelers persistindo individualmente. Em 1943, Eagles e Steelers se sobrepõem, em 1944 Eagles e Steelers passam a persistir novamente enquanto times individuais. Nesse caso, há duas minhocas espaçotemporais (Eagles e Steelers) que compartilham uma parte temporal em 1943 enquanto Steagles. Porém, mesmo com uma extensão temporal e a relação de unidade que conecta as partes temporais da

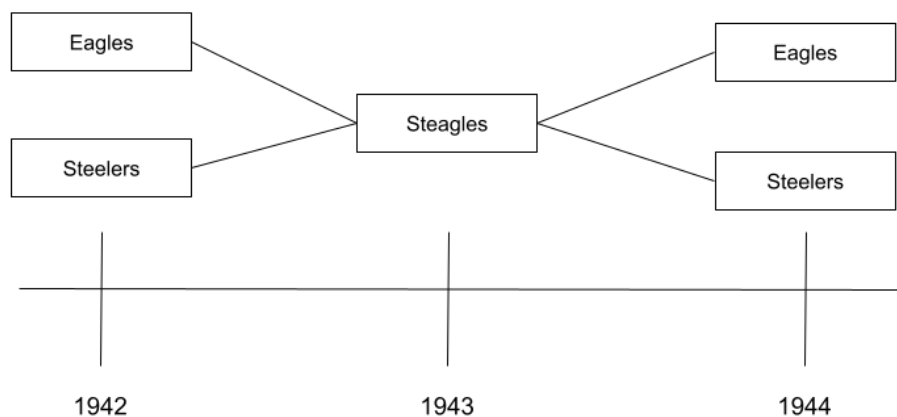
¹² O exemplo mais comum dos perdurantistas para explicar a divisão e fusão de objetos é a comparação com duas estradas sobrepostas. Essa sobreposição de objetos no perdurantismo também explicaria a relação de constituição (por exemplo, uma estátua composta por argila). Para mais detalhes ver Sider (1996).

minhoca espaçotemporal dos times, temos um desafio ao tentar acomodar o perdurantismo para explicar a contagem de grupos no caso de persistência. Teríamos dois times jogando ao mesmo tempo contra um terceiro time na temporada de 1943. Porém, isso é incompatível com as regras de futebol americano, em que as partidas acontecem entre dois times, e não entre três.

Para resolver o problema da contagem e evitar as contradições resultantes do endurantismo e do perdurantismo, vamos analisar a aplicação da proposta exdurantista no caso da persistência de grupos. Assim como no perdurantismo, o exdurantismo conta a identidade por relação de unidade ao invés de identidade numérica. Porém, ao invés de a relação de unidade conectar as partes temporais dos grupos, no caso do exdurantismo a relação de unidade conecta as *contrapartes* temporais dos grupos em diferentes tempos. Vimos na seção 2.4 que o exdurantismo é uma teoria que adota uma perspectiva estática e eternalista sobre o tempo, defendendo que os objetos existem localizados em um único momento e persistem através de contrapartes temporais. Para o exdurantismo, os objetos são estágios momentâneos inteiramente confinados a um momento que se conectam a outros estágios momentâneos através da relação de unidade. Cada um desses estágios momentâneos são contrapartes temporais uns dos outros, e a relação de unidade é o que mantém a identidade do objeto, explicando sua persistência (Faller, 2021). De tal modo, aplicando o exdurantismo no caso do Steagles, temos que o Eagles, o Steelers e o Steagles são, cada um, um estágio momentâneo relacionados entre si através da relação de unidade.

Podemos visualizar a persistência dos times para o exdurantismo da seguinte maneira:

Figura 20 - Persistência exdurantista de grupos



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 20, observamos nos retângulos a representação dos times pré-fusão Eagles e Steelers em 1942, do Steagles em 1943, e dos Eagles e Steelers pós-divisão em 1944. As linhas conectando cada retângulo representam a relação de unidade que indica a persistência dos times. Para Faller, considerar os grupos enquanto *estágios momentâneos* com contrapartes temporais que se conectam por uma relação de unidade evita o problema de ter dois grupos numericamente diferentes sendo ao mesmo tempo numericamente idênticos a um terceiro grupo, porque contamos os estágios ao invés de a minhoca espaçotemporal ou da identidade numérica. De tal modo, em 1943 há apenas um estágio (Steagles) enquanto que em 1942 e em 1944 há dois estágios em cada (Eagles e Steelers). Eagles e Steelers não são idênticos um ao outro porque não possuem relação de unidade que os conecte, mas há uma relação de unidade que os conecta a Steagles, explicando assim como dois times (Eagles e Steelers) podem ser diferentes entre si mas idênticos a um terceiro time (Steagles) sem gerar contradições.

Para esclarecer mais a proposta exdurantista aplicada a grupos, vamos analisar outro exemplo. Para que Guns N' Roses persista no tempo, seus estágios momentâneos devem possuir contrapartes temporais que instanciem propriedades pertencentes ao Guns N' Roses ao longo do tempo, e cada uma dessas contrapartes temporais devem estar unitariamente relacionadas, permitindo que o grupo persista no tempo. Assim, se o grupo musical Guns N' Roses é fundado e existe no ano 1985, com uma formação e uma estrutura específica, tais propriedades serão instanciadas pela contraparte temporal da banda em 1985. Se em 1990 um novo membro, Dizzy Reed, incorpora-se à banda, podemos dizer que Dizzy faz parte agora de um estágio do Guns N' Roses de 1990, que não é o mesmo estágio do Guns N' Roses de 1985, visto que são tempos diferentes. O estágio da banda em 1985 (sem Dizzy Reed) permanece como uma contraparte temporal do estágio de 1990 (com Dizzy Reed). Assim como o estágio do Guns N' Roses de 1990 (com 6 integrantes) permanece como uma contraparte temporal do estágio de 2024 (com 7 integrantes). De tal modo, o grupo persiste à mudança de membros e ao aumento de posições porque seus diferentes estágios estão unitariamente relacionados enquanto contrapartes temporais, permitindo que o grupo Guns N' Roses persista ao longo do tempo.

Percebemos que, da mesma maneira que o exdurantismo parece ser mais flexível em acomodar mudanças de objetos materiais, conforme vimos no capítulo 2, o exdurantismo também parece ser capaz de explicar mais adequadamente a persistência de grupos e suas mudanças complexas. Para o exdurantismo, a estrutura de um grupo pode ser alterada, seja com novas posições acrescentadas, subtraídas, dividindo-se em subgrupos ou unindo-se à alguma outra estrutura, formando uma maior. Essas formações passadas continuarão sendo

contrapartes temporais do grupo que se conectam através da relação de unidade, mantendo, assim, a relação de identidade necessária para a sua persistência.

Entretanto, há algumas questões em aberto no exdurantismo. O que exatamente é o critério da relação de unidade entre os estágios? Pois, para dizer que o grupo persiste e que há uma relação de unidade conectando seus diferentes estágios, é necessário identificar qual é o critério que nos permite dizer que, de fato, é o mesmo grupo que persiste. Até mesmo para saber qual é o limite de mudanças permitidas pelo exdurantismo. Uma tentativa de esclarecer esse ponto é oferecida por Faller, segundo o qual, embora em casos de identidade pessoal a relação de unidade possa ser definida por um elemento fixo, como a continuidade psicológica, no caso de grupos sociais a relação de unidade é variável e depende de cada contexto. Por exemplo, em instituições federais, como universidades, a relação de unidade pode ser a localização geográfica. Em empresas com franquias globais, a relação de unidade pode ser as ações da empresa, etc. Mesmo grupos de um mesmo tipo, como times de futebol, podem ter uma relação de unidade diferente a depender do contexto.

Faller (2021) traz dois exemplos ilustrativos nos quais dois times de futebol americano diferentes têm sua relação de unidade selecionadas de maneira distinta. O primeiro exemplo é o caso do time Houston Oilers que se mudou para Tennessee em 1997, e em 1999 mudou o nome para Tennessee Titans. Em 2002, a National Football League (NFL) concedeu uma nova franquia a Houston: Houston Texans. Nesse caso, o critério de relação de unidade é a franquia, já que Houston Oilers e Tennessee Titans são tratados como sendo o mesmo time ainda que tenha mudado de cidade e nome, enquanto que o Houston Texans é considerado um novo time diferente do antigo Houston Oilers. O segundo exemplo é o caso do Cleveland Browns, que em 1996 se mudou para Baltimore formando o Baltimore Ravens. Em 1999, a NFL concedeu uma franquia a Cleveland, reativando o time Cleveland Browns. Nesse caso, observamos que o critério da relação de unidade é a localização geográfica, pois com a mudança geográfica do Cleveland Browns em 1996 ele se tornou um time diferente relacionado à nova localização geográfica, Baltimore Ravens, e ambos são considerados nas estatísticas como sendo times diferentes. Enquanto isso, o Cleveland Browns foi reativado posteriormente em 1999, sendo a continuidade do time que, tecnicamente, entrou em hiato em 1996.

Porém, a alternativa de Faller ainda parece abrangente demais, pois se não há um critério fixo para determinar a relação de unidade, se torna difícil determinar quando, de fato, há persistência, e quando há apenas uma relação de causalidade, onde um grupo causa a origem de outro grupo diferente. Partindo da aplicação do exdurantismo no caso de grupos e

das problematizações dessa teoria, na próxima seção irei propor que, da mesma maneira que em casos de identidade pessoal, no caso de grupos sociais também é possível delimitar um critério fixo de relação de unidade pelo critério de continuidade emocional.

4.2 Identidade de grupos

Nesta seção será aplicado o critério de continuidade emocional para explicar a identidade e persistência de grupos. Ao contrário de Faller, que afirma que o critério de relação de unidade no caso de grupos varia de acordo com o contexto, nesta seção eu defendo que o critério de relação de unidade para grupos é fixo. O que deve ser satisfeito para a persistência de um grupo é a continuidade de seu próprio padrão racional projetável. Defenderei o realismo dos estados mentais de grupo, considerando estes enquanto um tipo de pessoa coletiva, e defenderei que os grupos persistem no tempo através de contrapartes temporais que são conectadas entre si pela relação de unidade. Irei propor que a relação de unidade consiste no processo de autointerpretação que conecta o padrão racional projetável do grupo em diferentes tempos, constituindo assim a corrente espaçotemporal do grupo.

Um exemplo inicial que podemos pensar para melhor contrastar a identidade individual da identidade de grupo, compreendendo como a identidade de um grupo não é redutível apenas a seus membros, é a banda de nu metal Slipknot. A banda é conhecida pelo uso de máscaras características, cujo intuito é propositalmente destacar a identidade coletiva do grupo, ao invés da identidade individual de seus membros. Desse modo, quando estão atuando no contexto do grupo musical, os membros focam em agir enquanto um coletivo, em promover o objetivo do grupo que é a expressão artística através das músicas. Cada uma das máscaras possui um significado próprio que reflete emoções e outros aspectos mentais (como introspecção, raiva, sentimento de inadequação social, frieza) expressos nas músicas, as quais abordam temas como dor, sofrimento mental, conflitos de identidade, conflitos internos e sociais. Mesmo quando ocorre uma mudança de membro, o novo integrante também utiliza máscara, respeitando o contexto *do grupo*. A identidade coletiva da banda também é reforçada pela adoção de números referente a cada um dos nove integrantes (o vocalista é o número 8, o percussionista o número 6, etc.), o que é expresso mais claramente no uniforme da banda que consiste em macacões numerados de 0 a 8. Podemos observar que o grupo possui uma identidade própria que persiste para além de seus membros individuais. Mesmo que haja uma mudança de membros, como a substituição do baterista Joey Jordison por Jay Weinberg, em 2014 e, posteriormente, por Eloy Casagrande, em 2024, a identidade coletiva do grupo

persiste com o objetivo central de produzir músicas que expressam temas como dor, sofrimento e conflitos internos.

Outro aspecto que também exemplifica a identidade de grupos e que será melhor explorado nos próximos parágrafos é que, mesmo com membros em comum e objetivos semelhantes, os grupos demonstram ter padrões de comportamento diferentes entre si e uma identidade própria. Por exemplo, o atual vocalista do Slipknot, Corey Taylor, que integra a banda desde 1997, foi o fundador e vocalista da banda de rock Stone Sour, a qual durou de 1992 até 2020. Jim Root, que é um dos guitarristas do Slipknot desde 1999, também fez parte de Stone Sour de 1995 até 2014. Embora as duas bandas tenham membros em comum e tenham o objetivo de produzir músicas, podemos observar contrastes entre as duas. Enquanto Slipknot tem um estilo mais pesado e agressivo, Stone Sour tem um estilo mais leve e melódico, tratando de temas como a vulnerabilidade emocional, autenticidade e críticas à superficialidade, além de não adotar o uso de máscaras nem de uniformes. Porém, podemos questionar, qual é o elemento que de fato faz com que cada grupo musical seja diferente um do outro?

Para explicar a identidade pessoal de grupos, primeiro precisamos esclarecer como os grupos também se enquadram enquanto um tipo de pessoa. Como vimos na seção 3.4, Rovane (1997) caracteriza a noção de pessoa enquanto um agente que instancia uma perspectiva racional em primeira pessoa, a qual delibera sobre seus objetivos e realiza esforços para alcançá-los. Além disso, a caracterização de pessoa para a autora também envolve o reconhecimento da perspectiva em primeira pessoa instanciada por outros agentes. Helm complementa essa caracterização racional com o elemento emocional, defendendo que uma pessoa é um agente com uma perspectiva em primeira pessoa que é moldada pelas coisas com as quais o agente se importa. A atribuição de importância típica de uma pessoa são os valores pessoais, que refletem o tipo de pessoa que alguém deseja ser e o tipo de vida que alguém deseja ter.

No caso coletivo, Helm (2008) argumenta que grupos são agentes legítimos porque são agentes que se importam¹³, e que direcionam suas ações para objetivos que acreditam que

¹³ Além de Helm, Rovane (1997) também defende a instanciação de uma perspectiva racional em primeira pessoa por grupos. A autora considera que a perspectiva em primeira pessoa de grupos se estabelece quando há um compromisso unificador entre as partes envolvidas, em que os membros de um grupo se comprometem a agir conjuntamente em direção a um objetivo, coordenando as suas atividades e se dispondo a resolver conflitos. Desta forma, para a autora, grupos podem ser considerados enquanto um tipo de pessoa porque instanciam essa perspectiva em primeira pessoa. Entretanto, assim como no caso individual, Rovane considera somente o aspecto racional na explicação de uma perspectiva em primeira pessoa de grupos, enquanto que Helm considera o aspecto emocional em interdependência com o racional. Outros autores na literatura que também defendem a instanciação de uma perspectiva racional coletiva, são Margaret Gilbert (1997, 2013) e List e Pettit (2011). Gilbert (1997, 2013), semelhante à Rovane, defende a possibilidade de uma perspectiva em primeira pessoa

valem a pena ser perseguidos. Para o autor, um grupo possui suas próprias emoções na medida em que exibe um padrão racional projetável de emoções. Por exemplo, um grupo musical exibe um padrão racional a partir de ações como reuniões de ensaio, organização de arranjos, composição de letras e melodias, performances públicas, etc. Além disso, o grupo exibe uma rede de emoções inter-relacionadas em direção ao objetivo de produzir músicas, como medo se a produção musical for ameaçada, alegria se a produção musical for promovida, esperança de ter uma performance bem sucedida, etc. De tal modo, o conjunto de padrões racionais projetáveis do grupo constitui a sua perspectiva de mundo coletiva a partir da qual ele articula ações enquanto um grupo. Helm (2008) destaca que a perspectiva de mundo do grupo é consolidada pelo *sentimento de nós*.

O *sentimento de nós* surge quando os membros do grupo atribuem importância ao grupo ao invés de aos outros membros. Ao atribuir importância ao grupo enquanto o agente relevante, os membros possuem um foco de importância em comum que é o grupo¹⁴. Ao atribuir importância ao grupo, os membros reagem emocionalmente quando o bem-estar do grupo é afetado favorável ou negativamente, e passam a se importar instrumentalmente com as coisas que importam para o grupo. A importância instrumental consiste em se importar instrumentalmente com os meios necessários para um fim (por exemplo, se importar instrumentalmente com materiais de construção para o fim da construção de uma casa, quando a construção for um foco de importância de alguém). Quando eu me importo com outro agente, as coisas que constituem o bem-estar desse agente passam a ter uma importância

própria do grupo, considerando que esta surge enquanto um compromisso conjunto entre os membros de sentir e agir enquanto um coletivo. Enquanto que, List e Pettit (2011) consideram a perspectiva racional em primeira pessoa de grupo enquanto a capacidade do grupo de articular ações no âmbito moral, sendo passíveis de responsabilização por suas ações enquanto um coletivo. Já uma postura mais redutivista sobre a perspectiva racional de grupo (e demais estados mentais do grupo) é proposta por autores como Tuomela (2007, 2013), Nagatsu (2014) e Salmela e Nagatsu (2017). Eles argumentam que a perspectiva de grupo consiste nas perspectivas que operam nos membros individuais de duas maneiras distintas: em modo-nós (*we-mode*), em que a coletividade é mais forte, os indivíduos pensam e agem de forma cooperativa visando promover um compromisso conjunto; ou em modo-eu (*I-mode*), em que a coletividade é mais fraca, os indivíduos pensam e agem de forma cooperativa, mas visando promover um compromisso privado. Salmela e Nagatsu também destacam o papel das emoções na coordenação das ações de grupo, porém de forma menos robusta que a proposta de Helm. Discuti mais detalhadamente o contraste entre a proposta de Salmela (2014) e Salmela e Nagatsu (2017) e a proposta de Helm (2008) anteriormente em Alves (2023).

¹⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre como as emoções originam os grupos intencionais, veja Alves (2023). No trabalho intitulado “O Papel das Emoções Coletivas na Constituição e Agência de Grupos” defendi que os grupos se originam enquanto uma atribuição de importância a um objetivo, visando cumprir uma função. Argumentei que a origem dos grupos se dá a partir da atribuição de importância que duas ou mais pessoas individuais tenham em comum e que compartilham explicitamente entre si a intenção de agir coletivamente em prol de tal atribuição de importância. Defendi que assim que o grupo se origina, ele desenvolve a sua própria consciência coletiva e autonomia enquanto um coletivo, definindo seus valores e a estrutura que será realizada para cumprir o seu objetivo. Mais adiante discutirei o conceito de estrutura de grupo.

instrumental para mim.¹⁵ De modo que, se uma determinada pessoa é o meu foco de importância, o seu sucesso profissional ou a sua saúde, por exemplo, são os meus subfocos de importância instrumental em decorrência da importância não instrumental atribuída à pessoa que, por sua vez, valoriza sua carreira profissional e saúde.

No caso dos grupos, quando os membros se importam com o grupo, o grupo é o foco de importância e as coisas que são valorizadas por ele são os subfocos de importância instrumental, incluindo a cooperação com os outros membros em favor do grupo. Mas, diferente da importância atribuída a outros agentes externos, em que eu reconheço que o outro possui uma perspectiva em primeira pessoa mas eu não instancio essa perspectiva internamente, no caso da importância atribuída ao grupo, a perspectiva coletiva em primeira pessoa é parcialmente instanciada internamente por mim. Alves e Cichoski (2025, p. 190-191) esclarecem que:

Adotar o grupo como foco de importância é significativamente diferente de adotar um outro agente como foco de importância. Quando sou membro de um grupo, eu compreendo que faço parte dele, que ele é constituído (parcialmente) por mim. Assim, o foco de importância não é um agente externo e independente que possui uma perspectiva de mundo pré-estabelecida, a partir da qual sub-focos são gerados em virtude da importância instrumental. Ao compreender que faço parte do grupo, compreendo que sou parte constitutiva dele e de sua perspectiva de mundo. Essa perspectiva de mundo coletiva unificada é nossa conjuntamente e não meramente compartilhada. Ela não é nem minha, nem sua, individualmente; é nossa, do grupo. Essa apropriação pessoal da perspectiva coletiva, enquanto sendo de primeira pessoa, mas do plural, nos ajuda a compreender ainda mais a sua dimensão normativa coletiva. Da mesma forma como minha perspectiva de mundo individual gera compromettimentos de como devo sentir, julgar e agir, os compromettimentos gerados pela perspectiva de mundo coletiva também se apresentam como restrições pessoais internas, pois sou um membro constituinte do grupo e da nossa perspectiva de mundo.

Percebamos que ao adotar a perspectiva coletiva de *nós* em primeira pessoa, os membros do grupo se comprometem em adotar os valores *do grupo* e a reagir emocionalmente diante do que importa *para o grupo*, pois agora a normatividade do padrão racional projetável não é apenas individual, mas é coletiva. Desse modo, no contexto do grupo, os membros não agem priorizando apenas seus interesses pessoais enquanto agentes individuais, mas agem *enquanto um de nós*, em direção ao objetivo que importa *para nós*,

¹⁵ Helm (2008, p. 30-32) pontua que exceções na atribuição de importância instrumental podem ocorrer quando a pessoa com quem eu me importo atribui importância a coisas nocivas, como fumar, por exemplo. Nesse caso, uma vez que eu me importo com o bem-estar da pessoa, seria incoerente eu me importar ao mesmo tempo com coisas que prejudicam o seu bem-estar. Portanto, eu devo priorizar o bem-estar da pessoa com a qual eu me importo, uma vez que ela é o meu foco de importância não instrumental. Entretanto, se ao invés de uma exceção, passar a ser recorrente eu não me importar instrumentalmente com as coisas que importam para a pessoa com a qual eu me importo, é improvável que eu de fato me importe com ela. Em Alves (2023) discuto mais detalhadamente o papel da importância instrumental no contexto de relações interpessoais e de cooperação entre membros de grupos.

priorizando os interesses e valores *do grupo*. Mesmo que um ou mais membros não se importe individualmente com o objetivo do grupo ou com determinadas ações realizadas pelo grupo, ele deve se importar *enquanto um de nós*. As emoções são do grupo e não apenas dos indivíduos porque essas emoções só fazem sentido enquanto *um de nós*, elas surgem a partir da perspectiva coletiva em primeira pessoa do grupo.

Por exemplo, um ou mais membros de um grupo musical podem não se importar individualmente com alugar um estúdio, na vida pessoal deles não faria diferença alguma. Entretanto, o aluguel do estúdio é algo que tem importância para o grupo, e por isso, *enquanto um de nós* os membros se alegram com a assinatura do aluguel do estúdio, e se frustram caso não consigam alugar o local. Da mesma forma, os membros de um grupo que está construindo uma casa podem não se importarem individualmente com a construção da casa, mas, uma vez que esse é um objetivo que importa *para o grupo*, enquanto parte do grupo os membros sentirão emoções como alegria quando o objetivo de construir a casa for promovido, e emoções como frustração quando o objetivo for ameaçado ou prejudicado.

Como vimos na seção 3.4, a perspectiva de mundo de uma pessoa individual é moldada por seus valores, entendidos enquanto atribuições de importância que refletem o tipo de pessoa que ela deseja ser. No caso dos grupos, podemos dizer que a *perspectiva coletiva do grupo* é moldada pelos seus valores enquanto atribuições de importância que refletem o tipo de pessoa *coletiva* que se deseja ser. A perspectiva coletiva do grupo não é reduzida à perspectiva ou valores individuais de seus membros. Não basta, por exemplo, que eu queira individualmente caminhar e que você queira individualmente caminhar, pois podemos fazer isso sem sequer interagir um com o outro. Além disso, eu e você podemos ter valores pessoais divergentes. Você pode caminhar porque valoriza a conexão com a natureza, enquanto eu posso caminhar porque valorizo a saúde mental, por exemplo. Mas, como dito anteriormente, a perspectiva do grupo implica em *nós* querermos caminhar, porque é um objetivo que importa para *nós*, e não somente para mim ou somente para você (Alves, 2023; Schmid, 2017). No contexto do grupo, *nós* adotaremos um valor pessoal a partir da perspectiva coletiva do grupo, e não a partir da nossa perspectiva individual. O valor pessoal adotado enquanto *nós* não se reduz ao valor pessoal que eu individualmente adoto e nem ao valor pessoal que você individualmente adota, pois o agente relevante da caminhada não sou eu individualmente e nem você individualmente, mas sim o grupo. Portanto, o valor adotado deve guiar as ações do grupo, visando promover o objetivo do grupo, o qual pode adotar por exemplo o valor pessoal de bem-estar físico, além de reuniões de planejamento e organização a fim de promover o objetivo de caminhar.

Desse modo, se há um grupo de caminhada, a caminhada é o objetivo *do grupo*, o *grupo* irá articular ações para que o objetivo seja promovido enquanto um coletivo, e o *grupo* irá adotar valores que constituem sua perspectiva coletiva, visando ser o tipo de pessoa coletiva que faz caminhadas regularmente para promover o bem-estar físico. O grupo poderá optar por realizar caminhadas periodicamente em pistas de caminhada, em um horário que não esteja excessivamente ensolarado e nem chovendo, por exemplo. Vamos imaginar uma pessoa individual que caminha guiada pelo valor da conexão com a natureza e realiza caminhadas em lugares que tenham mais árvores, faça trilhas mesmo que haja chuva ou sol, etc. Se ela entrar para o grupo de caminhadas, no contexto do grupo, a partir da perspectiva coletiva ela irá, enquanto parte de *nós*, adotar os valores do grupo de priorizar o bem-estar físico, evitando horários em que a exposição ao sol pode ser prejudicial, utilizando pistas próprias para caminhada, etc.

Podemos notar com mais clareza a irredutibilidade da perspectiva coletiva do grupo pela pressão normativa que ela exerce sobre os membros, os quais agem a partir dessa perspectiva, seguindo os valores do grupo. Como vimos no capítulo anterior, no caso individual há uma normatividade característica do padrão racional projetável de uma pessoa individual, em que ao adotar determinados valores o agente se compromete a reagir emocionalmente e articular ações de acordo com seus valores. Já no caso dos grupos, é o grupo que, ao adotar determinados valores enquanto um grupo, se compromete a reagir emocionalmente e articular ações de acordo com tais valores.

Um exemplo na história da música que evidencia a normatividade do grupo sobre os membros é a demissão da cantora Tarja Turunen do grupo musical de metal sinfônico Nightwish, em 2005. A banda considerou que os valores individuais da cantora estavam entrando em conflito com os valores coletivos do grupo, sendo estes a cooperação, amizade e autenticidade. Com isso, o grupo desde a perspectiva coletiva deliberou sobre como harmonizar esse conflito que estava prejudicando a banda e considerou que o mais adequado naquela circunstância seria a demissão da cantora. Após tomar a decisão coletivamente, o grupo escreveu uma carta aberta de demissão à Tarja, ainda que ela tenha sido uma das fundadoras da banda. Embora nem todos os casos de conflitos de grupo resultem necessariamente na remoção de algum membro, este caso ilustra como a normatividade e os valores do grupo se sobrepõem aos membros.

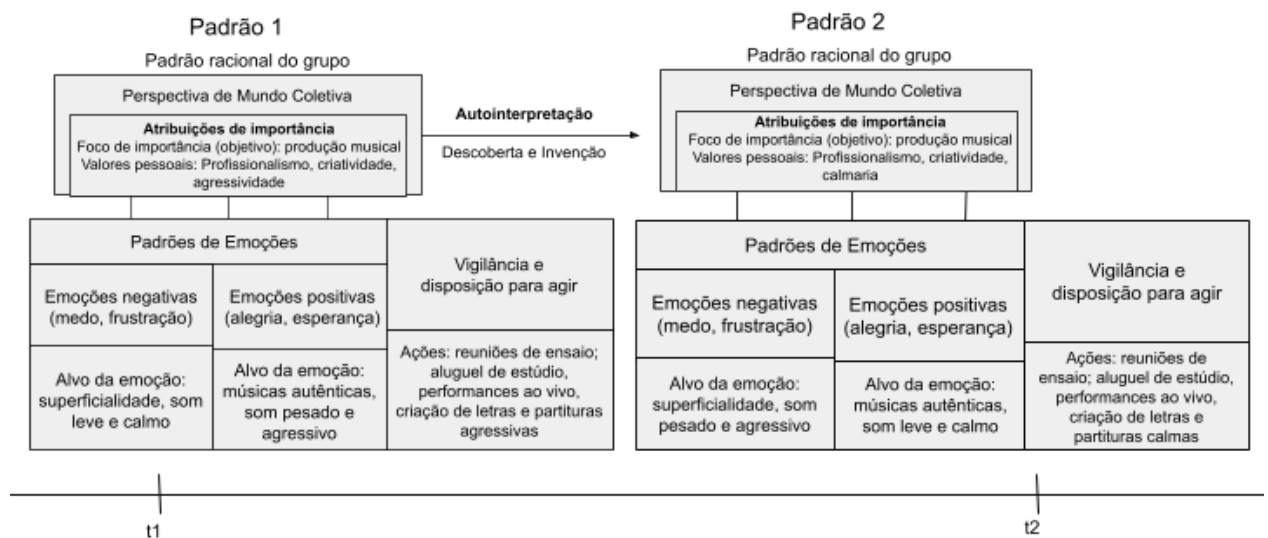
Da mesma forma que no caso individual, no qual a autointerpretação satisfaz a relação de unidade conectando os padrões racionais projetáveis de uma mesma pessoa em diferentes tempos, acredito que no caso de grupos a autointerpretação coletiva satisfaz a relação de

unidade dos grupos enquanto um tipo de pessoa coletiva, conectando seus padrões racionais ao longo do tempo. A autointerpretação coletiva de grupos pode ocorrer de forma estratégica, sendo ou não periódica, através de métodos organizacionais como reuniões de planejamento, estabelecimento de metas ou em circunstâncias que motivem uma reavaliação dos próprios valores do grupo, como conflitos internos (Alves; Cichoski, 2025, p. 194). No processo de autointerpretação coletiva, embora os membros possam colaborar, oferecer sugestões e esclarecimentos, é a perspectiva coletiva *do grupo* que prevalece, pois o grupo é o agente relevante nesse caso. Com isso, cada grupo persiste na medida em que seu padrão racional projetável tenha continuidade através da autointerpretação, constituindo a corrente espaçotemporal do grupo.

Um exemplo que ilustra distintivamente o papel da autointerpretação na persistência de grupo é o caso da banda Opeth que mudou seu estilo musical guiada por valores de autenticidade e criatividade da banda, sendo portanto uma forma de promover o objetivo do grupo. Foi através do processo de autointerpretação que a banda constatou que ao invés de valorizar a agressividade do som mais pesado e guturais característicos do death metal, agora valoriza a calma de um som mais leve e com vocais mais suaves, se aproximando mais do estilo de rock progressivo. Sem a mudança de estilo musical, o objetivo do grupo de produção musical seria ameaçado pela estagnação, falta de autenticidade e bloqueio criativo. De tal modo, com a mudança de estilo, o grupo pôde preservar o seu objetivo central, mantendo e aprimorando os temas das músicas produzidas e fortalecendo os valores de autenticidade e criatividade, ainda que o estilo de música valorizado tenha mudado.

Aplicando o critério de continuidade emocional, podemos ilustrar a persistência de grupos da seguinte maneira:

Figura 21 - Critério de continuidade emocional de grupos



Fonte: Elaborado pela autora

Observamos na figura 21 uma ilustração da perspectiva de mundo coletiva do grupo musical Opeth em diferentes tempos. Em t1 temos a perspectiva de mundo constituída pelo objetivo de produção musical e os valores pessoais de profissionalismo, criatividade e agressividade. Esses valores pessoais geram o padrão racional projetável do grupo, que exibe medo e frustração diante da superficialidade e de músicas calmas, e exibe alegria e esperança diante de músicas autênticas e de um som pesado e agressivo. O grupo também articula ações com base no seu objetivo central e nos seus valores pessoais, realizando reuniões de ensaio, aluguel de estúdio para gravação, performances ao vivo, criação de letras e partituras mais agressivas. Ao realizar uma autointerpretação, o grupo reavalia seus valores pessoais e o tipo de grupo que estava sendo até o momento e, ao invés do valor da agressividade, ele adota agora o valor da calma. Com isso, em t2 a banda passa a exibir um novo padrão racional projetável com base nesse novo valor adotado. O grupo exibe medo e frustração diante da superficialidade e de um som pesado e agressivo, e alegria e esperança diante de músicas autênticas e de um som leve e calmo. Além disso, as ações do grupo também serão moldadas pelo novo valor adotado. Ele realizará reuniões de ensaio, aluguel de estúdio para gravação, performances ao vivo, criação de letras e partituras mais calmas. É importante notar, como apontado antes, que essa mudança de valor foi ocasionada visando promover o objetivo do grupo, que é o agente relevante, ou seja o conjunto de valores que constituem o tipo de grupo que a banda deseja ser.

De tal modo, a identidade pessoal de um grupo ao longo do tempo é explicada pela continuidade do seu padrão racional projetável através da descoberta e invenção. Por

exemplo, podemos dizer que o grupo musical Opeth é o mesmo desde a sua origem porque seu padrão racional projetável ao longo dos anos é conectado pelo processo de descoberta e invenção. Por outro lado, mesmo tendo estruturas semelhantes e membros em comum, os grupos musicais Stone Sour e Slipknot são diferentes porque não possuem uma conexão de autointerpretação, não há processo de descoberta e invenção entre eles ao longo do tempo. Cada um possui sua própria perspectiva de mundo, com valores diferentes e padrões racionais diferentes. Da mesma maneira, Slipknot e outros grupos musicais de metal que também utilizam máscaras como Mushroomhead, Ghost e Lordi, são diferentes entre si, pois mesmo que eles tenham uma estrutura e objetivos semelhantes, não há um processo de autointerpretação que conecte seus padrões racionais projetáveis.

Além de mudanças de valores, os grupos também podem persistir mesmo que mudem suas estruturas e seus membros. Para compreender melhor a relação dessas mudanças com a autointerpretação, precisamos entender o que é uma estrutura de grupo. A estrutura do grupo cumpre uma função organizacional visando promover o objetivo do grupo, surgindo somente após a origem do grupo ser estabelecida (Alves, 2023). Na definição de Ritchie (2013), a estrutura de grupos é representada por posições a serem ocupadas pelos membros do grupo, sendo essas posições o que ela chama de nós (*node*). Cada um desses nós possui funções específicas a serem desempenhadas e se conectam uns aos outros através das arestas (*edges*) que são a relação funcional entre os nós. Para a autora, a estrutura de um grupo é realizada somente quando esses nós estão devidamente ocupados e conectados entre si pelas arestas, possibilitando a efetivação da relação funcional entre as posições ocupadas. Por exemplo, uma universidade possui as posições de professores, alunos, coordenadores, servidores técnicos, e funciona adequadamente quando essas posições são ocupadas por pessoas e se relacionam, cumprindo suas funções; uma banda de rock possui vocalista, guitarrista, baixista, baterista, e funciona adequadamente quando essas posições são ocupadas e se relacionam.

Acredito que o grupo se origina visando cumprir um objetivo específico, adotando determinados valores e deliberando sobre a estrutura necessária para promover seu objetivo. De tal modo, considero que como resultado da autointerpretação, visando realizar os esforços necessários em prol do tipo de pessoa coletiva que ele deseja ser, o grupo decide qual estrutura adotar para promover seu objetivo, e ao longo do tempo pode decidir mudar sua estrutura visando promover seu objetivo central. Por exemplo, uma universidade deseja ser o tipo de pessoa coletiva que promove o ensino, pesquisa e extensão, e delibera sobre quais posições são necessárias para promover o objetivo de ensino, pesquisa e extensão, quais serão os cursos ofertados, e ao longo do tempo pode ofertar novos cursos, abrir novos

departamentos, contratar novos funcionários, novos professores. Um grupo de estudos delibera sobre quais tarefas serão necessárias para promover o objetivo de estudar coletivamente, se terá uma posição responsável pela condução de cada reunião, outra posição responsável pela definição do tema de cada reunião, etc. Ao longo do tempo, o grupo pode acrescentar a posição responsável por produzir um resumo de cada encontro ao final das reuniões. Ou um grupo que já tenha o hábito de produzir resumos de cada encontro pode decidir que não fará mais e que manterá apenas a discussão e leitura de textos, removendo essa posição de sua estrutura. Um grupo musical que se origina com o objetivo de produzir música poderá deliberar sobre quem irá compor as letras, quais instrumentos a banda terá, etc. Ao longo do tempo, a banda pode decidir acrescentar novas posições na estrutura, como o Guns N' Roses que em 1990 acrescentou a posição de tecladista na banda ao contratar Dizzy Reed.

Compreendendo como mudanças de valores, de membros e de estrutura acontecem, agora podemos explicar também como ocorrem mudanças mais complexas como divisão e fusão. Podemos dizer que grupos persistem à divisão e fusão desde que haja um processo de autointerpretação que conecte os estágios do grupo através dessas mudanças. Aplicando o critério de continuidade emocional no caso do Steagles discutido na seção anterior, podemos considerar que os times persistem à divisão e à fusão porque essas mudanças foram conectadas pelo processo de autointerpretação. Eagles e Steelers respectivamente não contavam com o número suficiente de jogadores para a temporada de 1943, e por isso realizam uma autointerpretação, tomando a decisão de se fundirem temporariamente. Desse modo, os estágios de Eagles e Steelers antes da fusão em 1943 possuem continuidade por relação de unidade com o estágio de Steagles, que possui continuidade por relação de unidade com os estágios de Eagles e Steelers pós fusão em 1944. A resposta para o problema de contagem nesse caso é que em 1943 há apenas um time (um estágio): Steagles. Enquanto que em 1942 e em 1944 há dois times (dois estágios): Eagles e Steelers. A contradição de contar os grupos por identidade numérica é evitada, como vimos anteriormente, porque nesse caso contamos por relação de unidade. Ainda que Eagles e Steelers sejam times diferentes entre si, ambos possuem continuidade por relação de unidade com o Steagles e portanto, persistem.

Quando há uma divisão ou fusão em que *não* acontece a autointerpretação, temos apenas uma relação causal, e não de identidade. Um exemplo de divisão sem relação de identidade é a divisão que originou a banda de hard rock Velvet Revolver. A saída de quatro membros (Izzy Stradlin, Slash, Matt Sorum e Duff McKagan) do Guns N' Roses ao longo da década de 90 aconteceu por conflitos internos de valores do grupo. Alguns anos depois, os

quatro músicos se reencontraram e decidiram originar um novo grupo musical, o Velvet Revolver. Além disso, antes do lançamento do primeiro álbum de Velvet Revolver, Izzy, que ocuparia a posição de vocal e guitarra, foi substituído por Dave Kushner (guitarra) e Scott Weiland (vocal). Nesse caso, não houve uma autointerpretação que conectasse o Guns N' Roses ao Velvet Revolver, mas apenas uma relação causal: a saída de alguns membros do Guns N' Roses ocasionou, posteriormente, o surgimento de outra banda diferente. Enquanto isso, mesmo com mudanças de membros, de estrutura e com um período de hiato, Guns N' Roses persiste desde a sua origem porque essas mudanças foram conectadas pela autointerpretação.

Vimos nesta seção a aplicação do critério de continuidade emocional para explicar a identidade pessoal de grupos ao longo do tempo. Argumentei que grupos podem ser considerados enquanto um tipo de pessoa porque também exibem um padrão racional projetável moldado por valores pessoais, e que os grupos persistem na medida em que esse padrão racional se faça contínuo por meio do processo de autointerpretação. Ao contrário de Faller que considera que a relação de unidade de grupos pode variar em diferentes contextos, eu defendi que a relação de unidade que conecta os estágios de um grupo ao longo do tempo possui um critério fixo, sendo este a autointerpretação. Argumentei que grupos persistem à mudanças, incluindo mudanças mais complexas como divisão e fusão, quando essas mudanças são conectadas por meio do processo de autointerpretação.

5. CONCLUSÃO

Para analisar qual é o critério de identidade e persistência de grupos, comecei defendendo uma posição tetradimensionalista-eternalista do tempo, isto é, defendi que o tempo é uma quarta dimensão e que todos os tempos (passado, presente e futuro) existem igualmente. Para explicar a dimensão temporal na qual os objetos persistem, considerei a explicação da série B sobre o tempo apresentada por McTaggart e defendida por Sider (1996; 1997), que considera o tempo enquanto uma quarta dimensão estática em que os eventos se organizam de forma anterior e posterior uns aos outros, e que todos os tempos existem igualmente, não havendo prioridade ontológica de nenhum tempo sobre o outro. Para essa posição tetradimensional, além da extensão espacial, a realidade também é temporalmente estendida, e assim como os objetos possuem uma extensão no espaço, eles também possuem uma extensão no tempo.

Após analisar a dimensão temporal, analisei as teorias que buscam explicar como os objetos persistem (isto é, como os objetos avançam no tempo) e defendi a proposta exdurantista¹⁶ de persistência apresentada por Sider, que considera que os objetos existem inteiramente localizados em um momento e persistem por terem contrapartes temporais que existem inteiramente em outros momentos. O exdurantismo é uma teoria análoga à teoria da contraparte modal de Lewis (1968; 1986), a qual considera a existência de uma pluralidade de mundos possíveis e que para cada propriedade possível que um objeto poderia instanciar no mundo atual, haveria uma contraparte modal em um mundo possível que instancia tais propriedades possíveis. Para o exdurantismo, ao invés de contrapartes modais, existem as contrapartes temporais, que são estágios momentâneos dos objetos em tempos diferentes. De tal modo, os objetos no exdurantismo são estágios momentâneos que se conectam a outros estágios momentâneos através de uma relação de unidade (*I-relation*). Cada um desses estágios que estão unitariamente relacionados são contrapartes temporais uns dos outros, e a mudança (sendo esta uma consequência mais complicada da persistência, que implica em um objeto deixar de ter uma propriedade para instanciar outra propriedade incompatível com a anterior) consiste na diferença entre as contrapartes temporais sucessivas.

Após discutir o problema da persistência e defender o exdurantismo como a proposta que melhor explica a persistência dos objetos, passei a analisar especificamente a persistência de pessoas, ou seja, o problema da identidade pessoal. Defendi que o critério que caracteriza uma pessoa é o critério emocional fundamentado na adoção de valores pessoais. Para

¹⁶ Também defendi o exdurantismo anteriormente em Alves, 2024.

desenvolver a minha proposta, considerei a posição de Rovane (1997) a respeito de uma perspectiva racional em primeira pessoa, a qual se distingue da perspectiva fenomenológica. Enquanto a perspectiva fenomenológica implica na experiência qualitativa de perceber, lembrar, imaginar, a perspectiva racional implica na deliberação voluntária sobre as coisas que constituem a vida do agente. Para além do aspecto racional, considerei a proposta de Helm (1996) a respeito do papel fundamental das emoções na caracterização de uma pessoa. Considerei a posição do autor de que a valorização (*valuing*) é um tipo de atribuição de importância típica de pessoas, pois envolve uma autoavaliação de si mesmo que reflete o tipo de pessoa que se deseja ser. Parti da posição de Helm (2000; 2009) de que a adoção de valores pessoais molda a perspectiva de mundo de alguém, a qual é composta pelo conjunto dos padrões racionais projetáveis de emoções reflexivas e de emoções não-reflexivas. As emoções reflexivas são aquelas que refletem algo sobre a pessoa (como a alegria por obter sucesso profissional), enquanto as emoções não-reflexivas são as emoções que não refletem algo sobre a pessoa (como o medo diante de um animal perigoso). Os valores pessoais adotados por uma pessoa não são necessariamente valores éticos ou morais, mas sim tudo aquilo a que alguém atribui valor.

Para explicar como uma pessoa persiste, adotei o exdurantismo no desenvolvimento do que chamei de critério de continuidade emocional, e defendi que a autointerpretação é o processo que explica a relação de unidade que conecta os padrões racionais de uma pessoa em diferentes tempos. Considerei o conceito de autointerpretação proposto por Helm (2000) para explicar como uma pessoa pode mudar de valores e consequentemente, mudar o padrão racional projetável ao longo do tempo. A autointerpretação é um processo que consiste em dois mecanismos: descoberta e invenção. Enquanto a descoberta é a análise objetiva de si mesmo, em que o agente percebe o tipo de pessoa que deseja ser e quais valores está adotando, a invenção é subjetiva, na qual o agente utiliza a sua autonomia para redefinir seus valores e decidir os meios pelos quais se tornará o tipo de pessoa que deseja ser. Considerando a autointerpretação enquanto a explicação para a relação de unidade no caso da persistência pessoal, argumentei que a sequência de conexões por relação de unidade entre cada padrão racional projetável de tempos diferentes gera o que chamei de *corrente espaçotemporal* entre os estágios de uma pessoa, garantindo que ela persista.

Após explicar o critério de identidade e persistência pessoal, analisei o critério de identidade e persistência aplicado ao caso de grupos, mantendo o foco em grupos intencionais, que são grupos formados pela intenção dos membros em formar parte do grupo. Para desenvolver a minha tese sobre essa questão, comecei apresentando a proposta de Faller

a favor do exdurantismo para tratar da persistência de grupos e apresentei uma objeção ao argumento do autor de que a relação de unidade para grupos varia de acordo com o contexto. Apliquei o critério de continuidade emocional no caso de grupos e defendi que, assim como no caso de persistência de pessoas individuais, no caso de grupos o critério de relação de unidade também é fixo e é satisfeito pela autointerpretação.

Considerei a posição de Helm (2008) a respeito da caracterização de grupos enquanto agentes que se importam, defendendo que o grupo possui seu próprio padrão racional projetável na medida em que exhibe um padrão de ações em direção a um objetivo. Argumentei que grupos são um tipo de pessoa porque também são capazes de adotar valores pessoais e instanciar padrões racionais projetáveis que constituem a sua perspectiva de mundo coletiva. Defendi que os valores pessoais do grupo moldam a sua perspectiva coletiva e que esta não é redutível aos seus membros individualmente. Argumentei que a autointerpretação coletiva ocorre desde a perspectiva de mundo coletiva do grupo, e que esse processo ocorre através de métodos como reuniões de planejamento estratégico. Defendi que os grupos persistem mesmo que mudem seus valores quando tais mudanças são conectadas pelo processo de autointerpretação visando promover o objetivo do grupo. Argumentei que grupos persistem mesmo a mudanças de membros, de estrutura, divisão e fusão quando essas mudanças são implementadas como resultado da autointerpretação, sendo guiadas pelos valores do grupo e visando realizar os esforços necessários para se tornar o tipo de pessoa coletiva que se deseja ser. Assim, concluí argumentando que o critério de identidade e persistência dos grupos intencionais está baseado no padrão racional projetável que deve ser conectado ao longo do tempo através do processo de autointerpretação, formando uma corrente espaçotemporal de cada grupo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana O. *O Papel das Emoções Coletivas na Constituição e Agência de Grupos*. Trabalho de Conclusão de Curso (Filosofia bacharelado). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2023. Disponível em: <<https://bdm.ufmt.br/handle/1/3775>> Acesso em: 21 julho 2025.

ALVES, Adriana O. Origem e persistência dos grupos intencionais. *Revista Primordium*, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 367-392, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/primordium/article/view/70149>. Acesso em: 16 jan. 2026.

ALVES, Adriana O.; CICHOSKI, Luiz P. Autointerpretação Coletiva: Reflexão de Grupos Sobre Valores. In: JESUS, Rodrigo M.; KURLE, Adriano B.; THEOBALDO, Maria Cristina; (orgs). *Epistemologia, mente e linguagem*: Coletânea comemorativa aos 10 anos do Programa de Pós Graduação em Filosofia da UFMT. Porto Alegre: Ed. Fundação Fenix. cap. 7. p. 165-206. 2025, Disponível em: <<https://fundarfenix.com.br/ebook/412epistemologia-mente-e-linguagem-coletanea-em-comemoracao-aos-10-anos-do-programa-de-pos-graduacao-em-filosofia-da-ufmt/>> Acesso em: 16 jan. 2026

ARORA, Shavya. The Remarkable Cognitive Abilities Of Elephants. *Wildlife SOS*. 2023 Disponível em: <<https://wildlifesos.org/the-remarkable-cognitive-abilities-of-elephants/#:~:text=Extraordinary%20Memory,their%20social%20dynamics%20and%20interactions>> Acesso em: 23 jul. 2025.

BANFI, Luca. Is There Change on the B-theory of Time? *EuJAP*. Vol. 17. No. 1. 2021.

BENNETT, Karen. *Making Things Up*. Oxford University Press. 2017.

CALLAIS, Richard. Persistence as a Four-Dimensionalist: Perdurantism vs. Exdurantism. *Dialogue*. vol. 64, n. 1. 2021. p. 24-29

CHANG, Cc., TEO, H., NORMA-RASHID, Y. *et al.* Predator personality and prey behavioural predictability jointly determine foraging performance. *Scientific Reports*. vol. 7, n. 40734. 2017.

CONEE, Earl; SIDER, Theodore. *Riddles of Existence: A Guided Tour of Metaphysics*. Oxford University Press, 2005.

CROSS, Fiona R.; JACKSON, Robert R. The execution of planned detours by spider-eating predators. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*. vol. 105. no. 1. 2016. p. 194-210.

DAHL, Christoph D.; CHENG, Yaling. Individual recognition in a jumping spider (*Phidippus regius*). *eLife*. 2024.

DUNCAN, Matt. A new argument for the phenomenal approach to personal persistence. *Philos Stud*. n. 177. 2020.

EDDINGTON, Arthur. *The Nature of the Physical World*. Cambridge at the University Press. 1948

EMERY, Nina, MARKOSIAN, Ned; SULLIVAN, Meghan. Time. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/time/>>. Acesso em: 17 jul. 2024

FALLER, August. How groups persist. *Synthese*, vol. 198. 2021.

FINE, Kit. In Defence of Three-Dimensionalism. *Royal Institute of Philosophy Supplement*. vol. 62. no. 12. p. 1-16. 2008.

GALLUP, Gordon G. Chimpanzees: Self-Recognition. *Science*. vol. 167. no. 3814. 1970. p. 86-87.

GILBERT, Margaret. Group Wrongs and Guilt Feelings. *The Journal of Ethics*. vol. 1. no. 1. p. 65-84. 1997

GILBERT, Margaret. *Joint Commitment: How We Make the Social World*. Oxford University Press, 2013.

GOLDIE, Peter. Emotions, feelings and intentionality. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*. vol. 1, p. 235–254. 2002.

GOLDIE, Peter. Getting Feelings into Emotional Experience in the Right Way. *Emotion Review*. vol. 1, no. 3. p. 232-239. 2009.

HALES, Steven; JOHNSON, Timothy. Endurantism, Perdurantism and Special Relativity. *The Philosophical Quarterly* (1950-) vol. 53, no. 213. 2003. p. 524-539. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3542915>> acesso em 16 jul. 2024

HASLANGER, Sally. Endurance and Temporary Intrinsic. *Analysis* vol. 49 n. 3 p. 119-125. 1989

HASLANGER, Sally. Persistence through time. In: *The Oxford Handbook of Metaphysics*. ZIMMERMAN, Dean; LOUX, Michael (Eds.). Chapter 11. p. 315-354. Oxford University Press. 2003.

HAWKING, Stephen. *Uma Breve História do Tempo*. Tradução Cássio de Arantes Leite. 1º ed. Rio de Janeiro. Intrínseca. 2009.

HAWKING, Stephen. *La Teoría del Todo: El Origen y el Destino del Universo*. Traducción Javier García Sanz. 1º ed. España. Penguin Random House Grupo Editorial. 2015

HELM, Bennett. Freedom of the Heart. *Pacific Philosophical Quarterly*. v. 77 n. 2. p. 71-87. 1996.

HELM, Bennett. Emotional Reason: How to Deliberate about Value. *American Philosophical Quarterly*, v. 37, n. 1, p. 1-22, 2000.

HELM, Bennett. Plural Agents. *Noûs*, v. 42, n. 1, p. 17-49, 2008.

HELM, Bennett. Emotions as Evaluative Feelings. *Emotion Review*. v. 1, n. 3, p. 248-255, 2009.

HUNTER, The City University of New York. *New Study Finds Dolphins Demonstrate Self-Awareness Earlier than Humans and Chimpanzees*. 2018. Disponível em: <<https://hunter.cuny.edu/news/new-study-finds-dolphins-demonstrate-self-awareness-earlier-than-humans-and-chimpanzees/>> Acesso em: 23 jul. 2025.

INGRAM, David; TALLANT, Jonathan. Presentism. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2023 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2023/entries/presentism/>>. Acesso em 16 jul. 2024

KURTZ, Roxanne Marie. Introduction to Persistence: What's the Problem?. In: HASLANGER, Sally; KURTZ, Roxanne Marie (Eds.). *Persistence: Contemporary Readings*. Cambridge, London: Bradford Books. The MIT Press. p. 1-26. 2006.

LAZZARO, Sage. *A jumping spider's personality determines what kind of hunter it will be, according to new study*. Daily Mail. 2017. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/sciencetech/article-4776776/Personalities-jumping-spiders-determine-hunt.html>> Acesso em: 16 jan. 2026

LEWIS, David. Counterpart Theory and Quantified Modal Logic. *The Journal of Philosophy*. vol. 65, no. 5 .1968. p. 113-126. disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2024555>> acesso em 16 jul. 2024

LEWIS, David. Survival and identity. In: LEWIS, David. (Ed.), *Philosophical Papers*. Vol. 1. p. 55-77. Oxford:Oxford University Press. 1983

LEWIS, David. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Blackwell, 1986.

LEWIS, David. Rearrangement of Particles: A Reply to Lowe, *Analysis* 48. March 1988. p. 65-72.

LIST, Christian; PETTIT, Philip. Personifying Group Agents. IN: LIST, Christian; PETTIT, Philip. *Group agency: the possibility, design, and status of corporate agents*. New York: Oxford University Press. 2011. p. 170-185.

LIST, Christian. Group Agency and Artificial Intelligence. *Philos. Technol.* vol. 34, p. 1213-1242. 2021.

LOCKE, John. Of Identity and Diversity. In: LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding*. Livro II, Cap. XXVII. Oxford: The Clarendon Press, 1975. p. 311-333.

LOUX, Michael J. The Nature of Time. IN: *Metaphysics: A Contemporary Introduction*. LOUX, Michael J. Chapter 7. p. 205-229. 3 ed. Routledge Contemporary Introductions to Philosophy. 2006

LYRA, Gustavo. A Natureza do Tempo: Modelos Dinâmicos e Estáticos. In: *Problemas de Metafísica Analítica*. IMAGUIRE, Guido; CID, Rodrigo (orgs.) Cap. 9, p. 310-346. Série Dissertatio Filosofia. Pelotas, Editora UFPel, 2020.

MADDEN, Rory. Human Persistence. *Philosophers' Imprint*. v.16. n.17. 2016

MARKOSIAN, Ned . How fast does time pass? *Philosophy and Phenomenological Research* vol. 53 n. 4p. 829-844. 1993

MARKOSIAN, Ned. A Defense of Presentism. In: *Oxford Studies in Metaphysics* ZIMMERMAN, Dean (ed.). vol 1. Oxford: Oxford University Press, p. 47-82. 2004

MASSONI, Neusa. Ilya Prigogine: Uma Contribuição à Filosofia da Ciência. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, vol. 30, n. 2. 2008

MASON, Betsy. Spiders are much smarter than you think: Cognition researchers are discovering surprising capabilities among a group of itty-bitty arachnids. *Knowable Magazine*. 28 out. 2021

MCGREAL, Peter. Jumping Spiders: The Agile Predators of the Arachnid World. Immediate Response: *First Aid Training and Supplies*. 16 maio 2025. Disponível em <https://irfa.au/jumping-spiders/#1_Introduction_to_Jumping_Spiders>. Acesso em: 23 jul. 2025

MCTAGGART, John E. The Unreality of Time. *Mind*. New Series. Vol. 17, No. 68, p. 457-474. Oxford University Press. oct. 1908.

MELLOR, David. H. *Real Time*. New York: Cambridge University Press, 1981.

MELLOR, David H.. *Real Time II*. New York: Routledge, 1998.

MERRICKS, Trenton. Persistence, Parts, and Presentism. *Noûs*. Vol. 33, no. 3, p. 421-438, 1999.

MINKOWSKI, Hermann. *Space and Time*: Minkowski's Paper on Relativity. Minkowski Institute Press. 2012.

MOHON, Lee. *More Than Meets the Eye*: Delta Orionis in Orion's Belt. 12 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.nasa.gov/universe/more-than-meets-the-eye-delta-orionis-in-orions-belt/>> Acesso em: 17 jul. 2024

MORRISON, Rachel; REISS, Diana. Precocious development of self-awareness in dolphins. *PLOS ONE*. vol. 13. no.1. 2018.

NEUHÄUSER, R et. al. Colour Evolution of Betelgeuse and Antares Over Two Millennia, Derived From Historical Records, as a New Constraint on Mass and Age. *Monthly Notices of the Royal Astronomical Society*, Vol. 516, no. 1, October 2022, p. 693-719.

- NORTHOFF, Georg. Do brain tissue transplants alter personal identity? Inadequacies of some "standard" arguments. *Journal of Medical Ethics*, v.22, n.3. 1996. p. 174-180.
- NUNES, Rhamon. Mereologia e o Problema da Composição. In: *Problemas de Metafísica Analítica*. IMAGUIRE, Guido; CID, Rodrigo (orgs.) Cap. 4. p. 109-156. Série Dissertatio Filosofia. Pelotas, Editora UFPel, 2020.
- OAKLANDER, Nathan L. The new tenseless theory of time: A reply to Smith. *Philosophical Studies*. Vol. 58 n. 3. 1990. p. 287-193.
- OLSON, Eric T. *What are we? A Study in Personal Ontology*. Oxford University Press. 2007.
- PARFIT, Derek. *Reasons and Persons*. Clarendon Press Oxford. 1984.
- PERRY, John. Can the self divide? *Journal of Philosophy*, vol. 69. no. 16, 463-488. 1972.
- PLOTNIK, Joshua M.; WAAL, Frans B. M.; REISS, Diana. Self-recognition in an Asian elephant. *Proc. Natl. Acad. Sci. U.S.A.* vol. 103. no. 45. 2006. p. 17053-17057
- PRIOR, Arthur N. *Past, present and future*. Clarendon Press Oxford. 1967.
- PRIOR, Arthur N. *Papers on time and tense*. New York: Oxford University Press. Edited by Per F. V. Hasle. 2003.
- PRIOR, Helmut; SCHWARZ, Ariana; GÜNTÜRKÜN, Onur. Mirror-Induced Behavior in the Magpie (*Pica pica*): Evidence of Self-Recognition. *PLOS Biology*. v. 6 n.8. 2008.
- REID, Thomas. *Essays on the Intellectual Powers of Man*. University Park, Pa.: Cambridge University Press. Derek R. Brookes & Knud Haakonssen (Eds). 1785.
- RICHARD, Mark. Temporalism and Eternalism. *Philosophical Studies*. Vol. 39. no. 1. p. 1-13. 1981.
- RITCHIE, Katherine. What are groups? *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, vol. 166, n. 2. 2013.
- ROVANE, Carol. *The Bounds of Agency: An Essay in Revisionary Metaphysics*. Princeton University Press, 1997.
- SAGAN, Carl. *Cosmos*. Random House, 1 ed. 1980.
- SALMELA, Mikko. *The Functions of Collective Emotions in Social Groups*, Chapter 10. January 2014.
- SALMELA, Mikko ; NAGATSU, Michiru. How does it really feel to act together? Shared emotions and the phenomenology of we-agency. *Phenom Cogn Sci*, 2017.
- SCHMID, Hans Bernhard. Collective Emotions, IN: *The Routledge Handbook of Collective Intentionality*. JANKOVIC, Marija; LUDWIG, Kirk (eds.) Chapter 12. 2017.

SIDER, Theodore. All the World's a Stage. *Australasian Journal of Philosophy*. Vol. 74 no. 3 p. 433-453. 1996.

SIDER, Theodore. Four Dimensionalism. *Philosophical Review*. vol. 106, no. 2, p. 197-231. 1997.

SMART, John. J. C. *Philosophy and Scientific Realism*. New York,: Routledge. 1963

TUOMELA, Raimo. *The Philosophy of Sociality: The Shared Point of View*. Oxford University Press. 2007.

TUOMELA, Raimo. *Social Ontology: Collective Intentionality and Group Agents*. Oxford University Press, 2013.

VARZI, Achille C. Mereology. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edward N. Zalta (ed.) (Spring 2019 Edition) Disponível em:

<<https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/mereology/>> Acesso em: 17 jul. 2024

VELUWENKAMP, Herman; HINDRIKS, Frank. Artificial agents: responsibility & control gaps. *Inquiry*, 2024.

VIANA, Cristina A. Identidade Pessoal e Continuidade. *Kínesis*, v. 2, no. 3. Abril de 2010. p. 266-283.

WILDE, Oscar. The Picture Of Dorian Gray. *Lippincott's monthly magazine*. 20 jun. 1890

ZIMMERMAN, Dean. The privileged present : Defending an "a-theory" of time. IN: SIDER, Theodore, HAWTHORNE, John P. & ZIMMERMAN, Dean W., *Contemporary debates in metaphysics*. Malden, MA: Blackwell. 2008. p. 211-225.

ZIMMERMAN, Dean. Presentism and the Space-time Manifold. In: Craig Callender (ed.), *The Oxford Handbook of Philosophy of Time*. Oxford University Press. 2011. p. 163-246.